

Revista

RAÍZES

63

Publicação Semestral
Distribuição gratuita

Junho de 2021

Publicação da
Fundação Pró-Memória
de São Caetano do Sul

ANO XXXIII



Fundação Pró-Memória

São Caetano do Sul



Palacete De Nardi,
sede do Museu
Histórico Municipal,
em foto de 1988



Fundação
Pró-Memória

30



1991_2021
SÃO CAETANO DO SUL



FUNDAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SÃO CAETANO DO SUL



CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO

PINACOTECA
MUNICIPAL

MUSEU
HISTÓRICO



WWW.FPM.ORG.BR

Palavra do Presidente

Charly Farid Cury

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL

POSSO DIZER que tenho a honra de estar na presidência da Fundação Pró-Memória em mais uma data comemorativa de grande relevância. Em 2019, celebramos os 30 anos da revista *Raízes* e apresentamos uma publicação totalmente reformulada, com novos projetos gráfico e editorial. Agora, em 2021, a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul alcança três décadas de atividade, desde sua criação em 12 de junho de 1991. E esta efeméride representa não somente o resultado de um brilhante trabalho realizado no decorrer destes 30 anos, mas o reflexo da valorização que o município nutre por sua história.

Veremos, nesta edição de *Raízes*, as inúmeras contribuições e realizações da instituição em prol da preservação da memória da cidade e da pesquisa sobre a história local. O que começou em uma pequena sala do edifício onde está instalada a Câmara Municipal, agora conta uma estrutura estabelecida em parte do prédio do Complexo Educacional do Ensino Fundamental, onde funcionam o Centro de Documentação Histórica, a sede administrativa, o salão expositivo da Pinacoteca Municipal e suas reservas técnicas. Ao longo de sua história, a Pró-Memória cresceu bastante, abarcando mais espaços expositivos (atualmente conta com cinco, além dos meios digitais) e desenvolvendo diversos projetos de ampla repercussão para diversos públicos.

Mas o mais importante é que sua finalidade, definida em sua concepção, que é a criação, organização, instalação e manutenção de atividades e estabelecimentos voltados para a preservação e divulgação do patrimônio histórico do município, manteve-se intacta durante todos esses anos.

É com grande alegria que celebro os 30 anos da Fundação Pró-Memória, estendendo meus cumprimentos a toda equipe e aos presidentes que me antecederam. E desejo que ela continue contando as histórias dos indivíduos de São Caetano do Sul, seja por meio de exposições, projetos ou de publicações, e que, a cada dia, mais pessoas conheçam seu trabalho e, com isso, sintam-se mais pertencentes e participantes da vida de nossa cidade. ■

Ano XXXIII – Número 63
Publicação semestral
Distribuição gratuita
Publicação da Fundação
Pró-Memória de São Caetano do Sul

WWW.FPM.ORG.BR
FPM@FPM.ORG.BR
RAIZES@FPM.ORG.BR



FUNDAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SÃO CAETANO DO SUL

Prefeito Municipal: Tite Campanella (interino). **Secretária Municipal de Cultura:** Liana Crocco. **Presidente da Fundação Pró-Memória:** Charly Farid Cury. **Coordenação Geral da Fundação Pró-Memória:** Márcia Gallo. **Conselho Diretor:** Charly Farid Cury (PRESIDENTE), Anna Figueira, Breno Diorrener Pereira, Eva Bueno Marques, Francisco José Cripp Bastos, João Manoel da Costa Neto, João Tarcísio Mariani, Kátia Valéria Gomes de Souza, Luiz Domingos Romano, Márcia Gallo, Monica Iafate, Wagner Antônio Natale, William Pesinato. **Conselho Consultivo:** Issao Toyoda Kohara, José Luiz Cabrino, José Ramos Vitorino, Maria José Amaral Pante, Mário Porfírio Rodrigues, Mauro Vincenzi Laranjeira, Newton Mori, Sueli Bimbachi, Teruo Fujita, Valdo Armindo Rechelo.

RAÍZES

Jornalista Responsável: Paula Fiorotti (Mtb. 28.927). **Edição e Revisão:** Cristina Toledo de Carvalho, Nelson Albuquerque Jr, Paula Fiorotti. **Comissão Editorial:** Charly Farid Cury (PRESIDENTE), Ana Luisa Nóbrega Cury, Ana Maria Guimarães Rocha, Antonio Reginaldo Canhoni, Caio Bruno Siqueira de Paula, Cristina Toledo de Carvalho, Humberto Domingos Pastore, Isabel Cristina Ortega, João Alberto Tessarini, João Manoel da Costa Neto, Mário Porfírio Rodrigues, Monica Iafate, Nelson Albuquerque Jr, Paula Fiorotti, Roberta Giotto. **Projeto Gráfico e Diagramação:** Roberta Giotto. **Serviço de Difusão Cultural (nesta edição):** Nelson Albuquerque Jr, Paula Fiorotti. **Fotografia, Digitalização e Restauração de Imagens:** Antonio Reginaldo Canhoni. **Apoio à Pesquisa Iconográfica:** Jacqueline Nakagawa, Monica Iafate

Tiragem desta edição:
2.000 exemplares
Junho de 2021

Av. Dr. Augusto de Toledo, nº 255
Santa Paula - CEP: 09541-520
São Caetano do Sul - SP
Fone/fax: (11) 4223-4780

A revista está aberta à colaboração de pesquisadores da história do ABC. A seleção do material é de responsabilidade da Comissão Editorial. Originais encaminhados à redação não serão devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.

Agradecemos informações adicionais a respeito das imagens eventualmente não identificadas publicadas nesta revista, a fim de que possamos alterar os créditos em futuras publicações.

Carta ao leitor

Paula Fiorotti

EDITORA

QUANDO PAREI em frente à tela do computador para escrever esta carta ao querido leitor de *Raízes*, em uma edição que comemora os 30 anos da Fundação Pró-Memória, parei para pensar no quanto a instituição é importante em minha vida. Primeiramente me vi em um daqueles momentos em que pensamos: “Nossa, estou ficando velho!”, mas, logo na sequência fui tomada por um orgulho imenso. Tenho muito, mas muito orgulho mesmo em fazer parte de sua equipe há alguns anos. Preciso admitir, já são 20 anos...

Foram anos de aprendizados, experiências, frustrações e conquistas. Na Fundação Pró-Memória também fiz grandes amizades. Algumas pessoas já não trabalham mais comigo, mas continuamos em contato, sendo alguns grandes amigos. E o interessante é que, nas conversas, sempre vem aquela pergunta: “E aí, como está a Fundação?”. Outros companheiros de trabalho estão lá há bastante tempo também e imagino que devam sentir o mesmo que eu, um sentimento de pertencimento, à cidade e à instituição.

Em 2011, assumi a responsabilidade do Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória e foi então que me envolvi mais ainda nesta história. Além do trabalho diário, considerando que sempre participei

de outros projetos da instituição, passei a ter contato com textos que apresentavam emocionantes trajetórias de vidas e pesquisas que ampliaram meu conhecimento sobre o município e, além disso, pude conhecer pessoas maravilhosas que dedicam parte de seu tempo para contribuir com nosso trabalho.

Mais do que nunca preciso agradecer às pessoas que colaboram com a revista *Raízes*. Sem vocês, nossos articulistas, eu não conseguiria produzir esta revista. Vocês são muito importantes para a história da Fundação Pró-Memória e merecem uma grande fatia desse bolo de aniversário!

Como puderam perceber, não tive espaço para falar sobre o que os leitores encontrarão nesta edição, pois me perdi nas palavras para comemorar uma data tão significativa para minha vida pessoal e profissional. Peço desculpas, leitor, mas imagino que vai entender... Garanto que a revista, como sempre nos esforçamos a fazer, foi produzida com muito carinho por nossa equipe e apresenta um rico e diferenciado conteúdo. Apenas destaco dois artigos que celebram o aniversário da Pró-Memória, essa “trintona” que mora no meu coração! ■

✉ raizes@fpm.org.br



8
CAPA
**Fundação Pró-Memória,
uma trajetória de 30 anos
em São Caetano do Sul**
Cristina Toledo de Carvalho
Paula Fiorotti

25
CAPA
**Folhas, raízes, brotos
e frutos em 30 anos
de Pró-Memória**
João Tarcisio Mariani

Fachada da primeira sede da Fundação Pró-Memória, na Avenida Goiás, nº 600, no prédio onde está instalada a Câmara Municipal. Foto do início dos anos 2000

4
#HASHTAG

5
ENSAIO
Amor Eterno
Maria Zulema Cebrían

36
CURIOSIDADES

37
RAÍZES E RETRATOS
Acervo Issao Toyoda
Kohara

38
ARTIGOS
**A gente do Tijucuçu e os
bastardos da Borda do
Campo - 1686-1729**
José de Souza Martins

48
ARTIGOS
**Cabeças levantadas,
máquinas paradas: a
presença de São Caetano
na greve geral metalúrgica
de 1979**
Rodrigo Marzano Munari

57
ARTIGOS
**Paisagens, pontes e
caminhos nos ligam à
memória coletiva**
Enrique G. Staschower

67
CURIOSIDADES

68
MEMÓRIA
**A Rede Feminina de Combate
ao Câncer de São Caetano
do Sul: voluntárias em ações
solidárias há 50 anos**
Márcia Gallo

76
HOMENAGEM
Cláudio Prieto
**Braço forte no
desenvolvimento econômico
e social da cidade**
Nelson Albuquerque Jr.

79
HISTÓRIA ORAL
**Símbolo de esperança
contra a pandemia**
Nelson Albuquerque Jr.

82
MEMÓRIA E AFETO

83
QUEM FOI?

84
CURIOSIDADES

85
ESPORTES
**Um domingo no estádio do
Cerâmica São Caetano**
Luiz Domingos Romano

88
ESPORTES
**As raízes do judô em
São Caetano do Sul**
Névio Ivanov
Candido Giraldez Vieitez

92
ESPORTES
**Futebol profissional nos
festejos do aniversário de
São Caetano do Sul**
Renato Donisete Pinto

96
ESPORTES
**Fernando Paolillo, nosso
querido Landola**
Altevir Vargas Anhé

99
REGIONAIS
**Um estudo sobre as
estradas Campo Grande
e do Pavoeiro**
Newton José Barros Gonçalves

105
NOSSO ACERVO
Museu Histórico Municipal

106
NOSSO ACERVO
Pinacoteca Municipal

107
ACONTECEU

110
MEMÓRIA
FOTOGRAFICA

(#) HASHTAG

#FpmParaMim

Uma campanha especial teve início em maio, um mês antes do aniversário de 30 anos da Fundação Pró-Memória. Para celebrar esta data tão especial, sob a **#FpmParaMim**, diversas pessoas foram convidadas a prestar depoimentos e falar um pouco sobre sua ligação com a instituição. O resultado ficou emocionante, e pode ser conferido em nossa página no YouTube e nas redes sociais.



QUER PARTICIPAR DA CAMPANHA #FpmParaMim?

Grave um vídeo e mande pra gente ou então poste um depoimento seu e marque com a **#hashtag da campanha**. Queremos muito saber o que a Fundação Pró-Memória representa para você!



instagram.com/
fpmscs_oficial



facebook.com/
promemoria.caetano



**ACESSE:
EXPOSIÇÕES
VIRTUAIS
EM
WWW.
FPM.ORG.BR**

**São mais de
25 exposições
virtuais para
você curtir
nesses tempos
de pandemia e
de isolamento
social! A cada
2 meses uma
nova mostra.**



Acervo/PPMCS





Uma fotografia e uma reflexão

Amor Eterno

 Maria Zulema Cebrian

ENQUANTO MEUS AVÓS VIVIAM SOB MEU OLHAR, pude constatar o único e maravilhoso romance de amor que conheceria. Quem saberia vivenciar um amor como aquele? Sem questionamentos.

Se a uma mulher ou a um homem, hoje, lhes fosse proposto amar assim, um amontoado de dias e hábitos sempre iguais, de rituais incompreensíveis, manias estabelecidas feitas de silêncios, de olhares mudos. De mãos que, com afeto e sem alarde, às vezes se tocam despercebidamente sobre a mesa, independentes do cansaço, das desilusões e embaraços do dia a dia. Um amor feito de compreensão, resignado.

O casal João e Duzolina Giorgetti posa para foto na Praça Cardeal Arcoverde durante comemoração de suas bodas de ouro, realizada no dia 17 de setembro de 1954. Ao fundo, vemos a Igreja Matriz Sagrada Família

Uma fotografia pode dizer muito. Ela nos conta uma história, registra um tempo histórico, transmite mensagens e pode nos levar a diferentes reflexões. A seção *Ensaio* tem a proposta de convidar pessoas a analisarem uma imagem do acervo do Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória e, a partir daí, produzir um texto para a revista *Raízes*. Importante dizer que qualquer tipo de produção textual é permitida, dependendo do sentimento despertado pela imagem escolhida.

A convidada desta edição é a escritora Maria Zulema Cebrian. Apesar de ser moradora de Santo André, ela tem grande ligação com São Caetano do Sul, pois é presidente, há sete anos, da Academia de Letras da Grande São Paulo, que tem sede no município.

Vamos conferir como a singela imagem de um casal em um banco da Praça Cardeal Arcoverde levou a autora a rememorar pessoas queridas e os amores do passado.

(...) Quem, hoje, viveria um amor assim? Cercado de rotinas, de bons dias e boas noites que terminariam com um beijo na ida e outro na volta? Uma vida sem tréguas nem disfarce.

Chamar-se-ia isso de amor? Quem, hoje, viveria um amor assim? Cercado de rotinas, de bons dias e boas noites que terminariam com um beijo na ida e outro na volta? Uma vida sem tréguas nem disfarce. Onde se colocariam os anseios da modernidade, os apelos da mídia que diariamente nos apresenta uma vida sem defeitos ou dificuldades? Onde encontraríamos essa felicidade que não pode ser interrompida e, como um atributo, se opõe à verdade? Quem de nós conseguiria amar sem ilusão?

Mas eles se amaram, assim mesmo, sem saída e sem regresso. Sem nunca partir para não ter que regressar. E, embora pareça impossível e inexplicável neste século, foram felizes. Tão felizes que ainda me dói saber que

morreram e com eles, esse amor que viveram como ninguém. Estas coisas eu sei porque convivi muitos anos com eles.

Esta foto emoldurada com pequenas palmeiras, tirada na Praça Cardeal Arcoverde, que reúne o paisagismo e a arquitetura da época, mostra ao fundo a Igreja Matriz Sagrada Família — legado de fé e vida espiritual para as famílias — e outro, cultural, hoje patrimônio histórico da cidade de São Caetano.

Ali celebraram bodas de ouro; um ramalhete de rosas vermelhas descansa em seu colo perpetuando um gesto de amor.

Quem sabe, se eu soubesse o segredo deles também teria sido feliz.

No entanto, eu sei que vivemos apenas o que nos acontece,

não o que sonhamos. Somos resultado das circunstâncias, onde, quando e com quem estamos. Talvez minhas circunstâncias tenham sido as que tinham que ser e não as de minha escolha. Talvez. É preciso reconhecer a possibilidade de ser feliz e, esse foi o mérito, por isso, foram tão felizes.

Maria Zulema Cebrian é presidente da Academia de Letras da Grande São Paulo, onde ocupa a Cadeira nº 3, cujo patrono é Guilherme de Almeida. Natural de La Coruña (Espanha), é licenciada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer, e em Educação Artística pelas Faculdades Integradas Teresa D'Ávila. Tem licenciatura plena em Música e História da Arte e Filosofia e letras, com diploma superior de Espanhol pela Universidad de Salamanca (Espanha).

Fundação Pró-Memória, uma trajetória de 30 anos em São Caetano do Sul

 Cristina Toledo de Carvalho
Paula Fiorotti

A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL, no dia 12 de junho de 1991, representou a consolidação do processo de institucionalização da memória local, cujo curso vinha pautando-se por algumas propostas e ações oficiais (ou seja, advindas da agenda pública), que, no seu conjunto, tornaram-se mais sistemáticas e efetivas a partir da década de 1980.

A despeito do clamor identitário observado de forma mais intensa na cidade já desde o momento em que esta lançara-se na campanha em prol de sua autonomia política, culminando com o aparecimento do município sul-são-caetanense em 24 de dezembro de 1948, pode-se afirmar que, naquela década, a questão da preservação da memória começou a obter uma maior visibilidade política, movida por um forte apelo a tudo que possibilitasse a recuperação das raízes históricas da localidade. Assim, surgiram iniciativas que tinham como cerne a valorização do patrimônio cultural de São Caetano. Uma delas foi a promovida pela prefeitura em 1985, com o apoio da General Motors e da unidade local do Serviço Social do Comércio (Sesc). Com o objetivo de captar materiais diversos

alusivos ao passado da urbe, tais como fotografias, objetos e registros textuais, com vistas ao enriquecimento do acervo do Museu Histórico Municipal, a referida iniciativa foi responsável pela organização de uma série de eventos culturais, como exposições históricas e de artes plásticas e apresentações musicais, teatrais e de dança. Sob a denominação *Viva São Caetano*, essa programação teve lugar ao longo do mês de outubro daquele ano de 1985.

Ao lado de tais promoções, a iniciativa, que recebera o nome de *Pró-Memória de São Caetano* (não confundir com a instituição de mesmo nome, tema deste artigo, criada em 1991), idealizou ainda o concurso fotográfico *Revele a História de São Caetano do Sul*, além de ter previsto também a realização de um concurso de monografias sobre os bairros locais, tendo como alvo o público estudantil do município.

Pelo o que foi possível acesar a respeito do mencionado projeto, conclui-se que o mesmo fora bem aceito, uma vez que, em 1987, a municipalidade ocupava-se ainda dele, embora com uma proposta distinta da veiculada em sua edição pioneira, em 1985. Todavia, o escopo de reunir elementos representativos do passado local manteve-se, só que a cargo de um regulamento

que, em vez de sugerir a feitura de mostras e eventos para divulgá-los, como ocorrera no início, tratou de propor o cumprimento semanal de tarefas aos participantes, nos moldes de uma gincana.

A essas ações, somaram-se outras, à guisa de um ambiente que vinha mostrando-se propenso a acolher ideias que tinham como mote a valorização do patrimônio histórico sul-são-caetanense. Entre as ideias e iniciativas que vieram na esteira daquele projeto *Pró-Memória*, encontram-se importantes realizações do poder público municipal, como a instalação do Museu da cidade no Palacete De Nardi, que, após ter sido restaurado sob a orientação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), tornou-se sede de tal instituição. Para marcar tal episódio, foi realizada uma cerimônia simbólica de inauguração no dia 28 de dezembro de 1988, prestigiada por autoridades políticas, como o então vice-prefeito eleito, João Tessarini, e representantes dos segmentos educacional e cultural da municipalidade, como Dulce Junquetti e Sonia Maria Franco Xavier, diretoras do Departamento de Educação e Cultura (Depec) e do Museu Histórico, respectivamente.¹

Inauguração da primeira sede da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, no prédio do antigo Paço Municipal. À esquerda, João Tessarini, Luiz Olinto Tortorello e Antônio José Dall'Anese. À direita, Sonia Maria Franco Xavier e José de Souza Martins. Em destaque, discursando, Oscar Garbelotto, primeiro presidente da instituição. Foto de 26 de setembro de 1992



Em 1988, uma outra medida no campo da valorização patrimonial foi empreendida pelo poder público municipal. Tratava-se da promulgação da lei nº 2.981, de 26 de dezembro, a qual constituía o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, com a finalidade de

sugerir a adoção de medidas para a defesa dos bens e locais de valor histórico, artístico e cultural, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, de seu valor cultural, artístico ou documental, bem como dos recantos paisagísticos que mereçam ser preservados.²

Contando com esse respaldo jurídico e com um cabedal documental em franco crescimento, em virtude de ações de captação de fontes e materiais atinentes ao passado da localidade, conforme destacado anteriormente, a pauta do patrimônio histórico fortaleceu-se no interior da agenda municipal, atraindo, a partir de 1989, olhares cada vez mais atentos e incisivos do Executivo. Estes, por sua vez, acabariam por deflagrar projetos que se configurariam, por força da efetividade e do alcance que conseguiriam auferir no decurso dos anos, como os mais significativos junto ao rol seletivo das iniciativas encabeçadas pela municipalidade na área da valorização da memória.

Entre os citados projetos, além do de escavação arqueológica³ no entorno da Paróquia São Caetano, no Bairro da Fundação, três sobressairam-se, tornando-se referenciais para além do âmbito do município. Foi o que se verificou com a revista *Raízes* (organizada, inicialmente, pela então Assessoria de Comunicação Social da prefeitura), cujo primeiro número data daquele ano de 1989, e com a publicação de uma série de livros a respeito da história local. A cargo, a princípio, também daquele setor, esse projeto editorial fora lançado no dia 22 de junho de 1991, sendo responsável pela edição, em parceria com editoras de renome, de obras de autores como José de Souza Martins, Luiz Gonzaga Piratininga Júnior, Ademir Medici e Manoel Cláudio Novaes, que teve a sua coletânea de crônicas intitulada *Nostalgia* inaugurando tal projeto.

Cumprе ressaltar que, dias antes do lançamento do dito projeto editorial, a administração municipal, representada pela gestão do prefeito Luiz Olinto Tortorello, então em seu primeiro mandato (1989-1992), deu um passo decisivo em direção ao que seria a sua principal realização na esfera da preservação do patrimônio histórico local ao criar a instituição que, daquele momento em diante, encarregar-se-ia dos assuntos relacionados à gestão, preservação, produção e

(...) a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul foi criada (...) consolidando o processo de institucionalização da memória da cidade, até então marcado por atividades dispersas (nem por isso menos nobres em seus intentos) e, muitas vezes, desprovidas de uma sistematização que fosse capaz de assegurar-lhes efetividade.

difusão da memória sul-são-caetanense, centralizando, em torno de si, o que já havia de concreto na área, em termos de propostas e ideias, e o que estava ainda por vir.

À luz dessa finalidade precípua, a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul foi criada por meio da lei municipal nº 3.147, de 12 de junho de 1991, consolidando o processo de institucionalização da memória da cidade, até então marcado por atividades dispersas (nem por isso menos nobres em seus intentos) e, muitas vezes,

desprovidas de uma sistematização que fosse capaz de assegurar-lhes efetividade.

Com o propósito de celebrar os 30 anos da Fundação Pró-Memória, este artigo apresenta um panorama da trajetória da instituição, destacando os seus principais objetivos, projetos, espaços e frentes de atuação. Em sua primeira parte, encontra-se voltado para os anos iniciais da Fundação, enfatizando as suas primeiras ações e processo de estruturação. A segunda parte do artigo, por outro lado, traz informações sobre alguns dos projetos desenvolvidos pela instituição nestas três décadas e um levantamento quantitativo de ações e público envolvido.

Surgimento - Em 1991, São Caetano do Sul despontava como uma cidade modelar no quesito referente ao nível de qualidade de vida de sua população. Desde então, vinha apresentando crescimento em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em relação aos demais núcleos citadinos do ABC, os índices e números atestavam a sua posição privilegiada. A renda familiar de seus habitantes equivalia, por exemplo, a 12,5 pisos salariais, enquanto a média regional era de 7,0 pisos.⁴ O alto poder aquisitivo de seus moradores e

as condições de infraestrutura social possibilitaram também ao município reduzir o coeficiente de mortalidade infantil, ao longo dos anos, sendo o menor entre as sete cidades da região no final do decênio de 1980, com uma taxa de 25,2/1.000 nascidos.⁵

Em face desse quadro, ganhou relevo uma gama de imagens e discursos enaltecendo o poderio socioeconômico da localidade. Assim, expressões como “cidade mais desenvolvida do país” e “cidade de primeiro mundo” surgiram para representar o processo vitorioso de constituição do município. Corroborando o conjunto dessas estatísticas e representações, emergiu um cenário de uma cidade submetida a inúmeras obras de reurbanização. Implementadas na qualidade de “espinha dorsal” da primeira gestão do prefeito Tortorello, tais obras foram denominadas *Projeto Vida São Caetano*.⁶

Articulada à filosofia de trabalho dessa administração, a criação da Fundação Pró-Memória começou a ser gestada na esteira das discussões ensejadas pela formação, no dia 2 de março de 1989, de uma comissão à qual, sob a responsabilidade da municipalidade, competiria “estudar o destino histórico a ser dado a área expropriada do Buracão da Cerâmica”⁷ (nome popularmente atribuído ao extenso lugar de onde a Cerâmica São Caetano extraía, durante



Público durante a abertura da exposição *Brinquedos de Natal*, no dia 15 de dezembro de 1993. A mostra foi promovida no salão expositivo da instituição, na Avenida Goiás, nº 600



Aspecto da exposição *Salas de Cinema* em São Caetano do Sul, no espaço expositivo da Avenida Goiás. Inaugurada no dia 8 de abril de 1995, reuniu um rico material, como imagens, projetores, cartazes e revistas



Inauguração do espaço cultural da Fundação Pró-Memória no Shopping São Caetano (Rua Manoel Coelho), no dia 16 de outubro de 1997. A sua aquisição abriu caminho para a anexação de outros nos anos seguintes. A Fundação chegaria aos anos 2000 contando com vários espaços expositivos no conjunto de sua estrutura. À direita, Aleksandar Jovanovic, então presidente da instituição

muitos anos, matéria-prima para a sua produção). Em tal local, ocupado em 1988 pelo Centro de Lazer, Esportes e Recreação Senador José Ermírio de Moraes, a administração Tortorello vinha promovendo desde o primeiro ano de sua caminhada, em 1989, ações de revitalização, tais como implosões de instalações erigidas por ocasião de projetos inconclusos, que almejavam, sem sucesso, colocar fim à ociosidade advinda na área com o encerramento das inspeções daquela fábrica, e ações de cunho ecológico, como a implantação do Espaço Verde Chico Mendes, inaugurado no dia 4 de março daquele ano de 1989.

Integraram a referida comissão nomes com um histórico de engajamento e contribuições no âmbito cultural de São Caetano, a saber: Oscar Garbelotto (a quem coube presidir tal comissão), Sonia Maria Franco Xavier, Vojislav Aleksandar Jovanovic, Ítalo Dal'Mas e Mário Botteon. Uma vez constituída, tal comissão mobilizou-se, elaborando uma proposta de teor museográfico que tinha na representação de cenas alusivas às principais etapas da história de São Caetano do Sul a sua ideia cerne. Concebidas segundo uma cronologia, essas cenas deveriam ser instaladas em uma parte da área do antigo "Buracão", atendendo, assim, aos anseios para os quais aquela comissão fora formada.

No dia 16 de maio de 1989,

a mencionada proposta foi encaminhada a Luiz Tortorello, acompanhada de um estudo detalhado que apontava as metodologias necessárias para a sua viabilidade, ocasionando a veiculação de uma ideia mais ampla e complexa, destinada a estabelecer, manter e gerir não apenas a obra cultural sugerida para aquele espaço, mas também o patrimônio histórico da cidade como um todo. Reconhecendo a amplitude adquirida pelos estudos recomendados, a comissão, por meio de seu presidente, Oscar Garbelotto, manifestou-se nos seguintes termos, no texto encarregado de apresentá-los ao seu solicitante, o prefeito Tortorello:

Na verdade, após algumas reuniões, a Comissão houve por bem aprofundar-se um pouco além (...): ousa apresentar projeto muito mais amplo, envolvendo o patrimônio histórico local (...)

O que ora apresentamos a V.S. transcende em muito à imagem do museu expositivo, dando-lhe dinamismo, atuação permanente junto à comunidade e a oportunidade de atuar significativamente com pesquisa histórica e com a cultura de nossa população.

Não foram descurados, também, estudos necessários que possibilitem quer a implantação, quer a manutenção de obra cultural de tal vulto: a Fundação Pró-Memória, seria o braço administrativo e financeiro que poderia dar sustentação às importantes ativi-

dades daquele que seria um ímpar exemplo de centro cultural permanente. (...) ⁸

A proposta oriunda de tais estudos encontrou acolhida por parte da municipalidade. No dia 13 de junho de 1989, Tortorello constituía, por meio da portaria de nº 11.455, uma comissão para tratar da criação da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, com os seguintes integrantes: Oscar Garbelotto (presidente), Sérgio de Castro Lima e Antônio Carlos de Abreu Hildebrand. Decorreram dois anos, desde a constituição da aludida comissão até a promulgação da lei nº 3.147, de 12 de junho de 1991, que autorizou o Executivo municipal a instituir a dita Fundação.

Estruturação e frentes de atuação – A fim de atender ao que fora previsto no artigo 3º da citada lei, que atribuía à Fundação Pró-Memória a finalidade da criação, organização, instalação e manutenção de atividades e estabelecimentos voltados para a preservação e divulgação do patrimônio histórico do município, a instituição teve o seu processo de estruturação iniciado já no dia 25 de junho de 1991, com a constituição de seu Conselho Diretor. Assim, por força da portaria de nº 12.153, emitida em tal data, o prefeito Luiz Olinto Tortorello nomeou os seguintes nomes para o referido conselho:

Antônio de Andrade, Claudinei Rufini, Henry Veronesi, Jayme da Costa Patrão, José de Souza Martins, Oscar Garbelotto, Valdenízio Petrolli e Vojislav Aleksandar Jovanovic. O conselheiro Oscar Garbelotto, nos termos do item II daquela portaria, foi designado “para o exercício da Presidência da Fundação, no primeiro mandato”.⁹

Pouco mais de um mês depois, no dia 9 de agosto, foi formado o primeiro Conselho Consultivo da instituição, ao qual se reservou, entre outras atribuições, a função de assessorar a presidência e o Conselho Diretor da Pró-Memória. A partir da portaria nº 12.266, Tortorello designou representantes de vários segmentos da sociedade sul-são-caetanense para a ocupação daquele que seria o primeiro Conselho Consultivo da recém-criada instituição, que ficou assim composto: Antônio José Dall’Anese (Câmara Municipal), Laurito Antônio Perrella (Instituto Municipal de Ensino Superior – Imes, atual Universidade Municipal de São Caetano do Sul – Uscs), Eva Bueno Marques (Departamento de Educação e Cultura – Depec, atual Secretaria Municipal de Educação – Seeduc), Luiz Cesar Thomas Fanfa (General Motors do Brasil S/A), David Tavares (Cerâmica São Caetano S/A), Péricles Arcuri Gastaldo (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Ciesp, Diretoria Municipal de São Caetano do Sul) e Alarico Sukadolnik (Associação Comercial e Industrial

de São Caetano do Sul – Aciscs).

Naquele dia 9 de agosto de 1991, o Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória foi empossado em uma cerimônia realizada na Academia de Letras da Grande São Paulo, então sediada no mezanino do Teatro Santos Dumont (Avenida Goiás, nº 1.111). Na ocasião, lançou-se também a quinta edição de *Raízes*, revista semestral que, ao lado da proposta de publicação de livros sobre a história da cidade, compunha o robusto projeto editorial então a cargo da Assessoria de Comunicação Social da municipalidade. Nas palavras de Oscar Garbelotto, primeiro presidente do Conselho Diretor, nota-se a expectativa que existia em torno da novata Fundação Pró-Memória, “um dos instrumentos necessários para o resgate e projeção do futuro sobre a realidade presente”.¹⁰

Em um discurso comovente, proferido na mesma oportunidade, o conselheiro José de Souza Martins teceu uma narrativa acerca dos significados que engendram a instituição, ajudando-nos a compreender, de maneira contextualizada, a importância de sua criação e a ampliação de sua missão.

A criação da Fundação Pró-Memória é um ato corajoso e inadiável, em favor da autonomia da memória. É um ato decisivo por uma história local acima das facções de qualquer natureza – uma história de todos e não só de alguns, uma história aberta, democrática-

mente concebida, permeada pelos processos da História abrangente, que tem sentido. (...) A Fundação Pró-Memória é a garantia da independência dos pesquisadores, na busca inteligente que dá sentido à memória que é de todos. Sua criação faz parte do mesmo conjunto de medidas do maior alcance tomadas recentemente pela administração municipal: o lançamento da revista “Raízes”, já em seu quinto número, e o projeto arqueológico na área da Matriz Velha. A Fundação é a garantia da continuidade desse trabalho e da sua independência.¹¹

À Fundação Pró-Memória, como previsto na lei que a instituiu, foi incorporado o Museu Histórico Municipal, até então “um simples apêndice do Departamento de Educação e Cultura.”¹² Com a observância de tal incorporação, almejava-se não só incrementar aquele equipamento, fornecendo-lhe melhores parâmetros de funcionamento, como ainda possibilitar o próprio fortalecimento da Fundação, que passaria a responder pelas atividades de cunho histórico e memorialístico verificadas no município.

Não obstante o atrelamento do Museu, a Fundação Pró-Memória não tardaria para absorver também as atribuições do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de São Caetano do Sul, criado pela lei nº 2.981, de 26

de dezembro de 1988, conforme ressaltado anteriormente. A transferência das competências daquele conselho para a Pró-Memória foi solicitada no dia 3 de dezembro de 1992, quando os seus integrantes reuniram-se, extraordinariamente, para a discussão do assunto. Alegou-se, nesse ensejo, que o mencionado conselho vinha encontrando obstáculos “para materializar os seus objetivos”, sobretudo em razão das condições nas quais se encontrava funcionando. Tal solicitação foi, por sua vez, abraçada pelo Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória, durante a reunião extraordinária ocorrida naquele mesmo dia 3 de dezembro. Na ocasião, registrou-se em ata que a Fundação apresentava-se apta para concretizar os objetivos preconizados pela lei que instituiria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico local.

Já contando com o Museu em sua estrutura desde o ato que a criou, consagrado pela lei municipal nº 3.147, de 12 de junho de 1991, a Fundação Pró-Memória ganharia um outro setor no início de sua trajetória, que, como aquele, colocar-se-ia também como frente de atuação destinada a viabilizar e a amparar as suas finalidades precípuas: o Centro de Documentação Histórica. Proveniente dos arranjos textuais e iconográficos que compunham o acervo do Museu Histórico Municipal, esse Centro de Documentação teve a sua

implementação discutida como pauta de reuniões do Conselho Diretor da Pró-Memória.

No dia 3 de junho de 1993, tais discussões eram iniciadas, tendo como ponto de partida uma ideia já contemplada naquele estudo pioneiro realizado em 1989, que, depois, embasaria o próprio projeto de criação da Fundação: a da implantação de um serviço documental e de pesquisa da história local na instituição. A ser promovida às custas “de toda a documentação secundária que (estava) no Museu, tais como, jornais, revistas, livros, fotografias (...)”,¹³ a proposta de inserção daquele serviço na sede da Fundação Pró-Memória (então localizada na Avenida Goiás, nº 600) foi justificada, na época, por argumentos que ocasionaram reflexões acerca da necessidade de reorganização dos objetivos daquele Museu frente ao panorama que se impunha, na esfera da preservação da memória sul-são-caetanense, com o surgimento da Fundação. Acreditava-se que, com a transferência de parte de seu acervo para a Pró-Memória, o Museu passaria a melhor dimensionar o seu espaço, divulgando ao público o que estivesse de acordo com os reais interesses da história local.¹⁴

No dia 3 de março de 1994, a Fundação Pró-Memória anunciava a abertura do seu “arquivo histórico”, prevista para o dia 7 de tal mês, sendo esse episódio “o primeiro passo para a infor-

Cerimônia de inauguração da Pinacoteca Municipal (uma das frentes de atuação da Pró-Memória), no dia 18 de abril de 2002. Esse evento integrou a programação de abertura do Complexo Educacional do Ensino Fundamental, que passaria a servir de sede não só para a Pinacoteca, mas também para a própria Fundação



Público prestigia inauguração do Salão de Exposições da Fundação Pró-Memória no Espaço Verde Chico Mendes, no ano de 2003





matização e microfilmagem do acervo” da entidade.¹⁵ Pela análise de outros registros constantes no livro de atas da instituição, é possível afirmar que o projeto em questão fora ganhando contornos na medida da consolidação daquele arquivo. No primeiro semestre de 1995, além da proposta de informatização, discutia-se também a possibilidade de contratação de um profissional da área de arquivos para proceder a organização do acervo documental da entidade.¹⁶ Do acatamento da sugestão em tela, ocorrido no dia 3 de agosto daquele ano de 1995, até o início dos trabalhos de Leila Bussab, primeira responsável pelo Centro de Documentação Histórica da Pró-Memória,¹⁷ transcorreram seis meses.

Com a sua informatização em curso e contando com a supervisão técnica daquela arquivista, o referido Centro de Documentação adentraria os anos subsequentes preparado para se firmar como um dos setores vitais da Fundação, em um momento de nítido fortalecimento e crescimento da instituição.

Primeiras ações – Antes mesmo de estabelecer-se em uma sede, a Fundação Pró-Memória deu início a uma série de ações, entre exposições, parcerias, homenagens e eventos. Abrindo a tradição da organização de exposições fotográficas, que se firmaria, com a passagem dos anos,

como uma das principais marcas da atuação da instituição, aparece a mostra dedicada ao tema do trabalho. Primeira ação da então novel Fundação, tal mostra, composta por 70 fotos representativas do operariado da região e de seus respectivos ambientes de produção, integrou o calendário dos festejos comemorativos do 114º aniversário da cidade. Constituída, parcialmente, por imagens provenientes do Museu Histórico de São Caetano, fora apresentada, até o dia 12 de agosto de 1991, no saguão do edifício da prefeitura, na Avenida Goiás, nº 600 (a transferência desta para o Palácio da Cerâmica ocorreu no ano seguinte, possibilitando a instalação da Pró-Memória em um setor daquele edifício da Avenida Goiás, conforme será visto adiante).

Para homenagear o movimento autonomista de 1948, a Fundação promoveu, no Teatro Paulo Machado de Carvalho, uma exposição das principais charges de Jayme da Costa Patrão, publicadas, originalmente, no *Jornal de São Caetano*, durante as articulações em prol daquele movimento. Na ocasião, a emancipação político-administrativa da cidade estava completando 43 anos.¹⁸ Depois, essa exposição rumou para o hall da agência do antigo Banco Banespa em São Caetano, lá permanecendo até o dia 9 de novembro de 1991.¹⁹

O ano de 1992 iniciaria com boas perspectivas para a Fun-



dação Pró-Memória. Agraciada com a doação da coleção encadernada do *Jornal de São Caetano* e do seu respectivo arquivo fotográfico, a instituição enriqueceria o seu acervo, que, na época, encontrava-se no Museu Histórico Municipal (a transferência dos registros documentais e iconográficos que compunham o acervo desse Museu para a sede da Fundação seria verificada em 1993, como já salientado neste artigo). Ressalte-se que uma outra doação relevante seria realizada quase três décadas depois à Pró-Memória. Trata-se da coleção do *Diário do Grande ABC*, periódico referencial na região, o qual, desde o início de 2020, tem o seu acervo sob a guarda da instituição. Mais de mil encadernações estão disponíveis para pesquisa, com exemplares desde a fundação do jornal, em 1958, quando ainda tinha o nome de *NewsSeller*.

O primeiro grande evento promovido pela Fundação Pró-Memória não tardaria, sendo realizado entre os dias 11 e 13 de março daquele ano de 1992. Tratava-se do Simpósio de História do ABC, organizado em parceria com a prefeitura e o Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (Gipem) como parte das iniciativas preparatórias para a segunda edição do Congresso de História da região, que aconteceria em São Bernardo do Campo, ainda naquele ano de 1992

(dois anos depois, São Caetano do Sul sediaria, pela primeira vez, o aludido congresso, voltando, em 2009, a promovê-lo. Em ambas as ocasiões, registrou-se a coordenação da Fundação, que concederia também o seu apoio à organização das demais edições do evento).

O Simpósio de História do Grande ABC apresentou uma intensa programação, que compreendia o lançamento do segundo livro do projeto editorial coordenado pela municipalidade, intitulado *Dietário dos Escravos de São Bento*, de autoria de Luiz Gonzaga Piratininga Júnior, mesas-redondas e um evento em comemoração ao centenário da Sociedade de Mútuo Socorro Príncipe di Napoli, com o registro de uma palestra ministrada por José de Souza Martins e de uma exposição no Museu Histórico Municipal.²⁰

Além dessas ações pioneiras, a Fundação Pró-Memória assinaria também no ano de 1992 a inauguração de sua primeira sede, episódio marcante para a sua ainda prematura trajetória. Instalada em parte das dependências do antigo Paço Municipal, na Avenida Goiás, nº 600, fora inaugurada no dia 26 de setembro em uma cerimônia na qual estiveram presentes o prefeito Luiz Tortorello, membros do Conselho Diretor da instituição, memorialistas, assessores da prefeitura e populares em geral. Na ocasião, a Fundação brindou o público com

a abertura de duas exposições: *Vestido de Noiva*, com imagens de casamentos, condizentes ao período situado entre as décadas de 1910 e 1950, e a outra alusiva a uma retrospectiva das obras do pintor João Fernandes Ribeiro, cuja caminhada fora construída em São Caetano.

Com a obtenção dessa sede, a Fundação Pró-Memória deu prosseguimento à sua proposta de organização de exposições, intensificando a sua programação nessa área, conforme evidenciam os registros presentes no livro de atas de seu Conselho Diretor. Apresentando temas variados, tais exposições constituíram-se em importantes instrumentos de abordagem de aspectos diversos do cotidiano local, desvelado sob o prisma de uma memória que buscava refinar-se paulatinamente, com base no próprio rol de fontes que a instituição vinha organizando, sistematizando e interpretando. Entre as temáticas contempladas nas mostras organizadas durante a jornada inicial da Pró-Memória, destacam-se as concernentes à imprensa regional (*Jornais e Jornalistas*, exposição aberta em 15 de abril de 1993), aos colonos vênetsos (*Vittorio Veneto e São Caetano: Retrato de uma Imigração*, inaugurada no dia 27 de julho de 1993), ao Natal (*Brinquedos de Natal*, cuja abertura deu-se em 15 de dezembro de 1993), às obras expostas nos salões de Arte Contemporânea da cidade, reali-

Lançamento da primeira Agenda Histórica, no ano de 2004. O projeto está em sua 19ª edição e conta com apoio da iniciativa privada



zados, de maneira não consecutiva, entre 1967 e 1988 (*Retrospectiva dos Salões de Arte Contemporânea de São Caetano do Sul*, aberta em 26 de julho de 1994), às salas de cinema (*Salas de Cinema em São Caetano do Sul*, inaugurada em 8 de abril de 1995), entre outras.

A partir da segunda metade da década de 1990, a Fundação incorporou uma série de espaços expositivos, o que criaria condições para a expansão de suas atividades. Saliente-se também que, daquele período em diante, os projetos idealizados pela entidade iriam garantir-lhe uma significativa visibilidade, como será mostrado no próximo item.

Expansão – A Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul adquiriu um fortalecimento consistente a partir da segunda metade do decênio de 1990. Em tal período, foram assinalados fatos que possibilitaram à instituição expandir-se em suas frentes de atuação,

diversificando a finalidade de suas propostas e incrementando a sua estrutura organizacional.

Sob a presidência de Aleksandar Jovanovic (que substituiu Oscar Garbelotto), a Fundação absorveu o projeto editorial antes a cargo da então Assessoria de Comunicação Social da prefeitura, assumindo, assim, a edição e publicação da revista *Raízes* a partir de seu número 15, de julho de 1997. Além de *Raízes* (a marca mais emblemática da Pró-Memória, o carro-chefe de seus trabalhos no campo editorial), a instituição passaria, frente ao delineamento desse novo quadro, a responder também pela publicação de livros. O primeiro deles a ser lançado foi *Diário de fim de século: notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX*, de José de Souza Martins. Por meio de tal trabalho, a Fundação inaugurara, em 1998, a série *Cadernos de História, Documenta e Ensaios*, sob a qual promoveu a publicação de todos os livros que

vieram na sequência daquele pioneiro (hoje, essa bibliografia compreende um total de 28 títulos).

Se, por um lado, a inserção do projeto editorial entre as iniciativas da entidade servira para conduzi-la rumo a um caminho de crescimento e expansão, por outro, a incorporação de novos espaços expositivos, a partir de 1997, e a criação da Pinacoteca Municipal consolidariam esse processo, concedendo-lhe uma maior visibilidade junto ao público e colocando-a na vitrine das ações culturais ocorridas na cidade.

Até o início da segunda metade dos anos 1990, a Pró-Memória contava apenas com o salão de exposições situado nas dependências de sua primeira sede, na Avenida Goiás, nº 600. Em 1997, essa situação começou a modificar-se em razão da inauguração do espaço cultural localizado no segundo andar do Shopping São Caetano (Rua Manoel Coelho), no qual a Fundação passaria a manter, permanentemente, suas mostras, conforme registro presente na ata da reunião do seu Conselho Diretor, realizada em 2 de outubro daquele ano. A tal espaço, inaugurado no dia 16 de outubro, juntaram-se outros, no decorrer dos anos, precedendo os que atualmente integram a estrutura da instituição (Salão de Exposições do Espaço Verde Chico Mendes, Espaço Cultural Casa de Vidro e Espaço do Forno). A Fundação ingressaria nos anos 2000 com vários espaços

expositivos espalhados por diferentes pontos e estabelecimentos do município.

O final da década de 1990 constituía-se em marco para a história da Fundação Pró-Memória não só em virtude do que foi acima relatado, mas também em razão de ter sido nele observado o início das discussões e articulações para a instalação da Pinacoteca Municipal junto à estrutura da instituição. O primeiro registro a esse respeito data de 4 de setembro de 1997, quando, durante a reunião do Conselho Diretor da Fundação, falou-se acerca da possibilidade da “administração de uma pinacoteca”, o que ensejaria a organização de exposições com obras de artistas plásticos, a partir de 1998. Segundo o que consta na ata de tal reunião, a ideia era a de propiciar a doação, por parte desses artistas, com prioridade para os da cidade, de uma de suas obras para a Fundação Pró-Memória. Na ocasião, mencionou-se também a respeito da parceria que a entidade estabeleceria com a Fundação das Artes, o Depec e o Sesc, o que poderia contribuir para a viabilização do projeto atinente à implantação da Pinacoteca.

Alguns dias depois, mais precisamente na reunião extraordinária daquele conselho, realizada em 19 de setembro, confirmou-se a possibilidade dessa implantação, então prevista para 1998, conforme já havia sido cogitado durante a assembleia anterior, de 4 de setembro. Seguindo a cronologia dos regis-

tros sobre o desenrolar dessa pauta, foi encontrada a menção segundo a qual a Pinacoteca Municipal de São Caetano do Sul encontrava-se vinculada à Fundação Pró-Memória, com previsão “de reestruturação e restauração” de obras já incorporadas ao acervo da referida Pinacoteca.²¹

Embora houvesse consenso, já no final da década de 1990, quanto à sua anexação à Pró-Memória, apenas no dia 12 de março de 2002 tal assunto se oficializou, por força do decreto nº 8.433, que apontara a sua cessão à Fundação. No dia 18 de abril daquele ano, a Pinacoteca era, por fim, inaugurada no térreo do prédio do Complexo Educacional do Ensino Fundamental (Avenida Dr. Augusto de Toledo, nº 255), também aberto ao público naquele mesmo dia. Para marcar essa ocasião especial, a Pinacoteca Municipal organizou a exposição *Retrospectiva*, mostra com as principais obras dos Salões de Arte Contemporânea de São Caetano do Sul, cuja primeira edição ocorrera entre os dias 30 de julho (data de sua abertura) e 30 de agosto de 1967.

Saliente-se que a questão relativa à necessidade de mudança da Fundação para uma outra sede colocou-se como tema de discussão simultaneamente ao debate concernente à incorporação da Pinacoteca. No dia 7 de fevereiro de 2001, durante a reunião do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória, Sonia Maria Franco Xavier, que

A Fundação Pró-Memória em números

ACERVO

Mais de 700

obras de arte na Pinacoteca

Cerca de 20 mil

fotografias no Centro de Documentação

Mais de 5 mil

objetos no Museu Histórico Municipal

PROJETO EDITORIAL

28 livros

66 edições

da revista *Raízes*
(sendo 3 especiais)

SITE

Mais de 240 mil

acessos (a partir de 2007)

130 mil

downloads das publicações (desde 2018)

havia então assumido recentemente a presidência da instituição (sucendo a Jovanovic), ponderava sobre a urgência de se ampliar o espaço físico da instituição, “propondo mesmo a busca de um novo local para a Fundação.”

Naquele dia 18 de abril de 2002, com a inauguração do prédio do Complexo Educacional, a Fundação Pró-Memória teve a sua nova sede aberta oficialmente no andar superior de tal prédio. A transferência para esse edifício, com melhores condições estruturais, é um dos indicativos do inegável crescimento alcançado pela instituição. Em processo contínuo de expansão, não seria mais viável permanecer em um espaço que vinha mostrando-se acanhado e deficitário, como o de sua primeira sede, na Avenida Goiás, nº 600. O local permaneceu somente como salão expositivo por algum período após a mudança da sede administrativa.

A Pró-Memória aportava, assim, no século 21 com outros anseios e desafios, que, somados aos sonhos de outrora e aos seus objetivos essenciais, emoldurariam a sua trajetória de 30 anos em São Caetano do Sul.

Nos anos seguintes, logo após a transferência da sede da Fundação Pró-Memória para o endereço atual, um novo local é incorporado aos espaços culturais da instituição. Com a reforma do Espaço Verde Chico Mendes, realizada em 2003, um salão expositivo passa a receber exposições

produzidas pela Pró-Memória. Na inauguração, a mostra *Chico Mendes: o buracão que virou espaço verde*, apresentou a história da área. Como o salão expositivo localizado na sede anterior seria desativado, em 2006, o parque passou a receber, o que acontece até os dias atuais, mostras fotográficas que exploram aspectos da história de São Caetano.

Outra ampliação acontece em 2013, com o Espaço Cultural Casa de Vidro passando a fazer parte da programação da instituição. No local, foi instalado um ateliê pedagógico, que dá suporte às atividades da Pinacoteca Municipal, e também um espaço expositivo.

Em 2014, a empresa SoBloco Construtora, responsável pelo empreendimento do Espaço Cerâmica, no Bairro Cerâmica (na área das antigas instalações da Cerâmica São Caetano), preservou e restaurou um dos fornos da empresa, cedendo a edificação à Fundação Pró-Memória que passou a ter, no local, mais um espaço expositivo. A inauguração aconteceu no dia 14 de dezembro daquele ano, com a exposição *Um lugar, Uma história*, que retratou a evolução desta que foi umas das principais indústrias de São Caetano do Sul.

Principais projetos – O Projeto Editorial, que contempla a edição da revista *Raízes* e de livros, tem grande repercussão entre a população, entretanto, diversos outros projetos são desenvolvidos pela Fundação Pró-

EXPOSIÇÕES

717 exposições

realizadas nos espaços da Fundação Pró-Memória, além das mostras itinerantes

89

exposições virtuais com mais de **23 mil acessos**

HOMENAGENS

PROJETO CIDADÃO DA HISTÓRIA

2.215

homenageados (moradores, estabelecimentos comerciais, entidades e indústrias mais antigos da cidade)

PÚBLICO

Mais de 260 mil visitantes nas exposições

Mais de 5 mil consultas ao acervo do Centro de Documentação Histórica

23,8 mil

estudantes da educação infantil e ensinos fundamental e médio



Alunos da Escola Eduardo Gomes participam do projeto *Agir e Interagir*, na Pinacoteca Municipal, em 2017

-Memória, não somente nas áreas de memória e história, mas também com foco nas artes visuais.

Entre os grandes projetos da Fundação podemos destacar o *Cidadão da História* (antes denominado *Memória e Cidadania*) iniciado em 2002. Em uma parceria com a prefeitura municipal, por meio da entrega de homenagens, a instituição reconhece e valoriza a participação dos cidadãos da cidade, destacando suas atuações em cada bairro. Até 2019, mais de duas mil pessoas já foram agraciadas, contemplando representantes de estabelecimentos comerciais, indústrias e entidades.

Entre os anos de 2002 e 2005, a instituição identificou e sinalizou diversas edificações em São Caetano do Sul, como parte do projeto *Caminhos da Memória*, que tinha a intenção de levar ao conhecimento da população locais considerados de grande importância cultural e histórica, e estimular a valorização do patrimônio local. Neste período, três caminhadas pela cidade foram

realizadas para divulgar os pontos sinalizados.

Em 2003, a Fundação Pró-Memória, já em sua nova sede e agora tendo sob seu comando a Pinacoteca da cidade, deu início a um de seus mais relevantes projetos. Então chamado *Aprendendo a Ver*, tinha como público-alvo estudantes dos ensinos infantil, fundamental e médio, das redes públicas e particulares, que realizavam visitas monitoradas às exposições promovidas na Pinacoteca Municipal. Atualmente, a iniciativa tem o nome de *Agir e Interagir – Arte e Criação* e consiste em um programa de ação educativa que, por meio de atividades lúdico-educativas, tem o objetivo de ampliar o conhecimento dos visitantes, promovendo a interação com a arte e contribuindo para a formação de um público apreciador e frequentador de espaços culturais. Atendendo jovens, crianças e adultos, o *Agir e Interagir* já recebeu mais de 23 mil estudantes.

Ainda no ano de 2003, a instituição abriu as portas da Pinacote-

ca para os artistas de São Caetano, por meio da realização da primeira edição da *Vitrine – Mostra Coletiva de Artistas de São Caetano do Sul*. Com o objetivo de conhecer a produção artística da cidade, revelar novos talentos e dar espaço aos artistas locais, o projeto caminha para sua sétima edição e já contabiliza mais de 540 obras produzidas por artistas de São Caetano expostas na Pinacoteca Municipal.

No ano seguinte, teve início o projeto da *Agenda Histórica*. Em sua 19ª edição, a ser lançada no final de 2021, nasceu com a proposta de levar para o dia a dia das pessoas importantes fatos da história de São Caetano. Todos os anos, a instituição conta com apoio da iniciativa privada para a realização dessa empreitada.

Em 2011, a Fundação Pró-Memória deu um passo maior no mundo digital, criando um projeto de exposições virtuais. Desde então, a cada um ou dois meses, uma nova mostra é disponibilizada no site da instituição. Além de ser uma maneira de divulgar seu acervo iconográfico, é uma ferramenta que amplia o acesso do público a aspectos diferentes da história da cidade. As exposições virtuais já receberam quase 240 mil acessos desde sua criação.

No Espaço Cultural Casa de Vidro, a Fundação Pró-Memória pode ampliar sua área de atuação nas artes visuais. Em 2013, por meio do projeto *Sextas com Arte*, o ateliê passou a permitir que, neste dia da semana, os visitantes pudes-

sem praticar arte, em experiências com desenho e gravura, sob orientação de um atelierista. Em 2016, o projeto foi ampliado, passando a funcionar diariamente, como ocorre até os dias atuais. Ou seja, de segunda a sexta, qualquer pessoa pode colocar a mão na massa e pintar, desenhar ou gravar. E todo material necessário é disponibilizado pela instituição.

No ano de 2014, a Pró-Memória direcionou seu olhar aos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, por meio do projeto *Encontro com a História*, que contempla ações como palestras e reuniões com professores, visitas a escolas, desenvolvimento de material didático e visitas monitoradas dos alunos nos espaços da instituição. O objetivo é enriquecer os conteúdos disponíveis relacionados à história de São Caetano do Sul, e dar suporte aos professores para o desenvolvimento de ações dentro e fora da sala de aula. Para isso, são utilizados materiais dos acervos do Centro de Documentação Histórica e do Museu Histórico Municipal, como livros, jornais, mapas, documentos, objetos e fotografias.

Um dos frutos deste projeto foi a publicação, em 2015, do livro *A História de São Caetano do Sul*. Voltado ao público infantil, foi escrito por Nereide Schilaro Santa Rosa (escritora, pedagoga e arte-educadora vencedora do Prêmio Jabuti em 2004) e leva os pequenos leitores a um passeio pela história do município, por meio de textos curtos, simples e objetivos, e ricas

ilustrações da designer Roberta Giotto. O livro, já em sua terceira reimpressão e distribuído aos alunos dos 3º anos do ensino fundamental, foi inspiração para um jogo de tabuleiro que percorre os acontecimentos da história local, e foi distribuído aos alunos participantes do projeto.

Mais recentemente, para comemorar os 30 anos da revista *Raízes*, a Fundação promoveu uma reformulação gráfica e editorial da publicação. O número 59, lançado em julho de 2019, veio com novas seções e uma diagramação mais dinâmica que marcaram esta nova fase. Outra iniciativa que teve início em 2019 foi a realização de parcerias para a revitalização da Praça do Professor, localizada ao lado da sede da instituição. Diversas empresas da cidade são responsáveis pela manutenção do jardim, transformando a praça em uma área de convivência mais convidativa. O local ganhou, ainda, obras de arte instaladas ao ar livre. Nesta verdadeira Praça da Cultura estão trabalhos de Rubens Ianelli e Yutaka Toyota. Este projeto terá continuidade com a instalação de novas obras.

Ainda em 2019, ganharam destaque as rodas de conversa promovidas pela Fundação. A primeira edição foi realizada no mês de abril, no Espaço do Forno, e contou com a participação especial de José de Souza Martins. O tema foi a Cerâmica São Caetano, uma das maiores indústrias já instaladas na cidade. Outros

encontros foram promovidos no decorrer do ano, com grande participação do público.



Notas

- ¹PREFEITURA entrega Museu em prédio antigo restaurado. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano XLII, n. 2.581, p. 3, 7 jan. 1989.
- ²CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Lei municipal n. 2.981*. São Caetano do Sul, 26 dez. 1988.
- ³Para informações a respeito, consultar: IAFRATE, Mônica. Em busca do passado: as contribuições da arqueologia para a história de São Caetano do Sul. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 55, p. 40-46, ago. 2017.
- ⁴ROMEIRO, Maria do Carmo; GIMENES, Silvana Pereira. Os grandes números de um pequeno município. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 2, p. 22-24, dez. 1989, p. 22.
- ⁵*Ibidem*, p. 22.
- ⁶PROJETO Vida São Caetano. Crescimento ordenado com a descentralização. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano 44, n. 2.692, p. 5, 25 ago. 1990.
- ⁷PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Portaria n. 11.395*. São Caetano do Sul, 2 mar. 1989.
- ⁸*Ibidem*. *Estudo sobre a destinação histórica a ser dada à área do antigo "Buracão da Cerâmica"*. São Caetano do Sul, 16 mai. 1989.
- ⁹*Ibidem*. *Portaria n. 12.153*. São Caetano do Sul, 25 jun. 1991.
- ¹⁰CONSELHO da Fundação Pró-Memória toma posse em São Caetano. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano 45, n. 2.780, p. 3, 10 ago. 1991.
- ¹¹MARTINS, José de Souza. *Discurso proferido durante a posse do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul*. São Caetano do Sul, 9 ago. 1991.
- ¹²PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. *Estudo sobre a destinação histórica a ser dada à área do antigo "Buracão da Cerâmica"*. São Caetano do Sul, 16 mai. 1989.
- ¹³FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ata da reunião do Conselho Diretor*. São Caetano do Sul, 12 ago. 1993.
- ¹⁴*Ibidem*.
- ¹⁵*Ibidem*. *Ata da reunião do Conselho Diretor*. São Caetano do Sul, 3 mar. 1994.
- ¹⁶*Ibidem*. *Ata da reunião do Conselho Diretor*. São Caetano do Sul, 4 mai. 1995.
- ¹⁷*Ibidem*. *Ata da reunião do Conselho Diretor*. São Caetano do Sul, 1 fev. 1996.
- ¹⁸CHARGES de Jayme Patrão nos 43 anos da autonomia. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano 45, n. 2.805, primeira página, 6 nov. 1991.
- ¹⁹CHARGES em exposição no Banessa. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano 45, n. 2.806, p. 5, 9 nov. 1991.
- ²⁰SÃO Caetano realiza Simpósio de História. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano 45, n. 2.841, p. 3, 18 mar. 1992.
- ²¹FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Ata da reunião do Conselho Diretor*. São Caetano do Sul, 26 nov. 1998.

Cristina Toledo de Carvalho é historiadora, mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e doutoranda junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História desta universidade. É autora do livro *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, publicado em 2015 pela Fundação Pró-Memória, onde atua como assessora de difusão cultural. Representa a instituição no Grupo Temático História e Memória, do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Paula Fiorotti é jornalista formada pelo Instituto Metodista de Ensino Superior, tem pós-graduação em Comunicação Empresarial e Relações Públicas, pela Faculdade Cásper Líbero, e especialização em Gestão de Patrimônio e Cultura, pela Unifai (Centro Universitário Assunção). É membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Caetano do Sul e é responsável pelo Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória, sendo editora da revista *Raízes*.

Depoimentos de Ex-Presidentes

Acervo/FPMSCS



Charly Farid Cury, presidente da Fundação Pró-Memória desde 2017, discursa durante lançamento da revista *Raízes* n° 57, em 2018

Acervo/FPMSCS



Fachada atual da Fundação Pró-Memória

Prof. Dr. Aleksandar Jovanovic



Acervo/FPMSCS

O surgimento da Fundação Pró-Memória está ligado de modo direto a um episódio catalisador dos acontecimentos. Nos primeiros meses de seu primeiro mandato, em 1989, o prefeito Luiz Tortorello, de saudosa memória, incumbiu-me de formatar um projeto de publicações relativas à memória e à história de São Caetano do Sul. Nasceram assim a revista *Raízes* e o projeto editorial de livros, publicados inicialmente pela prefeitura, e depois encampados pela Fundação Pró-Memória.

A possibilidade de eu dirigir ambos os projetos acelerou a concretização de uma ideia que vínhamos discutindo há algum tempo com o meu estimado amigo, Oscar Garbelotto, também de saudosa memória: a criação de uma fundação municipal que se dedicasse à preservação da memória e his-

tória da cidade. Em pouco tempo, o esboço de um anteprojeto estava pronto. O prefeito concordou e enviou um projeto de lei à Câmara Municipal, que o aprovou. Nascia assim a Fundação Pró-Memória de São Caetano Sul, cujo primeiro presidente foi Oscar Garbelotto.

No segundo mandato do prefeito Luiz Tortorello, tive o privilégio de exercer a presidência da Fundação Pró-Memória. Confesso que foi um período de muito trabalho e dedicação, porém, uma época instigante, de grandes desafios e muita satisfação. Considero que durante os quatro anos à frente da Fundação Pró-Memória, entre 1997 e 2000, obtivemos alguns avanços significativos, como a obtenção de financiamento a fundo perdido para aquisição de equipamentos básicos para a conservação e arquivamento de documentos históricos da cidade; a assinatura de convênio com as cidades-irmãs de São Caetano do Sul na Itália (Thiene e Vittorio Veneto); negociações com a União Europeia para a obtenção de apoio e financiamento de projetos para a realização de escavação arqueológica no Bairro da Fundação e outros projetos; a assinatura de convênio com o Museu Paulista da Universidade de São Paulo para projeto de pesquisa

Sonia Maria Franco Xavier



ASINOV/FMKS

através da escavação arqueológica; e a assinatura de convênio com o Museu Paulista para catalogação, digitalização e arquivamento do acervo de fotografias históricas da Fundação Pró-Memória.

Destaco, ainda, a realização de exposições itinerantes em escolas, espaços públicos e privados da cidade, do Grande ABC, estações de metrô e alguns outros locais em São Paulo; a organização de campanhas para que moradores da cidade doassem cópias ou originais de fotografias e/ou documentos relativos à memória e história da cidade; e a elaboração de campanhas para que tivéssemos colaboradores para a revista *Raízes*, prestando depoimentos e/ou com a submissão de textos para eventual publicação.

Vale ressaltar que as exposições itinerantes, campanhas, estímulo à doação de fotografias e/ou documentos, depoimentos pessoais e incentivo para a submissão de textos para publicação eventual visavam solidificar e capilarizar na sociedade não apenas a ideia de pertencimento, mas também despertar a consciência de que a preservação do patrimônio cultural, dos bens tangíveis e intangíveis, é responsabilidade de todos os membros de uma comunidade.

Conheço a Fundação Pró-Memória desde sua concepção. Comemorar 30 anos de atividades nos leva a refletir sobre os antecedentes que favoreceram seu nascimento: lembramos do Museu Histórico Municipal e seu acervo subordinado ao setor municipal de educação; da parceria com o Museu Paulista para a realização de pesquisas arqueológicas nos arredores da Igreja São Caetano; do projeto editorial da revista *Raízes*, criado pelo setor de comunicação da prefeitura de São Caetano do Sul, a coluna *Memória*, no jornal *Diário do Grande ABC*; da formação do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do ABC: das diversas publicações sobre a história da cidade, de autoria do sociólogo José de Souza Martins, que também foi o idealizador do primeiro Congresso de História do ABC. Todos esses acontecimentos levaram o prefeito Luiz Tortorello, em 12 de junho de 1991, a criar essa autarquia com a responsabilidade

de pesquisar, divulgar e preservar nosso passado por meio dos nossos patrimônios culturais.

Fui a terceira presidente desta fundação, tendo oportunidade de dar continuidade ao trabalho de outros dois: Oscar Garbelotto e Aleksandar Jovanovic. Nos 10 anos os quais tive a honra de estar presidente, destaco alguns trabalhos. Dentro do Projeto Editorial, a publicação de livros envolvendo a comunidade, escritores, cronistas, poetas, acadêmicos e o acervo do Centro de Documentação Histórica (12 publicações); a continuidade da publicação da revista *Raízes* (21 edições); a publicação de uma agenda cultural anual para vivenciar nossas datas significativas e a história local. Cito, ainda, o projeto *Caminhos da Memória*, que sinalizou, com placas de cerâmica, vários marcos histórico-culturais localizados na cidade; e o projeto *Traços e Trilhas*, que identificou os caminhos utilizados pelos tropeiros que cruzaram esses espaços em diversos locais da então chamada região do Tijuçu.

Conquistas de novos espaços também marcaram minha gestão, como o atual prédio da instituição, com espaço amplo para abrigar o Centro de Documentação Histórica e a Pinacoteca, o Salão de Exposições localizado no Espaço Verde Chico Mendes, o Espaço Cultural Casa de Vidro - Ateliê Pedagógico, e o Espaço do Forno. Realizamos, ainda, a informatização dos siste-

mas do acervo, e demos início ao processo de digitalização de todas as fotografias e documentos.

Externo aqui minha gratidão a todos desta autarquia e seus colaboradores indiretos que, com seus trabalhos competentes, viabilizaram estas realizações nos mais de 10 anos da minha gestão. Fica a imensa saudade dos amigos e conselheiros (alguns que já não estão entre nós) de um passado que nos lega o orgulho de ter participado da história da nossa querida São Caetano do Sul.

Adauto Campanella



Agência FMS/CS

Tenho a satisfação de poder comemorar os 30 anos da Fundação Pró-Memória. Tive a oportunidade de, por um pequeno período, presidir essa importante instituição, mas nada que se compare aos que me antecederam e me sucederam. A Fundação tem um importante trabalho de divulgação, com o Museu Histórico, o Centro de Documentação e a Pinacoteca.

Eu nasci e me criei nessa cidade e é inegável a lembrança, a saudade de cada período que marcou a vida dos cidadãos. Pude

vivenciar alguns momentos, entre a metade dos anos 1950 e anos 1960, em que o clima social prevalecia em São Caetano. Naquele ambiente, que já veio logo após a emancipação da cidade, São Caetano fluía, crescia, se fortalecia, mas sobretudo existia um ambiente de familiaridade profundo. A cidade vivia um clima de união e força.

Como dizer para os jovens de hoje como foram nossos carnavais em São Caetano senão pelo trabalho da Fundação? Como foram os grandes bailes, os grandes encontros, os grandes shows, que hoje não se vê mais. São Caetano entrou em um processo rotineiro em que as pessoas têm uma conduta individual muito destacada. Então, aquilo que se vivenciou nos anos 1950 e 1960, por exemplo, e que, infelizmente, não acredito que um dia possa voltar, só mesmo um trabalho como o da Fundação Pró-Memória pode resgatar e garantir que as gerações futuras tenham conhecimento de tudo o que aconteceu em nossa cidade.

Clovis Antonio Esteves



Agência FMS/CS

Nestas três décadas a Fundação Pró-Memória desenvolveu um trabalho primordial para preservar a história e a memória da cidade de São Caetano Sul. Tive o privilégio de presidir esta entidade e isso era, para mim, um objetivo de vida. Sendo formado em História e acompanhando desde o início de suas atividades, tive a oportunidade de, na década de 1990, integrar seu conselho consultivo (representando a Cerâmica São Caetano S/A). Esta seria, desta forma, a minha realização profissional, coroando a minha formação acadêmica. Antes de trabalhar na Pró-Memória, fui supervisor do Museu Histórico Municipal, que também foi uma etapa importante para a minha formação.

Uma das responsabilidades da Fundação Pró-Memória é também no campo editorial, sendo editora de dezenas de livros importantes, além da revista *Raízes*. Durante a minha gestão, editamos uma das edições da revista sobre as igrejas católicas de São Caetano do Sul, com ênfase à Igreja Matriz Sagrada Família, apresentando um minucioso trabalho fotográfico sobre magníficas pinturas do templo, executadas pelos irmãos Pedro e Ulderico Gentili, filhos de nossa querida cidade. Esta revista teve uma circulação nacional e também na Itália, elevando ainda mais a competência da Fundação Pró-Memória da cidade de São Caetano do Sul.

QUAL SERIA UMA BOA MANEIRA de se homenagear os 30 anos de existência da Fundação Pró-Memória?

Pensando nisso, veio à nossa mente uma testemunha da longa trajetória da instituição. Dois anos mais velha do que ela, essa testemunha sabe contar a história da Pró-Memória em todos os seus detalhes, porque a conhece e a acompanha desde a sua gestação. A testemunha é a revista *Raízes*, que teve a sua primeira edição publicada em julho de 1989.

Assim sendo, percorremos as folhas de cada uma das 62 edições de *Raízes*, o que nos permitiu destacar os aspectos significati-

vos e diversificados da caminhada da Fundação, constatar a riqueza dos temas que mereceram foco, bem como homenagear alguns dos personagens marcantes nesses 30 anos de vida e história da Pró-Memória a serviço de São Caetano do Sul.

Talvez o desfile de temas a seguir até poderia ser pensado como algo do tipo *melhores momentos*, mas não temos tanta pretensão assim, apenas temos a intenção de homenagear a Fundação Pró-Memória, orgulho da cidade!

Vamos juntos compartilhar a linha do tempo e as folhas das *Raízes* da Fundação Pró-Memória?

Folhas, raízes, brotos e frutos em 30 anos de Pró-Memória

 João Tarcisio Mariani

Raízes nº 1 – Uma terra de muita fé! – A primeira edição da revista foi aberta com um artigo enaltecendo a religiosidade dos colonos italianos que vieram para São Caetano a partir de 1877. Em várias edições posteriores da revista, foi abordada a temática da fé na história da cidade e ficou sempre muito evidente a vocação religiosa que os colonos trouxeram consigo do Vêneto e que aqui semearam com muita devoção. Ao mesmo tempo em que esse carisma foi exaltado em *Raízes* nº 1, o autor desse primeiro artigo, não por coincidência, foi nada mais, nada menos, do que um dos responsáveis pela criação, tanto da revista *Raízes* quanto da Fundação Pró-Memória, figura fundamental em todas as iniciativas de educação, cultura, história e memória de São Caetano do Sul, o saudoso e inesquecível **OSCAR GARBELOTTO!**

Raízes nº 2 – Dom Pedro II esteve em São Caetano? – Uma trabalhosa pesquisa sobre uma hipotética visita que o Imperador D. Pedro II teria feito ao Núcleo

Colonial de São Caetano originou o artigo de abertura de tal edição. Existiam muitos relatos criativos e fantasiosos dos colonos italianos e de seus descendentes sobre essa visita, mas nenhuma prova documental. Se não fosse pelo trabalho e pela tenacidade de um brilhante pesquisador e historiador sul-são-caetanense, jamais saberíamos que essa visita não só aconteceu, em 28 de setembro de 1878, mas também foi registrada exclusivamente no diário pessoal do próprio D. Pedro II. Novamente, não por coincidência, quem realizou a pesquisa e assinou o artigo de *Raízes* nº 2 foi um ilustre cidadão de São Caetano do Sul, sociólogo e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde se doutorou, fez a livre-docência e se tornou professor titular. Membro da Academia Paulista de Letras, é fonte bibliográfica obrigatória da memória e da história, tanto da Fundação Pró-Memória quanto de São Caetano do Sul: **JOSÉ DE SOUZA MARTINS!**

Raízes nº 3 – Prefeito começa com P de Pellegrino! – Justa homenagem ao primeiro prefeito de São Caetano do Sul, Ângelo Raphael Pellegrino, que foi quem alavancou as mudanças na infraestrutura da cidade, abrindo caminho para o desenvolvimento que viria. E, mais uma vez, não por coincidência, quem assinou o artigo exaltando o personagem e seus feitos à frente da primeira administração pública da cidade foi alguém de fundamental relevância para a Pró-Memória, que tantas vezes passou pela instituição, algumas como presidente, e sempre se dedicando a construir um legado consistente e inquestionável: **SONIA MARIA FRANCO XAVIER!**

Raízes nº 4 – O homem que contava e desenhava histórias! – A história das capelas antigas de São Caetano é registrada com a vantagem de uma associação muito feliz encontrada no autor dessa crônica: a brilhante capacidade de escrever e contar histórias e o traço criativo e característico para ilustrar suas narrativas. Na *crônica de uma época*,

como o autor intitula o seu artigo em *Raízes* nº 4, além de descrever a origem e características das capelas, ele as apresenta através dos dotes de artista plástico e cartunista, além de ser um expoente da pesquisa e do registro da memória e da história de São Caetano, participando da criação da revista e da Fundação Pró-Memória e colaborando intensamente com *Raízes*: **JAYME DA COSTA PATRÃO!**

Raízes nº 5 – Nasceu! Não foi na Pro Matre; foi broto das Raízes, foi Pró-Memória! – Primeira edição publicada após a criação da Fundação Pró-Memória. Nessa revista, encontramos um artigo que nos apresenta a primeira e bem-sucedida iniciativa dos colonos italianos em se organizarem em sociedade. Um grupo formado por 110 italianos e seus descendentes decide criar uma entidade capaz de proporcionar ajuda material, moral e cultural, além de promover festas aos seus associados. Assim nasce a Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, em 1892, quase que um século antes da criação da Pró-Memória. Quem elaborou esse artigo foi um dos mais destacados membros da Comissão Editorial da revista: **HENRY VERONESI!**

Raízes nº 6 – Eram os autonomistas comunistas? – Um dos artigos mais interessantes desta edição traça os meandros, com riqueza de detalhes, e elucida perfeitamente a situação política que precedeu a autonomia de São Caetano, destacando a figura de Armando Mazzo, foco do artigo, que fora eleito prefeito de Santo André em 1947, inclusive com apoio dos eleitores de São Caetano, e tomaria posse em 1º de janeiro de 1948. Foi impedido de assumir por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essa decisão não só permitiu que ascendesse ao cargo de prefeito o segundo colocado naquele pleito de 1947, Antonio Fláquer, mas também abriu definitivamente o caminho para a luta emancipacionista de São Caetano. Essa rica e minuciosa pesquisa histórica contada na

revista se deve a um dos mais assíduos e versáteis colaboradores de *Raízes* e da Fundação Pró-Memória: **ANTONIO DE ANDRADE!**

Raízes nº 7 – Política partidária, ou “parte daria”? – Um dos artigos dessa edição debruça-se sobre um tema mais complexo e delicado ao esmiuçar a história da política do Grande ABC. Nesse texto, está demonstrada a preocupação com a qualidade e a profundidade dos artigos publicados pela revista ao tratar a política e a pesquisa sobre ela de forma, ao mesmo tempo, isenta, séria, didática e profunda. O artigo conclui que nem a história e muito menos a história política são obras do acaso cego, sendo ambas resultado da ação dos grupos sociais, da relação de forças econômicas, sociais e político-partidárias, aspectos que o autor trata em outras oportunidades sempre com muita agudeza e discernimento. É preciso destacar que o autor desse texto, um colaborador emérito desde a origem da revista, foi editor e jornalista responsável de *Raízes* de 1989 até 2000, além de membro dos Conselhos Diretor e Editorial da Fundação Pró-Memória, e seu presidente: **ALEKSANDAR JOVANOVIĆ!**

Raízes nº 8 – A memória do Diário e a memória de Raízes! – Um precioso e detalhado registro da visão urbana do que era o então subdistrito de São Caetano, no início dos anos 1940, equiparando-o, em termos de desenvolvimento econômico e demográfico, ao município de Santo André, ao qual pertencia. O artigo dá uma noção do estilo das casas daquele tempo, com descrições e desenhos, que nos levam a entender que o progresso urbano do parque industrial de São Caetano contrastava com a falta de benefícios básicos como redes de água e esgotos, além de energia elétrica domiciliar que somente atendia ao centro do distrito. O autor desse artigo pode ser considerado não só um marco na história da revista e da Fundação Pró-Memória, mas também de São Caetano

e do Grande ABC, uma vez que até hoje ele é o responsável pela página *Memória*, a mais lida e apreciada do caderno *Setecidades*, do *Diário do Grande ABC*: **ADEMIR MEDICI!**

Raízes nº 9 – Um Braido retumbante! – Em 1965, Hermógenes Walter Braido assumia, pela primeira vez, a prefeitura de São Caetano do Sul, transformando a cidade em um verdadeiro canteiro de obras, com a construção de nove prédios para o curso de primeiro grau. Isso significou o acesso ao ensino para 25 mil jovens sul-são-caetanenses, e o município ficar conhecido como “a cidade onde escola não é problema.” Houve ainda a construção de complexo para abrigar o então denominado Ginásio Vocacional. O espaço possuía salas de aula, oficinas, escritórios, refeitórios, cozinhas, teatro, etc. Era praticamente uma cidade em miniatura, instalada no antigo Bosque do Povo, na Vila Santa Maria (hoje, Bairro Santa Maria). A inauguração e o ano letivo aconteceram em 1968, mas a escola sobreviveu apenas até 1970, tendo seu fechamento decretado pelo governo militar. Quem contou em detalhes todo o episódio dessa experiência fascinante, mas reprimida, foi outro grande pesquisador da memória do Grande ABC e colaborador marcante de *Raízes*: **JOSÉ ROBERTO GIANELLO!**

Raízes nº 10 – Que bons vênnetos os tragam! – Com uma extensa e minuciosa narrativa, foi traçado o histórico da saga do povo vênneto, região do norte da Itália, de onde partiram as primeiras famílias que vieram habitar o Núcleo Colonial de São Caetano, em 1877. Dedicados à agricultura, souberam eles construir uma cidadania própria, um caráter sólido formado pela altivez, a coragem e a vontade férrea. Foi assim que os vênnetos vieram a São Caetano e fincaram as raízes de sua forte dedicação à cidade. Foi um doutor em Ciências Comerciais e grande colaborador de *Raízes* o responsável por esse magnífico artigo sobre a saga vênneto: **ARNALDO TREBILCOCK!**

Raízes nº 11 – Quanto vale um voto? – Nessa edição, a história da primeira eleição de São Caetano e a constituição da Câmara de Vereadores, formada por 21 membros, sendo 20 homens e uma mulher (Olga Montanari de Mello), é tratada em um de seus artigos. Pouca gente sabe ou lembra que naquela eleição de 1949, logo após a autonomia, a primeira vereadora só foi eleita por apenas um voto de diferença, após três contagens dos votos, naquele tempo, em cédulas de papel. A história de Olga Montanari e seus três mandatos como vereadora foi contada pelo jornalista **PAULO HERAS!**

Raízes nº 12 – Vereador começa com V de Ventura! – Uma das pautas desse número é a entrevista com um vereador de São Caetano que, graças ao seu prestígio junto aos bairros Santa Maria e Barcelona, conseguiu se eleger por seis mandatos consecutivos na cidade, permanecendo na Câmara Municipal por 26 anos, de 1957 a 1983. Nessa entrevista, o vereador Fábio Michelin Ventura fez um comparativo da política no tempo em que ele iniciara na vida pública com a da época da edição do número ora em questão da revista (1995). Fábio Ventura faleceu em 31 de maio de 2005, aos 83 anos, deixando um legado de algo em torno de quatro mil projetos de sua autoria na Câmara Municipal. Em lugar de exaltar um único personagem para a autoria desse artigo, cabe creditar o mérito dessa entrevista a toda a **EQUIPE EDITORIAL DA REVISTA** daquela época!

Raízes nº 13 – Paúra, Pádua, Santo Antônio! – Em um de seus artigos, essa edição apresenta um tema curioso que nos leva à seguinte indagação: Qual a razão para uma tão grande veneração entre nós dedicada a Santo Antônio? Na região do Grande ABC, a devoção a ele foi introduzida pelos italianos, principalmente em São Caetano do Sul. Isto se justifica porque as primeiras famílias de imigrantes italianos eram oriundas da cidade

de Vittorio Veneto, região do Vêneto, onde também fica a cidade de Pádua – em italiano, Padova –, local onde o santo viveu seus últimos anos de vida e está sepultado. A incerteza e a ansiedade, o medo (paúra) e a insegurança, e a esperança dos imigrantes italianos faziam com que eles, antes de embarcarem no porto de Veneza com destino à América, passassem por Pádua ou rezassem pedindo proteção ao santo para a jornada que iriam enfrentar no Novo Mundo. Além das muitas capelas construídas pelas famílias, dedicadas ao santo, aqui em São Caetano, ficou definitivamente marcada a devoção ao ser conferido o nome de Santo Antônio a um dos nossos bairros. Outro grande colaborador da revista *Raízes*, jornalista e advogado, assinou este artigo: **VALDENÍZIO PETROLI!**

Raízes nº 14 – Saudade em dose dupla: Bonifácio e Grêmio! – Recordar é viver! Uma das mais destacadas e agradáveis páginas da história do ensino na cidade é tema de um artigo dessa edição de *Raízes*, o qual conta as memórias da fase áurea da escola mais emblemática daqueles bons e velhos tempos: o Ginásio Coronel Bonifácio de Carvalho. A narrativa vai desde a criação da escola, passa pelos momentos mais marcantes, resgata e exalta os nomes de professores e funcionários, até chegar ao magnífico protagonismo dos alunos, por meio de sua criativa e empenhada participação no Grêmio Estudantil 28 de Julho. Os melhores momentos do Bonifácio de Carvalho foram descritos por alguém que não só participou ativamente dessa história, como também conduziu os destinos da escola por 18 anos, seu estimado e saudoso diretor **JOSÉ TEIXEIRA GONÇALVES!**

Raízes nº 15 – Como era bom andar de pé no chão! – Em tal edição, *Raízes* apresenta um depoimento fantástico sobre o que era São Caetano nas primeiras décadas do século 20, com direito a detalhes líricos em relação à geografia, à fauna,

à flora, aos meios de locomoção e à vida de seus habitantes. Trata-se de uma nostálgica viagem ao que eram as terras pós-colonização italiana, no período, contudo, anterior ao do desenvolvimento urbano que acometeria a cidade. A minuciosa e bucólica narrativa retrata o cenário vigente à época do ranger das rodas dos carros de boi transportando lenha e a imensa variedade de frutas silvestres deliciosas e gratuitas. Quem nos proporcionou esse agradável e poético reencontro com o passado foi alguém que sabia muito bem a respeito, porque esteve lá para testemunhar tudo: **GISBERTO GRIGOLETTO!**

Raízes nº 16 – Por que 60 milhões de europeus imigraram? – Um artigo dessa edição apresenta uma análise profunda dos fatores capazes de justificar a imigração italiana para os países que acolheram os imigrantes, inclusive o Brasil. A história da imigração italiana é considerada uma página vergonhosa para muitos historiadores e pesquisadores italianos, porque poucos estudos foram realizados sobre o assunto. Além disso, é mais fácil encontrar análises sobre as causas e consequências do processo migratório nos próprios países onde os italianos se fixaram. O autor de tal artigo, que é descendente de imigrantes que vieram colonizar São Caetano, avalia com detalhes as circunstâncias da imigração. O artigo, por sua ampla visão do tema, merece ser revisitado e o seu autor merece ser reverenciado: o jornalista **CLAUDINEI RUFINI!**

Raízes nº 17 – Cerâmica, sinônimo de São Caetano! – Durante muito tempo, uma das marcas registradas da história de São Caetano foi a cerâmica, arte milenar e presença importante na vida da cidade. Na verdade, o artigo que escolhemos nesta edição de *Raízes* é, ao mesmo tempo, uma aula de história da cerâmica e também uma coleção de fotos de peças belíssimas de cerâmica artística. O autor do artigo é o fotógrafo, responsável por diversas exposições fotográficas, inclusive

internacionais **ANTONIO AUGUSTO COELHO NETO!**

Raízes nº 18 – 50 anos de liberdade e progresso!

– Na seção *Registro* dessa edição da revista, ênfase para o cinquentenário da autonomia de São Caetano do Sul, em 1998, relatando os principais eventos que marcaram tais comemorações. Foi lançado um carimbo postal, desenhado por Jayme da Costa Patrão. Houve sessão solene da Câmara Municipal e jantar no São Caetano Esporte Clube, contando com as presenças de líderes autonomistas e de familiares dos já falecidos. A Pró-Memória ainda lançou quatro livros, entre os quais o de charges *Jayme Patrão, um traço marcante na Autonomia*. A data foi marcada também pela inauguração do Monumento da Autonomia, concebido pelo artista plástico Adélio Sarro Sobrinho, e assinalada ainda celebração de missa em ação de graças na Matriz Sagrada Família. O registro, aqui resumido, bem como a publicação de uma edição especial de *Raízes*, exclusiva sobre o cinquentenário, foram elaborados pela **EQUIPE EDITORIAL DA REVISTA** de 1998!

Raízes nº 19 – Para bom entendimento de educação, meia palavra Bastos!

– Uma figura fundamental na história do ensino na cidade foi retratada em artigo dessa edição. Outra escola fundamental na vida de São Caetano foi o Instituto de Ensino de São Caetano do Sul. E quem fala do Instituto não pode dissociá-lo do professor Vicente Bastos. Ele foi seu sócio e diretor-geral, desde a instalação em 1942. De 1977 a 1982, Bastos foi também Diretor do Departamento de Educação e Cultura da prefeitura de São Caetano. Durante sua carreira, recebeu inúmeras homenagens, e após o seu falecimento, em 1998, a última e a mais importante delas, o seu nome definitivamente marcado em uma escola: a Escola Municipal de Ensino Professor Vicente Bastos, no Bairro São José. Quem traçou seu perfil na edição nº 19 de *Raízes*, como sendo o de uma

vida a serviço da educação, foi outra brilhante professora, advogada e escritora: a saudosa **YOLANDA ASCENCIO!**

Raízes nº 20 – Senador Fláquer: Eu estudei lá e você?

– A história da primeira escola de São Caetano, que data de 1920, foi abordada nessa edição. Até então, havia as chamadas escolas isoladas, com salas femininas, masculinas e mistas. Para existir um grupo escolar, era preciso juntar dez escolas isoladas. No ano de 1919, funcionavam aqui 11 escolas, o que possibilitava a criação do grupo. Em dezembro de 1919, foi criada a Comissão Executiva das Obras de Construção do Edifício Escolas Reunidas de São Caetano. Surgia assim o Segundo Grupo Escolar de São Bernardo, porque São Caetano ainda fazia parte do município são-bernardense. Em 1927, após o falecimento de um importante político da região, a escola passou a chamar-se, em sua homenagem, Grupo Escolar Senador Fláquer. A história dessa escola, com certeza, fala muito de perto à maioria dos antigos moradores de São Caetano, sendo contada, em detalhes, pela professora universitária, mestre em Educação e colaboradora de *Raízes*, **ELIANE MIMESSE!**

Raízes nº 21 – São Caetano ganhou, mas não levou!

– Em um de seus artigos, essa edição resgata um fato absolutamente *sui generis* sobre São Caetano e desconhecido de muita gente: o concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, do Rio de Janeiro, para julgar quais os municípios de maior progresso entre os 1.894 existentes no país. São Caetano passou da primeira fase. Depois, disputou entre as 70 maiores cidades, credenciando-se para a finalíssima, entre as dez primeiras cidades, mas foi desclassificada. A comissão julgadora alegou que a cidade tinha seu progresso como consequência da sua vizinhança com a capital do Estado, e que a receita municipal era superior a de Estados brasileiros e, como tal, constituía um caso

especial. São Caetano foi contemplado com uma simples menção honrosa. Ficou uma certeza: a de que não havia nenhum Estado brasileiro ou outro município que, com apenas seis anos de vida autônoma, tivesse alcançado o que foi realizado na cidade. Esse sim foi o troféu vitorioso. Devemos agradecer por essa pérola sobre São Caetano ao mestre em história e colaborador de *Raízes*, na época, **JOSÉ ODAIR DA SILVA!**

Raízes nº 22 – São Paulo Railway (SPR): No tempo em que subúrbio era sinônimo de trem!

– Inaugurada em 1867, após sete anos de construção, a ferrovia São Paulo Railway, mais conhecida como Santos-Jundiaí, foi um marco no desenvolvimento da cidade de São Paulo. A sua construção foi desafiadora, pois, além da dificuldade da travessia da Serra do Mar, ainda havia a insalubridade das terras da Baixada Santista, compostas de terrenos baixos, mangues e pântanos. Vencer tudo isso foi uma luta extremamente difícil, enfatizando que 12 quilômetros da linha na Baixada tiveram de ser aterrados sobre mangues. Tudo foi conseguido graças ao duro trabalho de um “exército” de cinco mil homens. O jornalista e historiador, e apaixonado por estradas de ferro, contribuiu com este maravilhoso artigo: **MARCOS IMBRIZI!**

Raízes nº 23 - Lugar de brincar é na rua!

– Nas décadas anteriores a 1960, em todos os bairros de São Caetano havia um campo de futebol de várzea, porém não tinham estes campos tanta importância para o lazer infantil, como tinham os campinhos de futebol que se distribuíam pelas ruas da cidade. Em algumas vias, encontravam-se vários deles, que nada mais eram do que terrenos particulares, sem nenhum tipo de cercado, que as crianças transformavam em uma singela área de lazer. Ao redor do campinho, o espaço era destinado a outras atividades de lazer, tais como: “birocas” para o jogo de bolinhas de gude, demarcações para

peão de feira, jogo de taco, queimada, área para que se pudessem empinar pipas e fazer fogueiras nas festas juninas. O autor registra nesse artigo, de forma lírica, praticamente todas as brincadeiras de rua daqueles tempos felizes da infância. Ele, que é membro da Academia de Letras da Grande São Paulo: **CLÁUDIO ROGÉRIO BRACO!**

Raízes nº 24 – Cadê o barro e o mato? – Da instalação do núcleo colonial, em 1877, até princípios do século 20, São Caetano cresceu significativamente. O núcleo histórico concentrou a maior parte da população e as principais famílias. A paisagem de São Caetano foi ainda marcada pelas diversas chácaras que existiram nas primeiras décadas do século passado, carregadas de árvores frutíferas e flores. Mas, em uma determinada época, esta região ficou saturada e a cidade demonstrou indícios de que cresceria além da área central, que já estava sinalizada pelas ruas abertas em direção a Santo André e São Bernardo. O padrão de construção mudou e com isso uma nova arquitetura floresceu naquela comunidade e, aos poucos, foi-se apoderando da paisagem citadina. Quem nos deu essa visão da formação da paisagem urbana foi o arquiteto, e autor do livro *Pujol – Arte e Concreto*, **ANDRÉ LUIZ BALSANTE CARAM!**

Raízes nº 25 – Qual foi o primeiro clube de futebol de São Caetano? – Em artigo denominado *Primórdios do Futebol*, a revista foi buscar as origens desse esporte na cidade e o ano de 1910 parece ter marcado uma coincidência com o surgimento do Sport Club Corinthians Paulista, na capital de São Paulo, e dois clubes aqui em São Caetano: Clube dos Amigos e Rio Branco Futebol Clube. Então a resposta à pergunta do título deveria ser que o primeiro clube de São Caetano, na verdade, foram dois! Porém isso durou pouco, já que sendo os diretores dos dois clubes amigos, pensaram em juntar forças e formar uma só equipe. Como fazer a fusão dos dois

clubes? Surgiu a proposta de promover um jogo de futebol no qual quem perdesse aceitaria ser absorvido pelo vencedor. Depois do jogo decisivo que terminou com a vitória do Clube dos Amigos, surgiu então um impasse sobre o nome do novo clube. Após muitos palpites dos diretores das agremiações, uma sugestão foi aceita pela maioria: São Caetano Esporte Clube (SCEC)! Nessa edição de nº 25 de *Raízes*, o ex-presidente do São Caetano Esporte Clube e colaborador da Pró-Memória foi quem narrou tudo, o nosso saudoso amigo, fanático por futebol **NARCISO FERRARI!**

Raízes nº 26 – O velho e o novo Tijucuçu! – Entre os vários artigos escritos sobre as origens de São Caetano do Sul, em diferentes edições de *Raízes*, um merece especial atenção, porque, mais do que um artigo, trata-se de uma pesquisa completa e detalhada da nossa história. Um ano em especial, 1631, assinala uma diferença fundamental nessa narrativa histórica. Exatamente porque, a partir desse ano, as terras conhecidas como Tijucuçu começaram a integrar o patrimônio da Ordem de São Bento em São Paulo. A integração das terras do antigo Tijucuçu ao patrimônio dos beneditinos imprimiu um novo ritmo ao cenário econômico da região, conduzindo-a a uma vida social e econômica organizada, abrindo caminho para o novo Tijucuçu, que comporia o território do atual município de São Caetano. Ao destacar a autora desse tratado sobre os dois Tijucuçus, pela brilhante e profunda pesquisa, queremos também aproveitar para exaltar a figura da historiadora, uma das mais importantes e constantes colaboradoras da revista *Raízes*: **CRISTINA TOLEDO DE CARVALHO!**

Raízes nº 27 – Doce orgulho! – A fábrica de chocolates PAN (Produtos Alimentícios Nacionais S/A) foi fundada em 1935 pelos engenheiros Oswaldo Falchero e Aldo Aliberti, e, durante décadas, fabri-

cou e lançou produtos de enorme qualidade, especialmente, chocolates. Além da qualidade, acrescenta-se a criatividade, envolvendo não apenas os produtos, mas também as embalagens e a publicidade inovadora. Exemplos dos produtos marcantes da PAN são: balas *Paulistinha*, inspiradas na Revolução de 1932, cigarrinhos de chocolate, balas de goma, chocolate em pó, moedas de chocolate, bombons recheados com frutas ao licor, granulados, pão de mel, chocolates dietéticos, etc. Em 2020, lamentavelmente, a empresa paralisou as suas atividades, porém a trajetória de 85 anos que construiu em São Caetano mereceu ser registrada na *Raízes* nº 27. Coube ao engenheiro metalúrgico e diretor industrial da PAN escrever sobre a fantástica fábrica de chocolates de São Caetano: **CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA!**

Raízes nº 28 – Do parquinho aos parques! – São Caetano de outrora apresentava muitos terrenos vazios, que serviam aos campinhos de futebol e ao lazer e, com tanta área livre, não raro aparecia, temporariamente, um circo ou um parquinho de diversões. A cidade deixou de ter áreas desocupadas e foi obrigada a planejar espaços de lazer e de prática de exercícios físicos e esportes. Surgiram os parques urbanos: Espaço Verde Chico Mendes, Bosque do Povo, Parque Santa Maria, Parque Guaiamu, Parque Jânio da Silva Quadros e o Parque Catarina Scarpato D'Agostini. *Raízes* 28 conta a história desses parques por meio da narrativa do engenheiro florestal **ROGÉRIO ALVARENGA!**

Raízes nº 29 – Para falar de um grande Patrão, somente um grande líder! – Ao mencionarmos em *Raízes* nº 4 a figura de Jayme da Costa Patrão, destacamos o escritor e magnífico ilustrador e caricaturista que foi homenageado na edição de *Raízes* nº 29, em virtude do seu falecimento em 2004. Patrão foi grande colaborador da revista e um dos fundadores da Pró-Memória, e sua trajetória é

narrada mostrando que seu berço artístico foi a decoração de louças na conhecida Fábrica de Louças Adelinas. O artigo que enaltece a figura de Patrão só poderia ter sido escrito por outro insigne personagem e grande líder autonomista, à altura do homenageado. Fundador do *Jornal de São Caetano* e do Hospital São Caetano e um dos três líderes autonomistas vivos, é presidente emérito do Grupo dos Amigos do Movimento Autonomista (Gama): **MÁRIO PORFÍRIO RODRIGUES!**

Raízes nº 30 – Belga construtor de pontes: ascensão e queda em São Caetano! – Essa edição de *Raízes* traz um dossiê intrigante sobre um engenheiro belga chamado Prudent Noël, que viveu em São Caetano do início do século 20 até 1954, quando aqui faleceu. Noël era especialista em construir pontes. Um pouco das fotos feitas das estruturas do engenheiro está publicado em *Raízes* nº 30. Participou do dossiê sobre o engenheiro belga a fotógrafa **NEUSA SCHILARO SCALÉA!**

Raízes nº 31 – Trindade de ouro: 50 anos de fé! – O ano de 2005 marcou o jubileu de ouro de três igrejas de São Caetano: Nossa Senhora Aparecida, do Bairro Barcelona, Nossa Senhora das Graças, do Bairro Nova Gerty, e Sagrado Coração de Jesus, do Bairro São José. *Raízes* nº 31 prestou homenagem aos 50 anos das três paróquias contando as circunstâncias de suas origens e suas histórias. A salientar, dois personagens ligados às origens, padre Ezio Gislimberti, da Matriz Sagrada Família, que apoiou a formação das novas igrejas, e Dom Jorge Marcos de Oliveira, primeiro bispo da Diocese de Santo André, que efetivamente procedeu à criação formal das três novas paróquias. A pesquisa sobre a história dessas três igrejas foi feita e editada pelo advogado e professor: **CELSO DE ALMEIDA CINI!**

Raízes nº 32 – No teatro, artista talentoso; na Cerâmica, engenheiro engenhoso! – Nessa edição, a revista resgatou a trajetória

do teatro amador de São Caetano e, dentre os muitos grupos que marcaram época, um, em especial, chama a atenção: o corpo cênico Cerâmica Futebol Clube. Contava, majoritariamente, com participantes provenientes do quadro de funcionários da Cerâmica São Caetano e com o decisivo apoio de Roberto Simonsen. O grupo chegou a montar um musical, com quase 50 personagens, intitulado *Brasil em Revista*. Participando do grupo e narrando a sua experiência com o teatro, antes e depois de ingressar na Cerâmica, em *Raízes* nº 32, aparece a figura extremamente importante e reconhecida na cidade como ex-vereador, engenheiro da Cerâmica São Caetano e autor do livro *Memórias de um Engenheiro da Cerâmica São Caetano*, editado pela Pró-Memória: **URAMES PIRES DOS SANTOS!**

Raízes nº 33 – Quando chegou a justiça a São Caetano? – Em 1948, São Caetano estava se separando de Santo André, que era então um grande distrito, entretanto, não dispunha de independência judiciária. A vontade para isso não era uma prioridade do então prefeito, Antônio Fláquer, nem da Câmara Municipal. Entendia Fláquer que Santo André não necessitava da elevação da cidade à condição de comarca judiciária, pois ficava muito próxima de São Paulo. Com a autonomia de São Caetano e a eleição do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino, reforçaram-se os ânimos para obter a sua autonomia judiciária, que somente foi conseguida em janeiro de 1954. Porém, a Comarca Judiciária de São Caetano apenas foi instalada em 3 de abril de 1955, quando o Fórum foi inaugurado no terceiro andar do Edifício Vitória. Em meados de 1975, começou a construção do novo edifício, na Estrada das Lágrimas, para abrigar o Fórum, tendo em vista a necessidade de ampliá-lo. A sua inauguração oficial ocorreu no dia 25 de agosto de 1977. Como é uma questão de justiça, quem conta a história da chegada do Fórum à cidade é uma advogada, além disso, pedagoga: **CRISTINA ORTEGA!**

Raízes nº 34 – A queda da Pastilha! – Nessa edição da revista, foi dada ênfase à utilização das pastilhas como revestimento de prédios e fachadas residenciais. Por cerca de 40 anos, a Cerâmica Marinotti reinou em São Caetano na fabricação de bibelôs, enfeites de cerâmica e, mais tarde, pastilhas. Quando as pastilhas estavam no auge, ou na moda, a Marinotti era uma das poucas cerâmicas que as produzia. Quando no final dos anos 1980 parecia que o mercado estava chegando a um ponto de considerar as pastilhas ultrapassadas, falece Francisco Marinotti, que fora quem iniciara as atividades da Cerâmica no início da década de 1940 e seu grande e entusiástico empreendedor. Em seguida, a família decide encerrar as atividades da empresa que marcou época na cidade. Quem, por meio de entrevista, contou a história da Cerâmica Marinotti foi o jornalista e importante colaborador de *Raízes*, na época, **ALEXANDRE TOLER RUSSO!**

Raízes nº 35 – Basquete: time dos sonhos, das estrelas, jogava por música! – No início do ano de 1968, São Caetano decidiu montar um time de basquete feminino formado pelas grandes estrelas do país. A nova e poderosa equipe abrigou quase a totalidade da seleção do Brasil: Marlene, Delcy, Norminha, Elzinha e Odete. No período de 1969 a 1974, no qual a equipe manteve essa formação, muitos foram os títulos conquistados, o que colocou a cidade de São Caetano do Sul no topo do basquete feminino paulista. Outras atletas se incorporaram ao elenco, vindas de fora ou praticas da casa, algumas delas: Simone (futura cantora de sucesso), Rosália, Maria Angelina, Vânia, Maria Aparecida, Vanda, Margarida, Soraya, Filomena, Odetinha e, depois, Hortência (o maior nome do basquete feminino brasileiro). Era realmente o time dos sonhos! Graças ao depoimento de uma dessas jogadoras fantásticas, que marcaram época no basquete de São Caetano, de São Paulo e do Brasil, foi possível recordar tão gratas e vitoriosas lembranças: **DELCE ELLENDER MARQUES!**

Raízes nº 36 – Embalos em bailes! – O tema central dessa edição se dedicou aos grandes bailes que embalaram a juventude de São Caetano durante algumas décadas. Bailes que se tornaram marcos na história da cidade, entre os quais destacamos: Baile do Calouro, da Pipoca, do Pinguim e o Baile Branco. Cada um deles surgiu de uma entidade importante e representativa do que de melhor havia na sociedade sul-são-caetanense. Assim, o Baile da Pipoca era promovido pela Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul (Acasc); o Baile do Calouro foi criado pelo Centro Acadêmico de São Caetano; o Baile do Pinguim era organizado pelo Grêmio Estudantil 28 de Julho, do Bonifácio de Carvalho; e o Baile Branco, realizado pelo Lions Clube. **CRISTINA TOLEDO DE CARVALHO, CRISTINA ORTEGA e OSCAR GARBELOTTO**, já citados anteriormente, contaram a história dos bailes, ao lado de **JOÃO TARCISIO MARIANI**, este modesto colaborador de *Raízes*.

Raízes nº 37 – Olhinho puxado, trabalho idem! – A homenagem nessa edição de 2008 foi para o primeiro centenário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil, que aconteceu em 19 de junho de 1908. Entre os vários artigos escritos exaltando a tenacidade para o trabalho e a contribuição japonesa, foi escolhido um, não só pela riqueza da abordagem sobre as influências dos imigrantes na divulgação da cultura nipônica entre nós, mas também para destacar o autor do artigo selecionado. Com conhecimento profundo e prático, ele descreve as influências orientais em todos os aspectos. Convidamos aos apaixonados pela cultura do Japão para ler tal artigo e registramos a nossa gratidão por esse legado deixado pelo saudoso **MARIO DEL REY!**

Raízes nº 38 – Algo de celeste no Palacete de São Caetano! – A família de Giovanni De Nardi chegou a São Caetano em 28 de julho de 1877. Celeste De Nardi, um de seus

filhos, tinha na Itália a profissão de pedreiro de muito bom nível, o que permitiu a ele construir a sua casa com grandes cômodos, uma fachada suntuosa e uma arquitetura bastante arrojada. A residência passou a ser conhecida como *Palacete De Nardi*. A família morou ali até 1940, quando o palacete foi vendido para a família Perrella. Depois, acabou virando padaria, vindo também a funcionar como sede de time esportivo, o América Futebol Clube. Nos anos 1970, o edifício se encontrava em total abandono. Em 1985, o prefeito Hermógenes Walter Braidão declarou o imóvel de utilidade pública e iniciou uma completa reforma. Após a restauração, o palacete passou a abrigar o Museu Municipal de São Caetano do Sul. Quem narra essa história é o historiador e ex-presidente da Fundação Pró-Memória **CLOVIS ANTONIO ESTEVES!**

Raízes nº 39 – Triângulo “AmOUROso”! – Este artigo se ateve à pesquisa histórica que envolveu a época das bandeiras e a busca por ouro, prata e esmeraldas. E o que isso tem a ver com São Caetano? O tema trata de um triângulo, formado pela futura metrópole de São Paulo de Piratininga, os paulistas e a mineração do ouro, o que conduziu ao bandeirante Fernão Dias Paes, que, em 1671, realizou junto aos monges beneditinos doação de uma porção de terra situada no Tijuçu. Essa doação ajudaria, por sua vez, a compor a Fazenda do Tijuçu, depois Fazenda de São Caetano do Tijuçu. Essa pesquisa mostrou que a Coroa Portuguesa decidiu enviar a São Paulo um representante, para que o mesmo fiscalizasse a busca de ouro. Isto acabou acontecendo em 1677, quando aqui chegou Dom Rodrigo Castelo Branco, funcionário com experiência em metais preciosos. A busca de ouro, prata e esmeraldas foi tarefa adotada por Fernão Dias Paes liderando bandeira que partiu em 1674 e durou sete anos, chegando à porção sul do que hoje é o Estado de Minas Gerais. A morte, entretanto, não permitiu a Dias

Paes retornar a São Paulo, mesma sorte que teve Dom Rodrigo, cuja presença gerou incômodo entre os mineradores, e este constrangimento ocasionou a sua morte em lugar de sugestivo nome – Sumidouro. Quem pesquisou e contou essa história foi o professor e colaborador de *Raízes* **JUAREZ DONIZETE AMBIRES!**

Raízes nº 40 – Arte sacra: a beleza de Deus! – “A Criatura em busca do Criador”, poderia começar assim uma tentativa de definição para as muitas maneiras de se expressar a arte sacra. Em *Raízes* nº 40, ela é apresentada em poucas palavras e muitas fotos que revelam o acervo de que São Caetano do Sul dispõe nesse campo. O melhor exemplo disso são as pinturas da Igreja Matriz Sagrada Família, por sinal, muito bem fotografadas nesta edição da revista. Um dos artigos resume, cronologicamente, os vários pintores e os seus estilos de arte sacra, desde o Renascimento, com seus excepcionais artistas, até a atualidade, que, no Brasil, tinha em Cláudio Pastro o seu maior expoente, falecido em 2016. Um emérito colaborador da Fundação Pró-Memória percorreu os caminhos da arte sacra. Ele é publicitário e artista plástico: **JOÃO ALBERTO TESSARINI!**

Raízes nº 41 – Quarteto fantástico: música, teatro, artes visuais e dança! – Uma das mais meritórias homenagens que a revista *Raízes* fez foi reproduzir a entrevista com o saudoso Milton Andrade, na edição nº 41, de 2010, na qual ele próprio conta a sua experiência de vida. É a biografia de quem, durante toda a vida, aprendeu a “se virar nos 30”, aceitando e superando desafios até chegar a coordenar a implantação de uma instituição que centralizou toda a cultura de São Caetano do Sul: nascia em 1968, a Fundação das Artes! Tal instituição se propunha à formação de profissionais no campo da arte, por meio de escolas de música, teatro, artes visuais e dança. Durante 30 anos, Milton Andrade dedicou-se à FASC e, depois

disso, completou brilhantemente a sua carreira profissional fazendo o que mais gostava: ser ator. Apesar de ser uma entrevista da qual Andrade é o protagonista, houve o trabalho de selecionar os melhores momentos e registrar a homenagem, o que foi feito por um grupo de jovens denominado *Memórias do ABC/USCS*, em que se destaca a jornalista **ANA BEATRIZ TOCCHIO!**

Raízes nº 42 – Um clube turbinado! – Em 2010, por ocasião dos 80 anos da General Motors do Brasil em São Caetano, além das homenagens prestadas à empresa por *Raízes* nº 42, um especial artigo foi dedicado ao ponto de encontro da grande família GM: a Associação Desportiva Classista (ADC) General Motors! Família GM essa que São Caetano adotou em seu dia a dia, graças ao trabalho de pai para filho, tios e sobrinhos. Afinal, quem não conhece algum funcionário da GM? No início, esportes e lazer se desenvolveram sob o nome de General Motors Esporte Clube, que tantas glórias proporcionaram à empresa e à cidade, graças a bem montadas e competitivas equipes. A ADC GM se expandiu, não apenas nas dimensões de sua ampla sede social, mas também em suas atividades e infraestrutura, criando espaços para abrigar atividades de escotismo, uma sede campestre e o Clube dos 30, para funcionários que completavam três décadas de trabalho na empresa, os quais passavam a contar com novas opções de lazer, voltadas à terceira idade. Os detalhes dessa história foram reunidos e narrados pela autora do artigo em pauta, a jornalista e editora responsável por *Raízes* em 2010, **JÔ SPERATE FIGUEIREDO!**

Raízes nº 43 – A Divina Providência cria uma escola em São Caetano! – A revista colocou em foco a comemoração dos 80 anos do Externato Santo Antônio, com diversos testemunhos sobre a trajetória iniciada em 13 de junho de 1931, em um prédio na esquina da Avenida Conde Francisco Matarazzo com a Rua Manoel Coelho. O padre

Alexandre Grigolli, que idealizou e construiu a Igreja Matriz Sagrada Família, foi quem convidou freiras da Itália, as Irmãs da Divina Providência, para virem à cidade iniciar as atividades do então Colégio Santo Antônio, com apenas duas salas de aula de jardim de infância. Um relato em forma de crônica foi feito por um dos antigos e ilustres alunos do Externato, que publicou as suas memórias no livro intitulado *Nostalgia*, merecendo ser lembrado e homenageado: **MANOEL CLAUDIO NOVAES!**

Raízes nº 44 – A vida era bela! – Desta vez, *Raízes* decide mostrar quais eram as diversas formas de lazer que, antigamente, faziam a alegria de viver dos habitantes de São Caetano. Os clubes se destacaram na promoção do lazer em São Caetano, ao longo das primeiras décadas do século 20. A população, com o cotidiano ditado pelo relógio e pelas sirenes das fábricas, encontrava nas agremiações recreativas e esportivas programações com festas e piqueniques, jogos de futebol de várzea, apresentações teatrais, musicais e de dança, e, como não poderiam faltar, os muito apreciados bailes. Um passeio pelos diferentes tipos de lazer que *Raízes* 44 nos propicia traz, entre outros articulistas, a jornalista e historiadora **MARIANA ZENARO!**

Raízes nº 45 – Um “bandeirante” no ensino de São Caetano! – Em 28 de julho de 1927, foi criado o Segundo Grupo Escolar de São Caetano, na época em que a cidade era um pequeno distrito de São Bernardo. A escola ficava na Rua Monte Alegre, atual Bairro Santo Antônio, em um enorme casarão onde, atualmente, se encontra o Edifício Di Thiene. Em 1953, o primeiro prefeito Ângelo Raphael Pellegrino deu início à construção das novas instalações desse grupo escolar, na Rua Maranhão, esquina com a Rua Espírito Santo, onde até hoje se encontra. Em 1954, durante o primeiro mandato do prefeito Anacleto Campanella, foi inaugurado o novo edifício, que recebera, em uma de

suas fachadas, um magnífico painel de autoria de Jayme da Costa Patrão. A homenagem aos 85 anos da EMEF Bartolomeu Bueno da Silva em *Raízes* nº 45 foi feita pela **EQUIPE DE DIFUSÃO CULTURAL** da Pró-Memória de 2012!

Raízes nº 46 – Mulheres que mudaram a história de São Caetano! – Nessa edição, a revista *Raízes* apresentou uma análise sobre os aspectos do dia a dia das mulheres nas primeiras décadas do século 20, procurando focalizar sua participação como personagens e protagonistas da história de São Caetano do Sul. Em especial, o artigo de abertura da revista busca descrever e interpretar as práticas de trabalhos e os seus saberes, partindo das lembranças de antigas moradoras da cidade. Essa matéria inserida em *Raízes* nº 46 deve ser revisitada pela qualidade da pesquisa e pelas conclusões nela contidas e sua autora merece reconhecimento. Falamos da cientista social e autora de vários livros sobre temas adjacentes àquele na revista desenvolvido: **CARLA CRISTINA GARCIA!**

Raízes nº 47 – Literatura toda prosa: frente e verso! – Esta foi uma edição de *Raízes* cujo principal destaque dirigiu-se à literatura e sua íntima união com a história. Pois bem, onde e como reunir aqueles que produzem literatura? Não se trata de gênios literários, mas, sim, de pessoas com diferentes escolaridades, profissões, idades, experiências de vida. Como juntá-las para trocar ideias e partilhar sentimentos, transformando tudo isso em textos, versos e poemas? A Academia Popular de Letras de São Caetano do Sul, a partir de 2005, conseguiu consolidar esse projeto com apoio da Biblioteca Municipal Paul Harris, onde um grupo de pessoas com vocação literária se reuniu e abriu caminho para aqueles que alimentavam um sonho comum: escrever! Quem nos relata a experiência de ser admitido e prestigiado na Academia Popular de Letras é alguém que dela participa, além de ser professora de Língua Portuguesa: **KATIA GOMES!**

Raízes nº 48 – Closes da história!

Uma vez que essa edição da revista teve como foco o tema fotografia, nada mais justo do que escolher um artigo no qual justamente se analisa o papel desta arte como elemento essencial para auxiliar a história. O historiador precisa aprender a interpretar a fotografia, pois ela tanto poderá ser considerada uma prova incontestável, quanto será possível desconfiar do que se vê nela. Ao trabalhar com o material fotográfico, o historiador deve pesquisar, entre outras coisas, a sua procedência, reconstituir o processo que o gerou, determinar os elementos que o compõem, bem como conferir a história e trajetória do autor do material em questão. O encontro da fotografia com a história foi descrito pela jornalista e historiadora **PRISCILA GORZONI!**

Raízes nº 49 – Dançando no ar!

Nossa cidade sempre se distinguiu por excelentes escolas de dança, particulares e públicas, como a Escola de Dança da Fundação das Artes de São Caetano do Sul. Entre as danças mais nobres e clássicas está o balé, que mereceu especial ênfase da edição nº 49 de *Raízes*, que conta a história desse estilo, desde as suas origens, até o êxito e a fama gerados por essa dança na cidade. Os rumos da história do ensino do balé no Brasil e no mundo foram esmiuçados hábil e didaticamente por dois protagonistas que se complementam: a bailarina e pedagoga **CAMILA COPPINI CHAVES** e o historiador e professor de História **ANDRÉ APARECIDO BEZERRA CHAVES!**

Raízes nº 50 – Música com maestria!

O tema central desta edição da revista apresenta uma retrospectiva primorosa a respeito das iniciativas voltadas à música e à formação musical em São Caetano do Sul. A história do desenvolvimento do ensino musical proporcionado pela Escola de Música da Fundação das Artes (Fascs) nos faz entender como um trabalho empenhado, de qualidade e sensibilidade, conduzido por pessoas de elevado nível pro-

fissional, somente poderia resultar em sucesso pleno e duradouro. Ao ler um verdadeiro desfile de nomes do mais alto quilate ligados à cena musical, compreendemos porque a Fascs foi celeiro de protagonistas da música para o Brasil e mesmo para o mundo. Quem conta essa história de sucessos é alguém que sabe, porque está lá como professor e coordenador da Escola de Música da instituição: **DANIEL VOLPIN MENEGUELLO!**

Raízes nº 51 – Arte se ensina com arte!

Acabamos de citar a Fundação das Artes (Fascs), focando em sua Escola de Música, agora vamos abordar a Escola de Artes Visuais da mesma instituição. *Raízes* nº 51, ao detalhar a história das artes visuais em São Caetano, como não podia deixar de ser, enfatizou o trabalho do artista que ensina e o seu processo para desenvolver novas vocações artísticas. Por meio da interatividade com o hoje aluno, amanhã artista, o objetivo é transferir arte não como teoria, mas como aprendizado artesanal que abre caminho ao mundo das artes visuais. Um artigo, em particular, chama a atenção, justamente por descrever muito bem esse processo de interação. Quem nos ensina, de forma brilhante, sobre o ensino da arte é o artista plástico e coordenador e curador da Escola de Artes Visuais da Fundação das Artes de São Caetano do Sul: **VALDO ARMINDO RECHELO!**

Raízes nº 52 – Medicina: Associação com saúde!

Ao dedicar essa edição da revista ao histórico da medicina e da saúde em São Caetano, foram enaltecidos os grandes profissionais que marcaram época na cidade. Também foi resgatada a história da entidade que congrega todos os nossos médicos e que há 58 anos cuida, entre outros objetivos, do aperfeiçoamento, da união e da defesa da classe. Essa entidade foi fundada por meio de uma assembleia presidida pelo saudoso médico Antonio de Souza Voto, em 1962, consistindo na Regional de São Caetano da Associação Pauli-

ta de Medicina (APM). Desde a sua criação, a APM se apresenta como uma associação não só voltada para a classe médica, mas também defensora da saúde em São Caetano. Quem reportou a trajetória dessa instituição foi a jornalista **MARÍLIA TIVERON!**

Raízes nº 53 – “Ramallete” de mistérios e filhos!

Nessa edição encontramos na seção denominada *Curiosidades* a história de João Ramalho, por sinal, muito interessante e misteriosa. Alguns aspectos intrigantes envolvem a biografia desse personagem que tem tudo a ver com a formação da região do ABC. O primeiro mistério na história de Ramalho começa com o seu sobrenome, uma vez que, por parte de pai, o nome da família era Maldonado, e, por parte de mãe, era Balbode. De onde saiu então Ramalho? Os historiadores acham que era um apelido por causa da sua espessa barba, que, em Portugal, naquele tempo, chamava-se de barba *ramalhuda*. Há a hipótese de que Maldonado era nome de judeu convertido ao cristianismo e, portanto, perseguido naquela época. Outro mistério da vida de Ramalho é a quantidade de filhos: nove legítimos com Bartira, filha do cacique Tibiriçá, e incontáveis filhos com outras índias. Pesquisou e relatou a história de João Ramalho o saudoso jornalista, advogado e ex-presidente da Fundação Pró-Memória **DOMINGO GLENIR SANTARNECCHI!**

Raízes nº 54 – Goleada em todos os esportes!

Ao colocar em evidência a necessidade de espaços para práticas esportivas, entretenimento e bem-estar da população de São Caetano, foram criados os clubes sociais e esportivos e a prática de esportes se intensificou. Entre 1965 e 1988, nada menos do que oito centros esportivos foram projetados e construídos pela prefeitura e entregues aos municípios. Essa prática tinha dois objetivos: oferecer atividades físicas com a implantação do Projeto de Desenvolvimento Esportivo e proporcio-

nar a cada associação a incorporação do espaço como sede. Em paralelo, há o trabalho competitivo, desenvolvido com modalidades de alto rendimento, o que trouxe nada menos do que 17 medalhas olímpicas para atletas e ginastas do município. A descrição de todos os centros esportivos serve para demonstrar que São Caetano se tornou uma cidade com vocação para o esporte, e esse relato foi feito pela jornalista **ANA LUÍSA LAGE** e pela historiadora **TALITA SCOTÁ SALVATORI!**

Raízes nº 55 – O buraco é mais embaixo! – Entre 1990 e 1992, São Caetano, por iniciativa do professor José de Souza Martins, começou uma pesquisa arqueológica no entorno da Igreja São Caetano, no Bairro da Fundação. A principal prova arqueológica encontrada foi uma estrutura composta de lajotas perfiladas, encontrada a um metro abaixo do solo, rente à parede da Igreja São Caetano. O que se pode comprovar nos estudos é que esta estrutura serviria de apoio para o piso da Capela de São Caetano, construída pelos beneditinos entre 1717 e 1720. Lamentavelmente a pesquisa arqueológica foi suspensa, tanto por razões de legislação ambiental quanto por manifestações populares contrárias a ela, bem como, ainda, em razão de obras civis de recuperação da própria igreja e no entorno da Praça Ermelino Matarazzo. Por tal razão, a arqueologia não pôde chegar ao buraco que era mais embaixo, segundo a expressão popular. Quem descreveu os meandros dessa pesquisa arqueológica foi a historiadora **MONICA IAFRATE!**

Raízes nº 56 – Saúde espiritual: capela no hospital! – Em 1946, deu-se a criação da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano (SBHSC) como legítima reivindicação do povo, por meio de consulta realizada pelo *Jornal de São Caetano*. No início, os estatutos da Sociedade Beneficente apontavam como finalidade socorrer as classes menos favorecidas e esse caráter

filantrópico do Hospital São Caetano abriu caminho para a vinda das Irmãs Clarissas Franciscanas, que iniciaram as suas atividades no hospital em 7 de janeiro de 1955. Era preciso pensar na construção de uma capela anexa ao hospital, o que foi feito até o início de 1957, quando foi inaugurada a Capela Sagrado Coração de Jesus do Hospital de São Caetano! A capela consolidou-se como comunidade, mantendo-se viva até mesmo durante os anos em que o hospital foi fechado. Esta bela página da história da capela foi escrita por alguém que lá se dedica como acólito há muitos anos e é historiador: **RODRIGO MARZANO MUNARI!**

Raízes nº 57 – O ensino em São Caetano alcança nível superior! – Nesta edição de 2018, foi destaque a comemoração dos 50 anos de vida de um dos orgulhos da cidade em matéria de ensino, uma vez que é marco decisivo em nossa história: antes e depois do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul. Tudo se passa como se a cidade tivesse conseguido a sua maioria em termos de ensino, em 1º de agosto de 1968, ao criar a sua Faculdade de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, em seguida, tornando-se o Instituto Municipal de Ensino Superior (Imes), para culminar com a atual Universidade Municipal de São Caetano do Sul (Uscs). Somente poderíamos entender a trajetória exitosa desta instituição de ensino, se contada por alguém que lá esteve lutando diretamente para alcançar os objetivos a que a instituição se propôs desde a sua origem e isso está registrado em *Raízes* nº 57 pelo professor, ex-vice-diretor e ex-diretor geral da Uscs **MOACYR ANTONIO FERREIRA RODRIGUES!**

Raízes nº 58 – Domingo celebrado por Domingos! – Justa homenagem prestada por *Raízes* ao ex-presidente da Fundação Pró-Memória e membro da Comissão Editorial da revista, falecido em 2018, aos 74 anos, Domingo Glenir Santarnecchi! As notas biográficas

registradas na edição nº 58 por um grande amigo nos dão conta das suas muitas paixões profissionais: era jornalista, relações públicas, pesquisador, professor, escritor e outras mais. No artigo contido em *Raízes* nº 58, quem o escreveu fala com entusiasmo de Domingo Glenir e de sua permanente busca por novos desafios e a nós, que estamos aqui resgatando a figura do homenageado, cabe lembrar com saudades de nosso colega de curso primário no Grupo Escolar Senador Fláquer. Portanto, nós conhecíamos o Domingo desde a infância e acompanhamos toda a sua trajetória de sucesso até 2018. Completando, o Domingo Glenir Santarnecchi foi exaltado por outro amigo nosso que tem Domingos em seu nome, o jornalista **HUMBERTO DOMINGOS PASTORE!**

Raízes nº 59 – A escola dos pais! – Essa edição da revista dedicou um artigo homenageando os 80 anos do atual Instituto de Ensino Sagrada Família. Essa escola surgiu em 1939 e seu idealizador foi o padre Alexandre Grigolli, que convidou o professor Verino Segundo Ferrari para, juntos, fundarem essa instituição de ensino, ligada até hoje à congregação religiosa dos Estigmatinos. Padre Alexandre, no início, denominou-a Escola Paroquial São José. Em 1943, seu nome foi alterado para Escola Paroquial São Caetano e, em 1961, o nome atual: Instituto de Ensino Sagrada Família (IESF). Se formos sintetizar a história do Sagrada, como é conhecida a escola atualmente, forçosamente vislumbraremos a marca registrada de duas épocas diferentes e distantes no tempo, mas um só ideal: o amor à educação! Em sua origem, o padre Alexandre e o professor Verino criaram uma escola para a qualidade e não para a quantidade. Ajudaram a contar a história dos 80 anos do Sagrada, a professora de Língua Portuguesa **IVANA COLOGNESI SANCHEZ** e o professor de Química e diretor administrativo e pedagógico do IESF **RENATO ASTOLFI RAPOSO!**

Raízes nº 60 – Autonomista, pre-

feito e deputado! – Dentro da precoce carreira política em São Caetano do Sul, Anacleto Campanella, em 1947, aos 23 anos, era eleito vereador para a Câmara Municipal de Santo André, com o objetivo de lutar pela autonomia de São Caetano. Candidatou-se a deputado estadual, em 1950, obtendo a suplência. Em 1951, ocupou vaga na Assembleia Legislativa paulista, onde permaneceu até 1952. Nesse mesmo ano, disputou as eleições para prefeito e ganhou, sucedendo o primeiro prefeito, Ângelo Raphael Pellegrino. Em seu mandato à frente da administração municipal (1953-1957), priorizou as obras de infraestrutura para a urbanização da cidade. Em 1958, Campanella elegeu-se deputado estadual. Exerceu o mandato até 1960, afastando-se da Assembleia para concorrer novamente ao cargo de prefeito de São Caetano. Em 1961, em disputada eleição entre três forças políticas da cidade, Walter Braido, Joaquim Formiga e Campanella, este foi eleito para o seu segundo mandato (1961-1965). Em sequência, pelo excelente trabalho no comando da prefeitura, consegue se eleger como deputado federal para a legislatura 1967-1971. Em 1968, o Ato Institucional nº 5, do governo militar, cassou os direitos políticos de Campanella por 10 anos. Em 1974, ele veio a falecer, tão precocemente como sua trajetória política, aos 49 anos. Todos os detalhes da biografia de Anacleto Campanella foram descritos pela professora universitária, autora de livros sobre educação e atual coordenadora da Pró-Memória, **MÁRCIA GALLO!**

Raízes nº 61 – A pandemia, um castigo seria? – A primeira revista de 2020, ano do começo da pandemia do coronavírus entre nós, revelou como a situação nova impactou tudo e todos. *Raízes nº 61*, que deveria ter sido publicada em julho, somente foi lançada em setembro de 2020. E mais, a edição abriu com um ensaio justamente destinado a analisar o

nosso comportamento frente à Covid-19, frente ao isolamento social, frente ao inusitado e ao inesperado. Esse ensaio se dispôs a refletir, sob a forma de crônica, a respeito do tempo de repensar e reinventar a nossa vida. Uma interessante reflexão fala da hipótese de estarmos sendo colocados de castigo para pensar. De onde veio essa ilação? Simples assim, em tempo de pandemia, ser obrigado a ficar em casa é o mesmo que, outrora, ser submetido a um castigo. De repente, todos nós fomos colocados para dentro de casa. Será que o mundo nos colocou sentadinhos de castigo para pensarmos na vida? Assim como o autor na crônica, vamos deixar para os leitores pensarem: Será que a mudança é global e está disposta a entender novos valores, a dar mais importância à cooperação em vez da competição, reabrir-se à fé, somar, querer união e solidariedade, buscar mais reflexão e ações positivas, mais empatia? Por falar no autor, ele é jornalista e escritor: **NELSON ALBUQUERQUE JUNIOR!**

Raízes nº 62 – Autonomista de corpo e Dal’Mas! – A revista prestou merecida homenagem ao saudoso engenheiro, líder autonomista e poeta, Mário Dal’Mas, que nos deixou em 16 de outubro de 2019, aos 96 anos. Não haveria melhor maneira de reverenciar a memória de tão vibrante figura da história de São Caetano do que a escolhida pela autora do artigo. Ela apresentou a mais bela página dedicada ao relato do que foi a luta emancipacionista de nossa cidade e que é o poema escrito por Mário Dal’Mas: *Lembrando a Autonomia*. Propositalmente, encerramos esse longo histórico sobre *Raízes* e, em especial, sobre a aniversariante Fundação Pró-Memória, colocando em foco a figura da autora da homenagem a Mário Dal’Mas. Ela é jornalista, sempre se destacando por sua competência e brilhantismo e reunindo méritos para que terminemos a homenageando: **PAULA FIOROTTI!**

Os leitores de *Raízes* poderão julgar que este artigo foi elaborado com escolhas de temas, personagens e colaboradores da revista, a gosto do autor do texto, e isso é a pura verdade. O critério adotado aqui, sem dúvida foi pessoal, mas a ideia por trás do roteiro foi contemplar e homenagear, preferencialmente, autores, assuntos e personagens relevantes para a publicação e para a Fundação Pró-Memória. Contudo, isso não pode e não deve, de modo algum, desmerecer todos os outros protagonistas que auxiliaram nas 62 edições de *Raízes* e nos 30 anos da Pró-Memória. Nenhum deles pode ser esquecido e, por isso, cabe encerrar registrando nosso mais profundo respeito, nosso preito de gratidão e a nossa enorme admiração por todos aqueles que colaboraram para a construção dos primeiros e exitosos 30 anos da Fundação Pró-Memória.

Por fim, assinalamos os nomes de todos os presidentes da instituição, em ordem cronológica, enaltecendo o trabalho de todos eles e também o de cada um dos membros de suas respectivas equipes: Oscar Garbelotto, Vojislav Aleksandar Jovanovic, Sonia Maria Franco Xavier, Aduato Campanella, Domingo Glenir Santarnecchi, Clovis Antonio Esteves, Maria Teresinha Dario Fiorotti, Sonia Maria Franco Xavier e Charly Farid Cury.

Parabéns a cada um e parabéns a todos aqueles que ajudaram e ajudam a escrever as belas folhas, das sólidas raízes, dos proveitosos brotos e frutos que resultaram em 30 anos de história da Pró-Memória!

Fundação Pró-Memória, orgulho de São Caetano do Sul! ■

João Tarcisio Mariani é membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e presidente do Grupo dos Amigos do Movimento Autonomista de São Caetano do Sul (Gama).



A tourada que reuniu 5 mil pessoas em São Caetano

ERA MAIO DE 1953, panfletos e caminhão de som divulgaram um evento inédito em São Caetano do Sul: uma espetacular tourada, como as tradicionais da Espanha. Foram vendidos ingressos a 20 cruzeiros para cerca de 5 mil pessoas, que compareceram ao espetáculo programado para as 14h do domingo, no estádio do São Caetano Esporte Clube, na Rua Paraíba.

Alguns artistas distraíam a plateia antes do início da tourada. Porém, com quase uma hora de espera, foi anunciado que os touros estavam atrasados. Vaias surgiram pelas arquibancadas. Sem os animais, a impaciência dos espectadores foi aumentando. Gritos mais exaltados funcionaram como a provocadora capa vermelha do toureiro. E, já furioso, o público invadiu a arena em protesto.

O jornal da época registrou: “Enraivecidos, os populares começaram a quebrar tudo o que encontravam pela frente e a muito custo a polícia conseguiu dominar os presentes”.

O rebuliço ainda se estenderia por alguns dias, pois o vereador Antonio Moreno Rodrigues prometeu desmascarar os envolvidos no golpe e disse que sobraria até para o Sr. Delegado, que, “conforme foi dito”, havia proibido a realização da tourada, apesar de não ter impedido a divulgação e venda de ingressos.

O fato é que quase tivemos uma tourada em São Caetano. E, se os touros não compareceram, sobrou para o público tomar o tradicional “Olé!”. ■



As touradas existem desde a época medieval. Seus primeiros registros são do século 12, em terras espanholas. Inicialmente os toureiros enfrentavam o touro a cavalo e armados de uma lança. Um escudeiro ajudava a sacrificar o animal ferido. Com o tempo, o toureiro passou a atuar também no solo. Ao ser considerado como maus-tratos aos touros, esse tipo de espetáculo foi proibido em várias partes do mundo. No Brasil, a proibição ocorreu em 1934.

A expressão “olé” é conhecida das touradas espanholas, quando a plateia vibra ao ver o toureiro driblando o touro enfurecido. O grito passou também a ser utilizado em estádios de futebol.

Acervo Issao Toyoda Kohara



Álbum de fotos do Instituto de Educação Coronel Bonifácio de Carvalho do ano de 1963. As imagens apresentam detalhes do edifício, flagrantes dos diversos tipos de aulas oferecidos, do corpo docente e da diretoria

A gente do Tijucuçu e os bastardos da Borda do Campo – 1686-1729

José de Souza Martins

A DESIGNAÇÃO E, POR MEIO DELA, a classificação social dos habitantes do que é hoje, em boa parte, a região do ABC, lugar de antigos e dos primeiros bairros da vila e, depois, cidade de São Paulo, remanescentes da vila de Santo André da Borda do Campo, foi peculiar e variável nos séculos 17 e 18. Havia incerteza para definir e conceituar as populações indígenas descidas do sertão em relação a concepções que os portugueses trouxeram da Europa, naqueles tempos iniciais da história brasileira. Havia, também, incerteza quanto à definição dos negros africanos para cá trazidos como escravos.

Apesar das designações, ainda hoje adotadas, não havia “o índio”, como não havia “o negro”,

assim como não havia “o branco”, categorias genéricas que foram inventadas por razões de poder e dominação, para forjar uma ideologia das contribuições raciais na formação da nacionalidade que, em princípio, somos, mas ainda não éramos no século 17.

A “conquista” foi basicamente o nome do processo de ocupação da nova terra com base no pressuposto antropologicamente falso de que aqui se começava do zero. Do zero, também, os nativos, que não foram definidos como destinatários de reconhecimento de identidade nem merecedores da condição de objeto de conhecimento.

É claro que houve exceções significativas, como a dos jesuítas, que desde o início desenvolveram

as bases de uma etnoantropologia da população indígena, com rigor estudando sua língua principal, o tupi, seus sistemas de classificação da natureza, das plantas, dos animais, os costumes, a organização social, a cultura. Em particular, a *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, de 1595, do padre José de Anchieta, constitui um reconhecimento do modo de ser, no modo de dizer dos índios do tronco linguístico tupi. O que o vocabulário diz e o modo de dizê-lo documentam o que é quem os usa.

Tão perfeita a pesquisa por eles feita que, mais de 400 anos depois, com seus dados e os de outros observadores da realidade de então, um cientista social da Universida-

de de São Paulo, Florestan Fernandes, teve condições de realizar dois estudos científicos, internacionalmente reconhecidos, sobre uma sociedade tupi dos séculos 16 e 17: *A Organização Social dos Tupinambá* e *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*.

A mistificação das raças no Brasil expressa apenas um grande movimento em nome da riqueza e do poder para reduzir os diferentes à condição uniformizante de inválidos sociais. Mais próximos das funções de animais de trabalho do que dos humanos que de seu trabalho se valiam, que era o que deles queriam os potentados da economia colonial.

Já em relação ao negro africano escravizado, no século 17, sua definição aparentemente precisa, como negro da Guiné, foi criada para diferenciá-lo do negro da terra, o indígena. Diferença assinalada nos inventários, tinha menos a ver com os seres humanos assim distinguidos um do outro, do que como indicação do valor comercial diferente dos assim classificados. Nessa perspectiva, negro, na história do Brasil, é o negro do branco, não o negro do negro. Não é, em sua diversidade étnica, nessas categorias, para reconhecer-se identidades próprias, culturas próprias e sociabilidades próprias.

Designações agrupadoras em categorias genéricas, entre outras, estão nos testamentos de Manoel João Branco (1643) e de Maria Leme (1663), sua mulher, que tinham uma de suas fazendas de gado no

Tijucuçu. Em parte dessa região nasceria a localidade de São Caetano e, com o tempo, o município de São Caetano do Sul.

Naquela época, o Tijucuçu era o nome que se dava aos campos e pastagens naturais que iam, do norte para o sul, do Ribeirão da Mooca ao atual Rio dos Meninos, na altura do Caminho Novo do Mar, atual Estrada das Lágrimas, no que é a divisa de São Caetano com São Bernardo. E de oeste para leste, ia do Ribeirão do Moinho Velho, hoje recoberto pela Avenida Tancredo Neves, no Sacomã, até o Ribeirão Muiguera, atual Córrego do Moinho, margeado pela Avenida Presidente Kennedy.

Nesse amplo território, à direita do Ribeirão da Mooca, tinha Manoel João o chamado Curral do Caminho do Tijucuçu. Ali ficava o seu extenso rebanho de gado bravo, solto “nas capoeiras e matos de Mooca e Taquapindiba”¹. Tinha ele, ainda, fazendas de gado em Pinheiros e Ibirapuera. Era sócio de um genro, Davi Ventura, em uma nau empregada no tráfico negreiro de Angola para a Bahia.

Tanto em seu testamento, quando no de sua mulher, há referências a negros da Guiné no patrimônio da família. Seu filho Francisco João Branco, que tinha fazenda em Guaratinguetá, será acusado pela mãe, em 1663, de ter dissipado o rebanho do Tijucuçu e de ter levado consigo o escravo Manuel, africano.²

Os africanos ainda eram relativamente poucos em São Paulo. Já

A·RTE DE GRAM· M·ATICA DA LINGOA

mais vlada na costa do Brasil.

Feyta pelo padre Joseph de Anchieta da Companhia de I E S V.



Com licença do Ordinario & do Preposito geral da Companhia de I E S V. Em Coimbra per Antonio de Mariz. 1595.

A *Gramática de Anchieta*, publicada em 1595, é um reconhecimento do índio de fala tupi como autor de cultura, isto é, como gente



DIRECTORIO,
QUE
SE DEVE OBSERVAR
NAS POVOAÇOENS DOS INDIOS
DO
PARÁ, E MARANHÃO
Em quanto Sua Magestade não mandar o contrario.



LISBOA,
Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,
Impressor do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca.

M. DCC. LVIII.

O *Directorio dos Índios*, publicado em 1758, é o reconhecimento do índio como sujeito de direitos

os índios, podiam ser capturados em expedições ao sertão. Mas, desde 1611, havia restrições à sua escravização, não à sua captura. Não se tornavam propriedade de seus captadores. Não podiam ser vendidos nem comprados. Supostamente, seus senhores os capturavam para convertê-los ao catolicismo e doutriná-los. Havia, mesmo, o pressuposto de que voluntariamente haviam seguido os que os subjugaram. Mas se destinavam a trabalhar como índios administrados e agregados de quem os tinha.

Os inventários paulistas da época referem-se a uma certa diversidade de status jurídico dos índios sob tutela dos inventariados. Em 1605, no inventário de Fernão Dias, consta que Maria Leme, mulher do citado Manoel João, tinha “12 escravos e 5 forros, todos do gentio da terra”. Constam “peças”, como eram os índios chamados nesses róis, que foram compradas e avaliadas por alto preço, 30, 40 cruzados. Índios convertidos em mercadorias. Consta ainda que “se pagasse os serviços de um índio que veio com ele do sertão trazendo um prisioneiro”. Um índio empregado na captura de outro índio.³

A família de Manoel João era muito rica, como se vê pelos bens arrolados nos dois testamentos. Ele morreria em Lisboa. Foi o morador de São Paulo que viajou para Portugal para levar ao rei Dom João IV uma joia, um cacho de bananas, obra de um ourives de Salvador, com ouro de aluvião extraído da região do Pico do Jaraguá. O genro, traficante, morreria na Bahia.

No mesmo século 17, os paulistas, de cujos cabeçais, no geral, estava ausente o escravo africano, enfrentavam uma variedade de situações na definição conceitual daqueles que os serviam, como se pode ver na antiga documentação do que veio a ser a Fazenda de São Caetano.

A documentação paulista dos três primeiros séculos contém variações categoriais e locais para designar cada um dos tipos humanos do grande e dramático encontro das gentes do período colonial. Mas não há nelas indício de que as designações, no sentido antropológico, representassem reconhecimento de identidades de origem. Com exceção dos casos excepcionais em que são citadas nações e tribos.

São nomes que expressam as limitações da sociedade que nascia e da consciência que podia ter de si e dos outros. O que para o branco era identidade racial do negro ou do índio, não o era para eles, para os assim definidos. Na conceituação luso-brasileira da época, o lugar do propriamente humano era restrito.

Nela é evidente que uma grande parte da população ficou durante quase três séculos em uma imaginária espera para ter sua condição social caracterizada em categorias amplas e abrangentes. Tudo gente sem pertencimento, que não era considerada membro da sociedade emergente, limitada à camada social dominante. Não era considerada membro de nada. Apenas residualmente agregada de quem dela se valia e nela mandava.

Os dessa gente eram tratados como seres adjetivos, dependentes. A sociedade colonial criou a situação social do subalterno e da mentalidade de subalterno e ínfimo, que caracteriza muitos de nós até hoje na subserviência política e social.

Essa situação de incerteza ficará clara na abolição da escravidão, de 13 de maio de 1888. Antecipando o que aconteceria no domingo da assinatura da Lei Áurea, o conselheiro Paula Souza, fazendeiro paulista, de uma família de Itu, de notável linhagem, liberal, em março daquele ano, antevendo o fim próximo do cativo, disse em carta a um deputado baiano, seu amigo:

Desde 1 de janeiro já não possuo mais um só escravo! Libertei todos, e liguei-os à casa por um contrato igual ao que tinha aos colonos estrangeiros e que terei com os que de novo ajustar. Bem vêes que meu escravismo é tolerante e suportável.

Cheio de alegria participo-te que – os meus novos colonos – ainda me não deram o menor motivo de queixa: vivo alegre e feliz no meio deles, que redobram comigo de atenções e respeito.

Dei-lhes liberdade completa, incondicional, e no pequeno discurso que lhes fiz ao distribuir as cartas (*de alforria*), falei-lhes dos graves deveres, que a liberdade lhes impunha, e disse-lhes algumas palavras inspiradas pelo coração, muito diversas aliás daquelas que com antecedência havia

preparado. (...) Concluí dando-lhes uma semana para procurarem o cômodo que melhor lhes parecesse, e declarando-lhes ao mesmo tempo que minha casa continuaria sempre aberta para os que quisessem trabalhar e proceder bem.

À exceção de três, que foram procurar suas irmãs em S. Paulo, e de dois, um dos quais ingênuo (*menor de idade*) – que foram ter com o pai, libertado por mim, há 10 anos, todos ficaram comigo, e são os que me rodeiam, e junto aos quais sinto-me feliz e contente, como acima te disse.⁴

Essa narrativa é construída com o vocabulário de um dos aspectos menos estudados da escravidão, o da ideologia da bondade do senhor de escravos. A liberdade por ele concedida aos seus cativos não decorria do reconhecimento de um direito do negro, como pessoa, mas de um direito decorrente do poder pessoal de seu senhor, próprio da escravidão. O ex-escravo que ficasse ou voltasse o seria ao abrigo de valores que ainda eram os da sociedade escravista, mesmo que no marco da liberdade civil e juridicamente igualitária. A liberdade era concedida, não conquistada, por meio de uma carta de alforria, uma escritura, como a de um imóvel ou de um animal de trabalho, em que o escravo era devolvido a si mesmo.

O depoimento de Paula Souza documenta o que viria a acontecer, em diferentes lugares do país, ao longo daquele dia da abolição e nos dias seguintes, à medida que che-

O que para o branco era identidade racial do negro ou do índio, não o era para eles, para os assim definidos. Na conceituação luso-brasileira da época, o lugar do propriamente humano era restrito.

gava às casas-grandes e às senzalas, a notícia de que, no Rio de Janeiro, a princesa regente assinara lei que declarava extinta a escravidão no Brasil. Os beneficiados pela lei deixavam de ser escravos para ser o que? Paula Souza os vinculava à sua casa como colonos, que saíam de uma sujeição e entravam em outra. A liberdade era uma liberdade condicional.

Os meses seguintes mostrarão ao negro, agora livre, que fora libertado, mas não emancipado. A alternativa que lhe daria a liberdade seria a de, na fome do final do dia, voltar à mesma senzala de antes, para ter o que comer. Com a diferença de que sem o cadeado que, até então, ao não lhe dar a liberdade da noite, só lhe dava a liberdade do dia para o trabalho do eito.

Essa carta de Paula Souza, aliás, documenta acima de tudo o que era também o trabalho livre do colono branco e estrangeiro, que então se inaugurava: o trabalho livre aprisionado na circunstância das mediações e da mentalidade própria do escravismo.⁵ Em São Caetano, os primeiros colonos italianos de 1877 foram abrigados nas senzalas dos antigos escravos da fazenda, que ficavam atrás de onde está hoje a Matriz Velha da cidade (Igreja São Caetano).

Uma medida preliminar importante, no sentido de definir esse Brasil que apenas se esboçava, o Brasil do lento reconhecimento da condição humana da massa dos indefinidos, fora a entrada em vigor, em 1758, do *Diretório dos Índios do Estado do Maranhão e Grão-Pará*, basicamente a região amazônica. Seus efeitos foram estendidos ao Estado do Brasil, que era limitado ao norte no Piauí.

Por meio dele, as populações indígenas tornavam-se livres e, também, libertas das interdições estamentais que até então as consideravam desiguais e inferiores em relação ao branco. Passavam a ter um status jurídico, ainda que a do índio genérico. As normas legais do diretório começaram a dar contornos precisos às diferenças sociais no marco simultâneo de um conjunto populacional que acabará sendo o dos brasileiros.

Há um curioso testemunho de concepção originária da classificação do que eram as diferentes gentes que compunham o Brasil ainda no século 17. É o verso de uma das folhas do testamento do paulista

Pero de Araújo, redigido em 29 de dezembro de 1617, no sertão do Paraupava, o atual Rio Araguaia, em Goiás. Foi no decorrer de uma entrada bandeirista de captura e sujeição de índios.

Nas profundezas do sertão, à beira da morte de um bandeirante flechado pelos índios, para escrever-lhe o testamento, um improvisado escrivão só teve à mão uma folha de papel com versos de *Os Lusíadas* de um lado, estando em branco o outro. Estão ali transcritas várias estâncias do *Canto VI* do poema de Luís de Camões, cuja primeira edição é de 1572. É significativa a estância VII, relativa ao contorno da África por Vasco da Gama: “Passamos o limite onde chega. / O Sol, que para o norte os carros guia, / Onde jazem os povos, a quem nega / O filho de Climene a luz do dia”.⁶

Nessa visão da diferenciação dos seres humanos pela cor da pele, era negro, filho da noite, quem não fosse claro, filho do dia. Um imaginário carregado de simbolismo, o do lugar da noite e de seus seres em nosso imaginário, definia essa classificação que perdurou entre nós e ainda persiste. Um paulista levara na expedição ao sertão e à incerteza do que seriam as gentes que lá encontraria, os versos relativos ao imaginário de outro e precursor encontro, com os negros da África.

A documentação relativa ao Tijuçu e a São Caetano permite reconstituir a vacilação conceitual local na caracterização da diversidade de sua população. Expressa a

incerteza presente na consciência social quanto ao que eram aquelas pessoas e aquela sociedade mal esboçada.

Em 8 de junho de 1686, no inverno, o padre-gastador do Mosteiro de São Bento anotou, no Livro da Mordomia, que gastara seis vinténs, 120 réis, pouco mais de um tostão, na compra de “duas medidas de aguardente para os negros do Tijuçu”.

Era a região de campos ao redor do brejo que lhe dava nome, que, drenado pelos escravos entre 1754 e 1757, quando era abade de São Bento o frei João de São Domingos, e entre 1766 e 1769, quando era abade o frei Ângelo do Sacramento. Constituiu hoje o centro de São Caetano, onde há remanescentes desses canais.

Nessa época, o vale do atual Rio Tamandateí era úmido e frio nos meses do meio do ano, o que justificará o fornecimento regular de aguardente aos escravos e servos das fazendas beneditinas da região.

No fundo, na relação escravista, negra era a cor do cativo, não simplesmente a cor da pele, e vários tons de pele por ele eram abrangidos. A transcrição de trecho da citação de *Os Lusíadas*, mencionada anteriormente, é uma indicação de como uma referência à cor da pele dos nativos da costa da África veio a ser aplicada à cor da pele dos nativos do Brasil Central, para definir-lhes a diferença em relação ao branco e o fator imaginário de sua sujeição. De comum, entre as duas situações, o branco, o sem cor,

que servia de parâmetro para situar quem branco não fosse.

Quase dois séculos depois da descoberta do Brasil, eram os índios descidos do sertão ainda definidos como negros. Porque negra já fora, antes da descoberta do Brasil, a escravidão resultante do tráfico de escravos que os árabes haviam implantado na África. Os portugueses começaram a envolver-se no tráfico de escravos para Portugal em 1444. A classificação negativa original de negro, não tinha como referência o branco, mas o árabe, pardo-escuro. A escravidão gerou o estigma da negritude e deu-lhe uma cor.⁷ O feitiço virou contra o feiticeiro. Árabes também foram capturados e escravizados pelos portugueses. Na primeira metade do século 16, conceitualmente enegrecidos, eram muitos os escravos em Lisboa, parte deles árabe.

Durante longo tempo, no Brasil, o dilema era relativo, em primeiro lugar, à expressão formal do estigma. O da construção do conceito que reduzisse as cores das pessoas a uma cor genérica que identificasse os subalternos como seres humanos inferiores.

Não importava as diferenças antropológicas reais que pudessem distingui-los entre si e até mesmo as que indicassem sua superioridade cultural em relação aos brancos e aos senhores de escravos. Era o caso, na Bahia, dos malês, negros muçulmanos, gente culta, como os nagôs, que falavam e escreviam em árabe. Revoltaram-se em 25 de janeiro de 1835 em

defesa do que eram, contra o que queriam que fossem.

Quando foram avistadas as terras do que viria a ser o Brasil, em 21 de abril de 1500, por Cabral e os que o acompanhavam, nem se sabia que tinha ela habitantes, o que se saberia algumas horas depois. Poucos dias mais tarde, ao escrever a carta em que anunciava ao rei Dom Manoel I, de Portugal, a descoberta da nova terra, dizia seu autor, Pero Vaz de Caminha, sobre os nativos que acabavam de conhecer: são pardos.

Ou seja, não eram brancos. E o que não eram não estava limitado à cor, mas também ao modo como lidavam com o corpo, na nudez e na vergonha que não sentiam de exibi-la, nos adornos mutilantes que usavam. Aos olhos brancos dos descobridores, faltava aos nativos a brancura cultural, a brancura do modo de ser. Os índios do primeiro encontro eram, provavelmente, pataxós. Lida nas revelações antropológicas do reverso, a carta de Pero Vaz é uma descrição minuciosa do que era o branco naquilo que os nativos não eram.

Foram vistos de perto, primeiro, no contato na praia e, depois, quando levados em visita aos portugueses em uma das naus:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o

Não importava as diferenças antropológicas reais que pudessem distingui-los entre si e até mesmo as que indicassem sua superioridade cultural em relação aos brancos e aos senhores de escravos.

rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento dum mão travessa⁸ da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita como roque de xadrez (*antiga designação da torre, no jogo de xadrez*), ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.

Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobre-pente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta

e mui cerrada, que lhe cobria o touço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não o era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguia mais lavagem para a levantar.⁹

Não se trata do que os índios eram, mas do que, na época, era o modo português de ver o estranho e, conseqüentemente, o de vê-los. Viam o que era apenas o que achavam que estavam vendo. Tomavam como referência o que eles próprios achavam que eram e como eram.

Transcrevo essa primeira descrição de índios do futuro Brasil para tornar mais precisa e mais significativa a análise que aqui faço quanto à pequena diversidade da população do Curral do Tijucuçu, onde os beneditinos criavam gado, designação da localidade, no século 17, e a da Fazenda de São Caetano do Tijucuçu, a partir de 1717, quando foi construída a capela dedicada a esse santo.

Menos de um mês depois da referência beneditina anterior, no dia 2 de julho de 1686, o monge gastador anotava que pagara 280 réis por duas medidas “de aguardente para dar aos oficiais carapinas e à gente do Curral do Tijucuçu”.

Um ano mais tarde, sob a rubrica de “pano para o provimento do gentio”, no dia 2 de agosto de 1687, um sábado, o padre-gastador do mosteiro anota que comprara “45 varas de algodão (cerca de 50 metros), a quatro vinténs a vara, para provimento dos mulatos deste

Mosteiro e para filhos e para os rapazes que servem e para todos os servos que estão no Tijucuçu, três mil e seiscentos réis”.

A rubrica de classificação da despesa explicita que as pessoas mencionadas – mulatos e seus filhos, rapazes do mosteiro e servos do Tijucuçu – eram não só gentios, isto é, indígenas em regime de servidão, mas também descendentes de negros africanos, a cujos mestiços de branco estava reservada a palavra mulato, cuja superioridade cultural, na concepção corrente da época, se evidencia por serem “mulatos deste Mosteiro”. Não se tratava de servos do trabalho bruto da terra.

Era uma antecipação da distinção, que seria frequente no século 19, entre “escravos da casa grande” e “escravos do eito”. Estes eram os do trabalho braçal na roça. Aqueles eram os do trabalho doméstico, da sociabilidade servil na convivência com a família senhorial. Situação social em que brancos socializavam negros do mesmo modo que negros socializavam brancos. Uma mestiçagem cultural.

Quatro anos depois, em 18 de julho de 1691, o monge anota que gastara 240 réis na compra de “três medidas de aguardente para os negros que levantaram as casas no Tijucuçu”.

Negros de origem africana começariam a chegar à capitania de São Paulo, em escala comercial, no século 18, com a cultura da cana e a produção de açúcar. É por essa época que surgem registros da presença minoritária de negros africanos nas fazendas de São Caetano e de São Bernardo.¹⁰

Deles se distinguiam os oficiais carapinas, em 1686, os carpinteiros envolvidos em alguma obra no curral, livres e, muito provavelmente, brancos, trabalhando por

tarefa ou por salário. O que é sugerido pela designação de oficial, que indica serem membros de uma corporação de ofício, vedada a não-brancos. Essa mesma distinção é seguida pela designação “gente do Curral do Tijucuçu” para os demais.

Em uma conferência de outubro de 2018, sobre *Dante e la Nobiltà*, na Biblioteca dell’Archiginnasio de Bolonha, o historiador italiano Alessandro Barbero discorreu sobre a designação das pessoas nos escritos do poeta florentino Dante Alighieri.

O que para nós interessa, na conferência do historiador, é que a palavra “gente” está referida geneticamente a “gens”, isto é, quem tem família, antepassados, genealogia, situados, localizados. Aliás, aqui a gente de prol era definida como fidalga, isto é, filha de alguém, diferente dos bastardos, que eram impuros porque eram filhos de ninguém de linhagem. A diversidade das designações aqui na região indica, para vários dos designados, a ausência de uma ancestralidade reconhecida em cada uma delas.

A definição dos moradores da Borda do Campo como bastardos, em 1729,¹¹ significava que tinham mãe mas não tinham pai de linhagem, que pudesse legitimamente reconhecer-se neles. Só havia pertencimento social em relação àqueles oriundos do estamento dominante, os chamados homens bons, os limpos de sangue e reconhecidamente puros de fé.

Um século antes, em um inventário de 1628, de um morador de Ururá (no atual bairro de São Miguel), a herança de duas filhas bastardas de Matias de Oliveira, neto de João Ramalho, é contestada. Isso porque era o pai nobre e fidalgo e, conforme a lei, nesses casos só herdavam os filhos legítimos, embora acabassem elas sendo beneficiadas na partilha, provavelmente por benevolência dos outros herdeiros, que eram seus irmãos e parentes.¹²

Nesse sentido, eram gente socialmente residual, situada na margem da escala de classificação social da sociedade ainda em formação. Mas residual enquanto sobra de duas sociedades de origem em decomposição, a de populações indígenas e a de brancos e reinóis.

Também pela localização, territorialmente residual, de região que já fora ocupada no século 16, no tempo de Santo André da Borda do Campo. E paulatinamente abandonada nesse mesmo século e no seguinte, com as migrações para outras regiões, especialmente para o Vale do Paraíba. As terras da futura Fazenda de São Bernardo só chegaram às mãos dos monges de São Bento devido a doações decorrentes do seu abandono, cessão ou venda pelos sesmeiros originais.

Já a definição de “gente do Curral do Tijucuçu” sugere outra situação. De certo modo, era considerada incluída e não adventícia ou recente. Ainda que também definida como população residual da classificação social mas de um outro tipo de residualidade, a dos ainda em processo de integração.

Gente que tinha passado, ainda que curto, isto é, parentela, enraizamento local, embora não fosse gente de linhagem. Não era recém-chegada. Mas que não tinha raízes nem tradição em uma categoria de pertencimento estamental. Frequentemente, na documentação da época, a reivindicação de privilégios, como uma data de terra, vem acompanhada de uma justificativa de antiguidade com base em alegações de fidalguia. A antiguidade não era cronológica.

Diferentes dos índios administrados, os escravos da região, sobretudo a partir do século 18, eram classificados como crioulos, nascidos aqui mesmo, para distingui-los dos africanos de nascimento, os importados. Uma designação mercantil e não social, nem étnica, que indicava a valorização meramente econômica de cativos de diferentes origens étnicas e de diferentes níveis de integração na sociedade brasileira. Eventualmente e secundariamente, identificados também pela etnia de origem na África, o que diferenciava o valor do africano de origem, algumas etnias mais dóceis ao cativo e outras menos. Aqui não era dis-

seminada ainda a concepção de negro genérico, que é a de hoje.

Uma escrava fugida, em 1854, nascida em São Caetano e definida como crioula, é descrita com vários detalhes que indicam o que era um escravo crioulo, mas também a mestiçagem de que procedia:

Fugiu na noite de 15 do corrente uma preta crioula por nome Benedita, com os sinais seguintes: cor fula, estatura regular, olhos bem avermelhados, não é magra, nem gorda, idade 35 a 40 anos, levou vestido de chita, e um chale de algodão riscado no pescoço; bem como uma trouxa com roupa, e um pequeno espelho de caixa. Esta escrava pertenceu antes ao convento de S. Bento desta cidade, e é crioula da fazenda de S. Caetano.

Consta que costuma refugiar-se para o lado da freguesia de S. Bernardo: quem a apreender e levar à rua do Rosário casa nº 44 será gratificado.¹³

Rua do Rosário é hoje a Rua 15 de Novembro, em São Paulo, pois começava no largo da igreja e do cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, na atual Praça Antônio Prado. Era um lugar de pequenos estabelecimentos comerciais, não raro de pretos libertos que tinham seus próprios escravos.

Vários elementos de identificação da escrava Benedita estão presentes nesse anúncio: crioula, isto é, não africana; cor fula, isto é, mulata amarelada. Por ser escrava vendida, a mãe era seguramente negra e es-

crava, mas não necessariamente o pai, porque a escravidão era juridicamente herdada do ventre materno. O amarelado da cor fula pode sugerir que o pai tinha origem branca ou indígena. Os apetrechos que levou consigo e o próprio ato da fuga podem ser indicativos de escrava de personalidade marginal, isto é, duplamente socializada, como escrava e como branca. As fugas reiteradas (“costuma refugiar-se”) reforçam a possibilidade de um inconformismo decorrente dessa marginalidade.¹⁴ Nesse sentido, não era rebeldia de negra, mas da branca que na cultura de socialização da escrava havia.

Quanto à população originária da escravidão indígena, como indiquei, encontro a designação de bastardos em uma listagem da população da atual região do ABC, de 1729, no bairro da Borda do Campo. Uma geração posterior à das anotações aqui citadas sobre o Tijucuçu. É o contraponto esclarecedor para que os índios em servidão fossem definidos como gente, da localidade denominada Curral do Tijucuçu. São mencionados 119 bastardos, avulsos, não agregados das restantes famílias individuadas de fazendeiros.

Embora fossem de ascendência indígena, já não eram propriamente índios, mas, impuros de sangue porque mestiços. A mestiçagem com o gentio diluía a identidade estamental do pai, branco, que era quem tinha, nos costumes e nas leis, o reconhecimento de humano pleno. Em relação aos demais,

havia dúvidas quanto à sua humanidade, o que ficou evidente, no século 16, em toda a colônia, nas discórdâncias quanto a serem os índios gente ou não.

A palavra bastardo, no contexto dessa análise e em relação às designações relativas a moradores do bairro relativamente vizinho do Tijucuçu, reforça a relevância da designação de “gente do Curral do Tijucuçu”. A citação e, ao mesmo tempo, a exclusão da lista dos contribuintes do Donativo Real, dos bastardos da Borda do Campo, definia a miserabilidade que fazia dos assim designados uma categoria de párias sociais. Também porque não tinham dono e não se beneficiavam de uma classificação social vicária.

Tratava-se do rol de contribuições para a celebração dos casamentos na família real portuguesa. Bastardos, nesse caso, é classificação social dos que não contam, os irrelevantes, porque não tinham nada de seu. Não tinham, portanto, condições de pagar o tributo compulsório. Nem foram arrolados pelo nome. Apenas agrupados em um número.

O jesuíta padre Manoel da Fonseca, na sua *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus, da Província do Brasil*, de 1752, esclarece a respeito: “Houve em São Paulo uma Bastarda (assim intitulam aos filhos de Branco, e Índia), chamada Paula (...)”. Foi ela confessada pelo padre Belchior, e com a confissão mudou de vida. Mais tarde, tendo morrido, foi por ele ressuscitada. O biógrafo setecentista do taumaturgo dos aldeamentos indígenas dos arredores da cidade de São Paulo considera milagre que a personalidade da bastarda se transformasse: “(...) sendo que os poucos anos e a natural inconstância desta casta de gente, impedem notavelmente semelhantes mudanças.”

A indicação “casta de gente” indica mentalidade referida à estrutura social de castas, de separações sociais rígidas entre pessoas de castas diferentes. Aqui designava a estrutura estamental da sociedade, parecida, mas diversa, da de castas, pois pressupunha brechas de ascensão de um estamento a outro. Caso dos sacerdotes que podiam originar-se de estamento inferior. Um exemplo emblemático foi o do grande compositor colonial, padre José Maurício, professor de música

do príncipe Dom Pedro, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal. Era mulato.

A designação de “bastardo” refere-se aos efeitos dessocializadores da destribalização das populações indígenas descidas do sertão e nem sempre incorporadas às famílias de seus captadores, como agregadas. Aglomerados desses desenraizados são mencionados, não só o do bairro da Borda do Campo, mas também um no bairro do Pari.

Ou seja, a diferença entre gente e bastardo era principalmente uma distinção moral e preconceituosa, decorrente do pressuposto de que a bastardia dos mestiços de branco e índia decorria da suposta licenciosidade da mulher indígena e não da violência do branco. O milagre da ressurreição da bastarda, do Embu, foi o milagre de sua transferência, pela mediação religiosa, da nulidade social para a condição de gente. Uma brecha simbólica na estrutura estamental. O bastardo era socialmente inferior, mas menos do que o gentio, de que provinha. Ainda assim prisioneiro “dessa casta de gente”. Indiretamente confirmava a doutrina jesuítica de que o índio não podia ser escravo porque a escravidão só podia originar-se de sua renúncia à liberdade ao implicitamente “vender-se” em troca dos meios de sobrevivência.

A escravidão, no reino de Portugal, estava baseada na premissa da alienação mercantil da liberdade por parte do escravizado, fosse ele negro ou pardo. A captura e a sujeição forçada eram, assim, ilegais, caso em que a escravidão do índio não tinha legitimidade.¹⁵ Ou seja, nem todos recebiam a graça de poder ressuscitar.

Por aí, se vê que “gente” não era categoria de equivalência geral, como hoje, que se aplicasse a todos, independente de raça e condição.

“Gente do Tijucuçu” e “bastardos da Borda do Campo” estavam situados na mesma região do território de acesso a São Paulo para quem vinha do mar. Fosse, respectivamente, pelo Caminho Velho, que atravessava o Tijucuçu, e o que é hoje o centro de São Caetano, ou pelo Caminho Novo, que o contornava pelo lado sul, o da Estrada das Lágrimas.

Não eram simples designações baseadas na cor ou na raça. Eram designações que evidenciavam a incerteza das classificações sociais, sua imprecisão, seu caráter ainda não definitivamente, nem exclusivamente racial, porque não definitivamente econômico. Na documentação, a eventual citação da nação africana de origem do negro ou da tribo de origem do índio, indica a superposição, aos critérios econômicos, de critérios sociais prévios de definição das singularidades étnicas de cada grupo reduzido à escravidão. A escravidão foi um longo processo de diluição das identidades sociais étnicas e de origem para construção das identidades sociais, de raiz branca, e econômica, de pardo e de negro, invenções do colonialismo.

Não havia um imaginário único de referência da diversidade humana da colônia. Havia o imaginário religioso e missionário, que era diverso entre jesuítas, carmelitas, franciscanos e beneditinos. Havia o imaginário do governo municipal, o do poder real, o dos brancos, o dos mamelucos, o dos próprios diferentes negros africanos, o dos índios de diferentes tribos conquistadas e subjugadas. Os do tronco linguístico tupi eram usados na caça aos das línguas tapuias, que os primeiros consideravam bárbaros. Os primeiros agricultores e os segundos caçadores, cada qual tinha sua própria concepção do humano.

Aliás, em décadas recentes, tribos contatadas na região amazônica definem-se por meio de um nome bem diferente daquele pelo qual eram conhecidas antes do contato. Caso dos suruí, de Rondônia, que se chamam a si mesmos “paíter”, isto é, “nós”, “gente”, exatamente o contrário do que os outros e os brancos achavam que eram.

Só com a consolidação da economia exportadora e, com ela, da escravidão do negro de origem africana, dissemina-se em relação às gentes do Brasil a classificação racial dominada pela polarização de livres e de escravos e a ela reduzida.

As populações aqui mencionadas, nas duas localidades da mesma região, entre o século 17 e as primeiras décadas do século 18, apesar da curta di-

ferença de tempo que as separava e do curto espaço que as distanciava, ainda eram definidas segundo critérios não convergentes de diferenciação social. A classificação ainda era imprecisa, feita de superposições referidas à diversidade dos imaginários mencionados.

Tanto tempo depois do descobrimento do Brasil, sua classificação social indicava as dificuldades para definir quem eram e o que eram os que, sob diferentes formas de sujeição e cativeiro, viviam como agregados à sociedade que se constituía. Isto é, como seres adjetivos, cuja função socialmente estruturante ainda não chegava à consciência social de então. O que só ficará claro no século 19.

Nesse sentido, no período colonial, o que viria a ser o ABC, pode ser considerado uma espécie de laboratório social para compreensão do que era esse Brasil das origens, enquanto sociedade de um tempo de incerteza histórica, de um vir a ser demoradamente inacabado. ■

Notas

¹ Cf. *Inventários e Testamentos*, Volume 13, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Typographia Piratininga, São Paulo, 1920, p. 315.

² *Ibidem*, p. 373-427.

³ Cf. *Inventários e Testamentos*, Volume 1, Departamento do Arquivo do Estado, Typographia Piratininga, São Paulo, 1920, p. 397-420.

⁴ Cf. Conselheiro Paula Souza, “Valioso testemunho”, *A Província de São Paulo*, Anno XIV, N. 3.906, Domingo, 8 de abril de 1888, p. 1.

⁵ Cf. Sergio Buarque de Holanda, “Prefácio do tradutor”, in Thomas Davatz, *Memórias de Um Colono no Brasil (1850)*, Livraria Martins, S. Paulo, 1941, p. 26.

⁶ Cf. *Inventários e Testamentos*, Volume 29, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Typographia Piratininga, São Paulo, 1920, p. 214-234.

⁷ Estudos importantes sobre a escravidão e o tráfico de africanos foram feitos pelo antropólogo franco-senegalês, negro, Tidiane N'Draye, autor de *O Genocídio Oculto*, Gradiva, Lisboa, 2019. Cf. sua entrevista: “Foram os árabes muçulmanos que começaram o tráfico de escravos em grande escala”, in *Diário de Notícias*, Lisboa, <https://www.dn.pt/cultura/foram-os-arabes-muculmanos-que-comecaram-o-trafico-de-escravos-em-grande-escala-10680721.html>. Acesso em 22 fev. 2021.

⁸ A mão-travessa corresponde a meio palmo, cerca de dez centímetros (N. do A.).

⁹ Cf. Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Manoel, de Portugal, em abril de 1500, in Paulo Roberto Pereira (Org.), *Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil*, Lacerda Editores, Rio de Janeiro, 1999, p. 35.

¹⁰ Cf. José de Souza Martins, *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, Coedição da Associação Cultural Recreativa e Esportiva Luís Gama, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Caetano do Sul e do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Caetano do Sul (SP), 1988. *A Escravidão em São Bernardo, na Colônia e no Império*, Coedição da Pastoral do Negro - Quilombo Regional do ABC e do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Bernardo do Campo (SP), 1988.

¹¹ Cf. “Donativo Real” (1729), in Nuto Sant’Anna, *Metrópole*, Vol. III, Coleção Departamento de Cultura, São Paulo, 1953, p. 120-147 e p. 151.

¹² Cf. *Inventários e Testamentos*, Volume 6, Typographia Piratininga, São Paulo, 1920, p. 267.

¹³ Cf. *Carreio Paulistano*, Anno I, N.º 18, São Paulo, 17 de julho de 1854, p. 4.

¹⁴ Sobre a personalidade marginal, cf. Everett V. Stonequist, *O Homem Marginal - Estudo de personalidade e conflito cultural*, trad. Asdrubal Mendes Gonçalves, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1948.

¹⁵ Cf. Manuel da Nóbrega, *Obras Completas*, org. Paulo Roberto Pereira, Editora PUC Rio/Edições Loyola, São Paulo, 2017, *passim*.

José de Souza Martins

é sociólogo, com licenciatura, mestrado, doutorado e livre docência pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, da qual é professor titular aposentado e professor emérito. Professor da Cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge e *fellow* de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador emérito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é membro da Academia Paulista de Letras, Entre outros livros, autor de *Moleque de Fábrica* (Ateliê). É natural de São Caetano do Sul.

Cabeças levantadas, máquinas paradas: a presença de São Caetano na greve geral metalúrgica de 1979

 Rodrigo Marzano Munari

“LINHA, LINHA DE MONTAGEM” – Em sua edição de 13 de abril de 1980, o *Diário do Grande ABC* publicou alguns trechos de uma entrevista concedida pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, um dos maiores intelectuais brasileiros do século 20. Com seu habitual brilhantismo, Holanda discorreu sobre assuntos relacionados à história do Brasil, que ele tão bem conhecia, e teceu algumas considerações sobre os problemas pelos quais passava o país. Incomodava-o, como inúmeros exemplos do passado e do presente poderiam atestar, a escassa participação popular nos processos decisórios, a falta de protagonismo das “massas” ou, como notou o mesmo autor em outro lugar, dessa “multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história”.¹ Figurantes mudos que precisam ter voz, tanto na escrita do historiador quanto na política da nação. “O que queremos é a ascensão popular. Abrir possibilidades para todos”.²

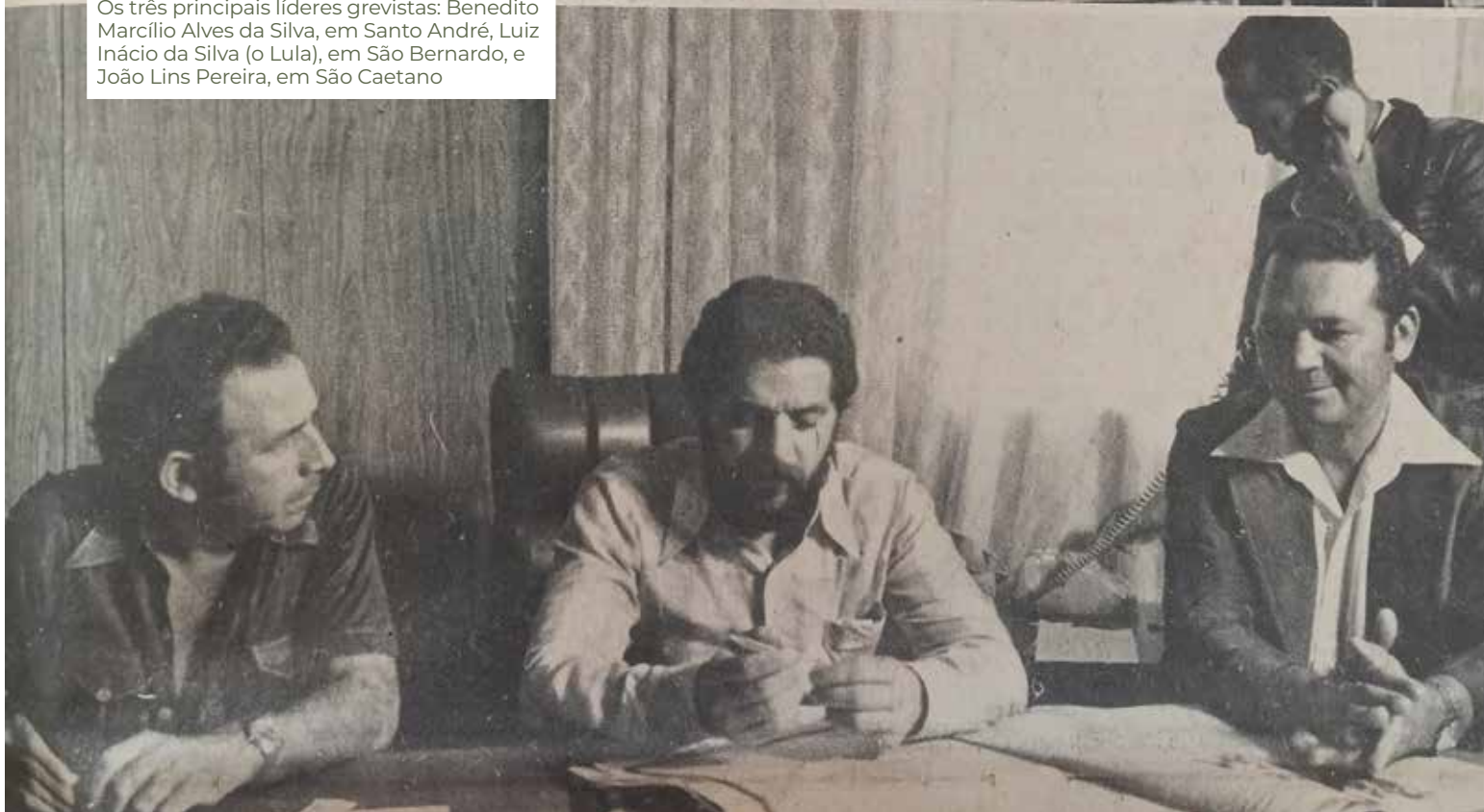
O fato é que essas aspirações ganharam um novo alento a partir do ano de 1978, com o reemergir potente e vigoroso do movimento operário, que teve como cenário de sua atuação o território do Grande ABC.

Naquele mês de abril de 1980, Chico Buarque, o filho do renomado historiador, apresentaria uma composição inédita em um show no Estádio de Vila Euclides – que logo receberia a denominação de 1º de Maio, uma homenagem aos trabalhadores e ao movimento sindical –, em São Bernardo do Campo, ao lado de outros nomes expressivos da música brasileira. O evento tinha como finalidade a arrecadação para o fundo de greve dos metalúrgicos. Inicialmente marcado para o dia 20, foi transferido para o domingo seguinte por causa de proibição imposta pela Polícia Federal. Antes do dia 27, com cerca de 100 mil ingressos já vendidos, o show foi novamente proibido pela polícia, que alegava o não cumprimento de “certos trâmites burocráticos”, enquanto o diretor do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP) declarava que estavam proibidas quaisquer manifestações que contrariassem o “caráter ilegal da greve dos metalúrgicos, segundo decisão do TRT”.³

Chico Buarque de Holanda teve de lançar sua canção inédita, uma parceria com Novelli, no *Show 1º de Maio* que aconteceu no espaço do Rio-



Os três principais líderes grevistas: Benedito Marcílio Alves da Silva, em Santo André, Luiz Inácio da Silva (o Lula), em São Bernardo, e João Lins Pereira, em São Caetano



centro (RJ), sem qualquer menção à greve no ABC.⁴ A música denominada *Linha de montagem* era, entretanto, um tributo notável aos metalúrgicos em greve da região. Ao passo que denunciava o trabalho alienado e desprovido de sentido – para o operário – do complexo industrial, particularmente o da indústria automobilística, com sua produção fragmentada se refletindo na cadência das palavras de cada verso, a música do compositor carioca anunciava a solidariedade, o companheirismo e a potencialidade transformadora da ação operária. Afinal, uma gente que carrega “essa tralha imensa chamada Brasil” e que “toca o trem pra frente” também pode, de repente, fazer “o trem parar”. Foi o que aconteceu quando despontou a espetacular greve metalúrgica de 1979, durante a qual a maior parte do operariado de São Caetano do Sul simplesmente “cruzou os braços” para reivindicar melhores salários e condições de trabalho.

São Caetano no complexo industrial do ABC – Conhecida então como a região de maior desenvolvimento industrial do país, o Grande ABC contava, em 1978, com cerca de 2.700 indústrias, cabendo à cidade de Santo André a maior concentração, seguida por São Bernardo e São Caetano, segundo dados apresentados pelo *Diário do Grande ABC*. Uma pesquisa realizada pelo Ser-

viço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) entre 1975 e 1976 apontava que São Caetano do Sul dispunha de 423 indústrias, distribuídas entre 17 ramos de atividades. Essas empresas reuniam mais de 48 mil empregados, dos quais eram quase 30 mil os que ocupavam postos em estabelecimentos do ramo das metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico. O maior destaque cabia à General Motors, que sozinha contava com 12.435 funcionários, o equivalente a 25% de toda a população empregada na indústria, sendo responsável por perto de 80% do total de arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM, atual ICMS) do município. As empresas do campo da metalurgia representavam 61% dos funcionários do setor industrial de São Caetano.⁵

Não seria muito difícil imaginar, a partir desses números, quais poderiam ser as consequências de uma paralisação dos metalúrgicos para o município sul-são-caetanense. Para se compreender a eclosão das greves operárias ao final da década de 1970 é preciso atentar para o afloramento da crise econômica que começa a fazer sentir seus efeitos – desfazendo a ilusão do “milagre” – já nos anos iniciais dessa década, atingindo, com especial intensidade, a classe trabalhadora. Em termos bastante genéricos, essa crise fora provocada pelo crescimento da dívida

Linha linha de montagem
A cor a coragem
Cora coração
Abecê abecedário
Opera operário
Pé no pé no chão

Eu não sei bem o que seja
Mas sei que seja o que será
O que será que será que se veja
Vai passar por lá

Pensa pensa pensamento
Tem sustém sustento
Fé café com pão
Com pão com pão companheiro
Para paradeiro
Mão irmão irmão

A mão, o ferro, a ferragem
O elo, a montagem do motor
E a gente dessa engrenagente
Dessa engrenagente
Dessa engrenagente
Dessa engrenagente sai maior

As cabeças levantadas
Máquinas paradas
Dia de pescar
Pois quem toca o trem pra frente
Também de repente
Pode o trem parar

Eu não sei bem o que seja
Mas sei que seja o que será
O que será que será que se veja
Vai passar por lá

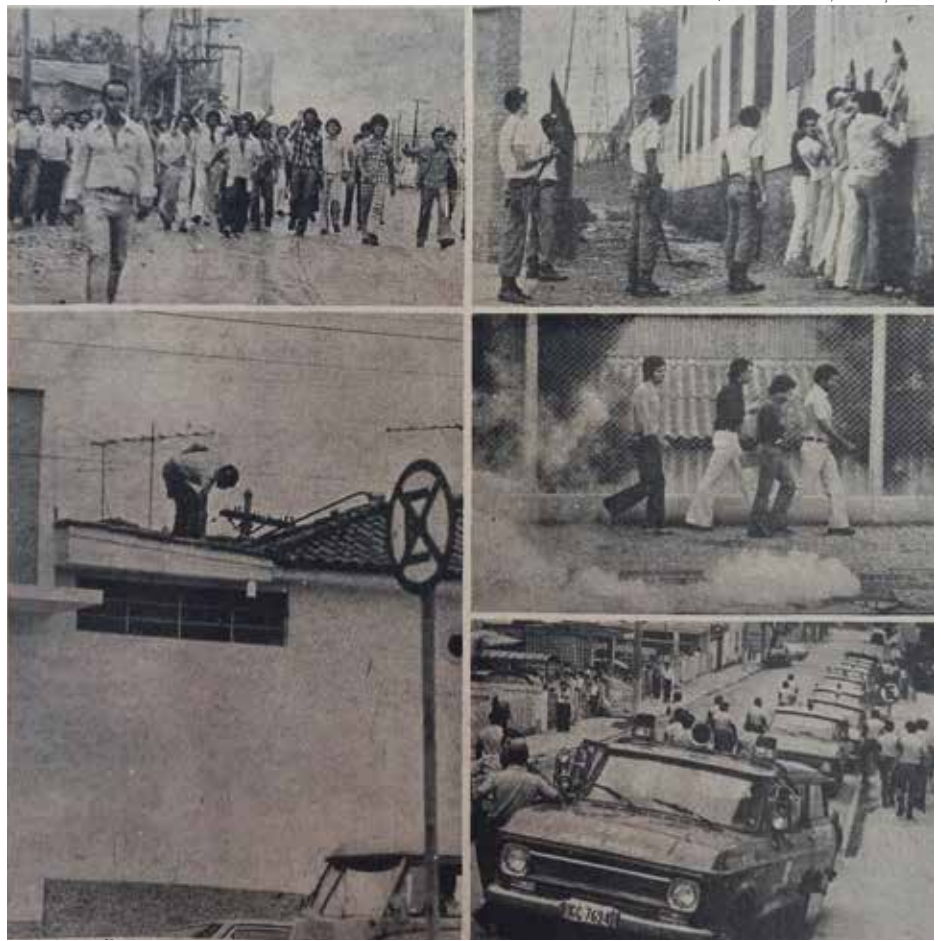
Gente que conhece a prensa
A brasa da fornalha
O guincho do esmeril
Gente que carrega a tralha
Ai, essa tralha imensa
Chamada Brasil

Sambe sambe São Bernardo
Sanca São Caetano
Santa Santo André
Dia a dia Diadema
Quando for, me chame
Pra tomar um mé

Linha de montagem, Chico Buarque/
Novelli, 1980.

externa e pelo descontrole inflacionário, acompanhando um empobrecimento geral dos segmentos assalariados. Em 1977, foi divulgada pela imprensa a grave denúncia de que o governo brasileiro, chefiado pelos militares, havia manipulado os índices inflacionários. Como tais índices eram a base para os reajustes salariais da maioria dos trabalhadores, a notícia da falsificação do índice de 1973 – lesando os salários em 34,1% –, associada ao aumento da inflação que corroía diariamente os ordenados, passou a inquietar e a mobilizar o operariado.⁶

Nesse contexto, intensificou-se um processo de aproximação das lideranças sindicais com os trabalhadores, sobretudo a partir da campanha salarial de 1975, com Luiz Inácio da Silva, mais conhecido como Lula, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. A campanha iniciada pelo sindicato de São Bernardo, e logo ampliada para alcançar toda a categoria metalúrgica do ABC, foi fundamental para a conscientização do operariado da região quanto à “superexploração do trabalho, dada pela depressão salarial obtida pela manipulação dos índices”.⁷ Mostrando, além disso, que já não eram suficientes os caminhos da negociação com o governo militar e o empresariado, pois tanto um quanto o outro não estavam dispostos a realizar a correção salarial alme-



Edição de 14 de março de 1979, do jornal *Diário do Grande ABC*, dando destaque ao movimento grevista

A campanha iniciada pelo sindicato de São Bernardo, (...) foi fundamental para a conscientização do operariado da região quanto à “superexploração do trabalho, dada pela depressão salarial obtida pela manipulação dos índices”.

jada.

Nas palavras de Ricardo Antunes, “não restava outra alternativa para a ação operária: ao barulho ensurdecido da produção, os metalúrgicos reviveram, em maio de 78, o silêncio das máquinas paradas”.⁸

São Caetano na greve geral metalúrgica de 1979 – Em 1978, como já foi mencionado, o Grande ABC foi palco de uma grandiosa greve dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, entre as quais também estavam algumas empresas situadas em São Caetano, como a Compa-

nhia Siderúrgica Mannesmann. Foi uma greve, de modo geral, caracterizada por alto nível de espontaneidade. Após a paralisação da Scania (12 de maio), em São Bernardo, as movimentações pipocaram por toda a região e os operários de diversas outras indústrias começaram a desligar as máquinas. Um dos operários da Mannesmann enfatizou esse caráter espontâneo do movimento que irrompeu em São Caetano no dia 22 de maio: “ninguém havia planejado nada. A turma foi chegando e resolvendo parar. À medida que uns entravam em greve, outros iam aderindo”.⁹

Não só os ganhos salariais, obtidos graças às greves por fábricas de 1978, como também a experiência adquirida no decorrer das paralisações fortaleceram o movimento operário e o papel dos sindicatos metalúrgicos do ABC, os quais passariam a ter maior força como representantes dos interesses da categoria; cientes de que o patronato e o Estado – em sua política econômica baseada no arrocho salarial – não cederiam tão facilmente às suas justas reivindicações. Tudo isso conferiu à greve geral de 1979 um caráter diferente daquele que caracterizou as greves do ano anterior.

Os principais itens da pauta que motivou a campanha salarial de 1979, após terem sido

estabelecidos pelos sindicatos metalúrgicos do Estado de São Paulo, foram ratificados por uma “monumental concentração popular” que aconteceu em 16 de fevereiro em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, que se situava na Travessa Comandante Salgado, nº 30, no Bairro da Fundação. Cerca de três mil metalúrgicos que “se comprimiam nas ruas próximas” aprovaram as seguintes reivindicações básicas: 34,1% de aumento acima do índice oficial; piso salarial de três salários mínimos; reconhecimento e estabilidade para os delegados sindicais (um para cada grupo de 500 empregados); redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; reajustes tri-

Em São Caetano do Sul, no entanto, o movimento eclodiu um pouco antes do previsto. (...) a detenção do presidente do sindicato local, (...) “fez com que os 1.200 operários da Brasinca S/A paralisassem suas máquinas em sinal de protesto”.

mestrais.¹⁰

No dia 9 de março, em assembleias realizadas nos três sindicatos de metalúrgicos da região, ficou decidido que toda a categoria entraria em greve a partir de zero hora do dia 13, caso os patrões não atendessem às suas exigências. A partir dessa decisão, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, presidido por João Lins Pereira, passou a distribuir à população nas ruas do município, bem como aos operários nas portas das fábricas, um boletim explicativo a respeito da mobilização, explicitando que a campanha pugnava exclusivamente por legítimas demandas dos trabalhadores. Não havendo acordo com a classe patronal, após as negociações intentadas junto à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mais de 200 mil metalúrgicos, reunidos em suas assembleias nas três cidades do ABC, decidiram entrar em greve.¹¹

Em São Caetano do Sul, no entanto, o movimento eclodiu um pouco antes do previsto. Na manhã do dia 12 de março, a detenção do presidente do sindicato local, Pereira, e de mais dois diretores da entidade e um operário da General Motors, enquanto distribuía folhetos aos trabalhadores dessa empresa, convocando-os para a assembleia que seria realizada à noite,

“fez com que os 1.200 operários da Brasinca S/A paralisassem suas máquinas em sinal de protesto”. Conduzidos à delegacia de polícia do município, todos foram libertados depois de prestarem alguns esclarecimentos. Na assembleia da noite, os ânimos exaltados e as tensões afloraram em um ambiente ocupado por mais de três mil operários, na sede do Sindicato dos Têxteis. A fala do presidente Pereira, principiando por expor as posições já conhecidas e a proposta dos patrões, acabou gerando a revolta em alguns dos presentes, que rechaçavam qualquer possibilidade de acordo com o empresariado. Um dos operários, percebendo que seus companheiros iam se retirando, começou a gritar para que ficassem, alegando que essa atitude só os enfraqueceria e que o dirigente sindical, “um pelego”, queria que eles aceitassem a proposta patronal: “são os trabalhadores que decidem e não a diretoria, não podemos deixar que essas pessoas – a diretoria – decidam por nós, os patrões dizem que fazemos corpo mole e nos mandam embora, vamos entrar e propor a greve”.¹² Dito e feito. Os operários assumem o controle da assembleia e a ideia da greve é indomável, visto que já dominava o espírito da grande maioria da classe trabalhadora do município.

Tinha início, desse modo,

uma das maiores e mais emblemáticas greves operárias da história do ABC e de São Caetano, em particular. Nunca se tinha visto uma mobilização dessa envergadura no município. Basta dizer que, de acordo com informações divulgadas pelo *Diário*, até o final da tarde do dia 13, mais de 90% das indústrias metalúrgicas da cidade já tinham parado – em torno de 22 mil operários em greve – e novas adesões viriam nos dias seguintes. Além da General Motors, com aproximadamente 12 mil empregados, outro fato importante foi a paralisação da Fundação Matarazzo e da ZF do Brasil, “que em quase 30 anos nunca haviam parado” e “foram das primeiras a silenciarem suas máquinas”. Como costumava (e costuma) ocorrer nessas situações, a repressão policial sobre os trabalhadores não demorou a se fazer sentir. No primeiro dia da greve, junto aos portões da Aços Villares, cerca de 300 componentes da comissão de salários do sindicato, os quais tentavam retirar os poucos funcionários que ainda trabalhavam no interior da indústria, foram dispersados por policiais e viaturas do Comando de Choque da Rota. Uma tropa policial que em seguida se dirigiu para a sede do sindicato dos metalúrgicos e depois para a entrada da GM, onde diver-

sos membros do movimento se concentravam e foram afugentados com o uso de bombas de gás lacrimogêneo, “sendo que uma delas caiu sobre o telhado de uma clínica cardiológica das proximidades”.¹³

A despeito da repressão, e também por causa dela, essa greve deu ensejo a diversos testemunhos de solidariedade entre os operários e para com eles. Com nove dias de paralisações, quando já passava de 23 mil o número de grevistas, foi iniciada a distribuição, às famílias dos trabalhadores mais necessitados, de quatro mil quilos de gêneros alimentícios angariados pelo sindicato com a colaboração da população e de igrejas, associações e empresas situadas em São Caetano.¹⁴ Não se pode também esquecer o papel da Igreja Católica, por intermédio do bispo da Diocese de Santo André, Dom Cláudio Hummes, que foi um entusiasmado defensor da greve e do direito dos trabalhadores à reivindicação por justas melhorias em suas condições de vida e trabalho. A atuação do bispo ao lado dos operários, facultando-lhes o acesso aos salões paroquiais das igrejas diocesanas para suas reuniões e assembleias, foi essencial para o fortalecimento do movimento e para alavancar as estratégias de pressão e negociação com o patronato.

O poder público sul-são-



Metalúrgicos, diz João Lins Pereira, fortificam propósito de continuar greve

Mulheres manifestam seu apoio

Um grupo de mulheres, aderiu ao movimento grevista no Grande ABC e está realizando reuniões para manifestar solidariedade aos metalúrgicos. A Sede das associações femininas está instalada na rua General Glicério, 512, em Santo André, onde aguardam novas adesões.

Para esclarecer a posição assumida por elas, está sendo distribuído um manifesto assinado pelas agremiações, nas igrejas, feiras livres, sindicatos e sociedades de bairros.

Aqui a transcrição do manifesto:

"Nós mulheres, acompanhamos a luta dos trabalhadores metalúrgicos por melhores salários.

Sentimos no dia-a-dia o quanto é difícil manter uma casa.

Descrente das promessas não cumpridas de todos os governantes, acreditamos que somente com a justa greve levada pelos trabalhadores é que conseguiremos melhorar o nível de vida de nossas famílias.

A luta dos trabalhadores é a luta da família do trabalhador!

Se somos companheiras na luta pela sobrevivência com os baixos salários, seremos mais do que nunca companheiras na justa luta por melhores condições de vida!

Com a certeza de que só com a vitória teremos esta melhoria apoiamos totalmente nossos maridos e companheiros".

- Não arredaremos o pé.
 - É preciso coragem!
 - Mulheres! A luta também é nossa!
 - Firmes! Sem medo!
 - Junto com os trabalhadores até a vitória!
- Mulheres dos metalúrgicos
Departamento feminino dos Sindicatos Metalúrgicos do ABC
Departamento Feminino do CBA do ABC
Movimento Feminino pela Anistia do ABC
Associação das Mulheres de Santo André
Jornal Brasil Mulher
Associação das Donas de Casa
Grupo Nós Mulheres
Associação das Empregadas Domésticas do ABC

Edição de 20 de março de 1979, do jornal *Diário do Grande ABC*, dando destaque ao movimento grevista

Gerty, mais de 500 metalúrgicos se mostraram dispostos a continuar a greve, já então com o apoio resolutivo do presidente destituído, Pereira, o qual afirmava que seria reativado todo o esquema para a paralisação das indústrias que tinham voltado a funcionar parcialmente. Eram descontraçadas as informações sobre a dimensão desse retorno ao trabalho. Enquanto o interventor federal no sindicato de São Caetano, Antônio Donato Garcez, dizia que cerca de 85% das indústrias do município haviam voltado a funcionar, alguns trabalhadores comentavam que esse índice não chegava a representar 50% do total de metalúrgicos da cidade.¹⁶

Foi nesse contexto de refluxo do movimento que, em 27 de março, 15º dia da greve, tomou-se a decisão de colocar um fim provisório à paralisação metalúrgica. Falando a milhares de trabalhadores reunidos no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, Lula propôs que todos retornassem ao trabalho, e se não obtivessem um índice salarial mais satisfatório dentro do período de 45 dias,

-caetanense também dera o seu contributo ao movimento operário. O sindicato metalúrgico local recebeu moções de apoio do prefeito Raimundo da Cunha Leite, um ex-operário que chegara à chefia do Executivo, e da Câmara Municipal, por meio de seu presidente, o vereador Lavinho de Carvalho. Cunha Leite permitiu que os metalúrgicos se reunissem no Estádio Municipal Anacleto Campanella, que os operários de São Caetano transformaram no "quartel-general" da greve, e também os autorizou a realizar pedágios em alguns pontos centrais do município, como forma de angariar fundos para a manutenção de suas famílias.¹⁵

Nas primeiras horas do dia 23 de março, o governo federal decretou intervenção nos três sindicatos, o que significou a destituição das diretorias sindicais e seus presidentes: Lula, em São Bernardo, Benedito Marcílio, em Santo André, e João Lins Pereira, em São Caetano. Os três dirigentes foram substituídos por interventores. Nesse dia, a sede do sindicato e o Estádio Anacleto Campanella foram cercados por policiais militares, que fizeram várias detenções de operários e sindicalistas. Mas, apesar desse duro revés, a greve não terminou. Em 26 de março, no salão da Paróquia Nossa Senhora das Graças, localizada no Bairro Nova

por meio de novas negociações com o empresariado, os metalúrgicos do ABC deflagrariam novamente a greve geral. Essa “trégua” foi uma estratégia política certa, diante do enfraquecimento da mobilização grevista após 15 dias de lutas e enfrentamentos com as forças repressivas do regime militar. Em suas respectivas assembleias, os operários de Santo André e São Caetano decidiram aderir à proposta do líder metalúrgico de São Bernardo, no qual os integrantes da categoria, em toda a região, depositavam sua confiança.¹⁷

Era o fim da greve, mas não a desmobilização do operariado. Preparados pelas lideranças para um eventual retorno aos combates, os metalúrgicos mantiveram-se em guarda. Demonstração clara desse empenho foi a monumental concentração popular de 1º de maio de 1979, em São Bernardo, onde se reuniram perto de 150 mil trabalhadores para ouvir as falas dos três ex-presidentes dos sindicatos do Grande ABC. Estavam em pauta itens fundamentais para toda a classe: “garantia de permanência dos operários no emprego, o direito de greve, a liberdade e autonomia sindicais, o salário mínimo unificado e movimento contra a carestia”.²² Aumentava a pressão para que os empresários propusessem um acordo mais favorável a seus empregados, pois, caso contrário, estes entrariam

novamente em greve a partir de zero hora do dia 14. Com efeito, os patrões resolveram negociar e o fato resultou em um acordo entre os três dirigentes dos metalúrgicos da região e o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (Sinfavea), tendo sido depois ratificado pela Fiesp. Foi estabelecido um aumento de 63% para aqueles que ganhavam até 10 salários mínimos, “com o desconto dos 11% conquistados na greve de maio do ano passado”, sendo também descontado em cinco parcelas o valor correspondente a 50% das horas não trabalhadas, enquanto os outros 50% poderiam ser repostos pelos empregados.²³

Apesar de ser visto como razoável ou pouco satisfatório pela maioria das lideranças sindicais e dos grevistas, o acordo, depois de aprovado em assembleias realizadas nos três municípios (13 de maio), foi encarado como uma vitória política inegável para a classe trabalhadora. Como apontou Dom Cláudio Hummes na ocasião, “o importante do acordo não são os percentuais – embora isso também seja importante – mas a caminhada dos trabalhadores para a verdadeira justiça social”. Para o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Vinicius Laira, era preciso reconhecer que para a efetivação desse acordo a comissão

Crédito/Diário do Grande ABC, 16 de março de 1979

Dom Cláudio elogia trabalhadores

“Em termos cristãos, esta é uma greve espetacular”. A declaração é do bispo da Diocese de Santo André, dom Cláudio Hummes, quando compareceu, nas dependências do Sindicato dos Metalúrgicos local. “Estamos diante de um movimento sem violência. É o ordeiro e pacífico” – justificou.

Recebendo aplausos de milhares de metalúrgicos concentrados na sede e nas imediações, que se acotovavam para vê-lo ou ouvi-lo, dom Cláudio afirmou que a manifestação sindical é justa e, portanto, a Igreja que sempre esteve ao lado da justiça social, não pode deixar de manifestar o seu apoio aos grevistas. “A Igreja não pretende e nem pensa em conduzir as greves, mas dar forma aos movimentos dos trabalhadores do Grande ABC” – frisou.

Durante os poucos minutos que dirigiu a sua mensagem aos trabalhadores, dom Cláudio lembrou a greve do ano passado. “Uma vitória alcançada através de sua manifestação honesta, onde não faltou momento de solidariedade”.

Mais adiante lembrou que as empresas devem deixar prevalecer sua consciência de justiça e não demitir os funcionários que estão reivindicando melhores condições de vida. “É por isto



Dom Claudio Hummes

que a união na classe sindical é importante. Os desempregados não podem ficar alheios aos companheiros de classe, pois as demissões, embora injustas, devem contar com o apoio geral” – complementou.

Considerando um castigo por parte das companhias que adotam a dispensa como uma forma de vingança, afirmou: “Não é concebível esta punição para os que lutam por uma causa justa. Falta o senso de justiça aos empresários”.

opinar sobre o assunto. Essa etapa não é a Igreja que coloca. Nós defendemos os grupos intermediários que têm o direito de organizar e defender os seus interesses. Se a reivindicação continua inalterada é porque estamos presenciando uma causa justa”.

Explicou, mais de uma vez que a Igreja defende a não violência. “Quando a greve é pacífica, demora mais e isso, em termos cristãos, é espetacular” – afirmou – acrescentando que a movimentação sindical é uma consciência que vai crescendo e para tanto, deve se organizar para isso.

Ao ser indagado por um repórter sobre o assassinato de João Rodrigues da Silva, de 50 anos e líder sindical da G.E., cuja morte se verificou na madrugada de terça-feira, quando voltava do Sindicato, esclareceu: “Pelo que sei, a morte não teve por causa de seu envolvimento na deflagração da greve. Foi um acidente que lamento muito”.

Direito de organização

O fato de os três sindicatos se manterem firmes em suas reivindicações, mereceu o seguinte parecer: “Não sou eu quem vai

Edição de 16 de março de 1979, do jornal *Diário do Grande ABC*, dando destaque ao movimento grevista



Trabalhadores da Brasinca em greve. Mais de dois mil metalúrgicos dessa indústria desligaram as máquinas e cruzaram os braços em abril de 1980, quando o operariado do ABC novamente adere à greve geral

despendeu mais de 100 horas de negociações, “o que politicamente representa uma grande vitória” para toda a classe “dos metalúrgicos de hoje e dos metalúrgicos de amanhã”.²⁴ Dois dias depois, uma nova vitória para os trabalhadores viria com a devolução dos sindicatos: era o fim da intervenção federal com a recondução das diretorias aos seus cargos. Para João Lins Pereira, após ter sido restituído à presidência do sindicato de São Caetano, o período (dos últimos dois meses) que acabava de se encerrar podia ser considerado “o mais significativo de toda a história sindical brasileira”.²⁵

Um período extremamente significativo para o Brasil, para o Grande ABC e para a pequena cidade de São Caetano do Sul. Uma “pequena gigante” operária, que se juntou a uma luta de proporções inéditas contra a exploração do trabalhador e acabou atingindo, de forma clara, a política econômica do regime militar, que tinha por base o arrocho salarial e a manipulação dos índices inflacionários. Foi o irromper silencioso de uma força popular que os governantes já não poderiam simplesmente ignorar. E por isso é que, no ano seguinte, em 1º de abril, a cidade metalúrgica mais uma vez amanheceria sem o barulho incessante e monótono das máquinas em funcionamento. Mas esse já é outro capítulo da história da classe operária de São Caetano.

Notas

¹ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio ao livro de Thomas Davatz, “Memórias de um colono no Brasil”. Livro dos prefácios. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 48.

² - JOVANOVIĆ, Aleksandar. Sérgio Buarque de Holanda: No Brasil de 80, elitismo ainda predomina, na cultura e na política. Exatamente como no passado. *Diário do Grande ABC*, Santo André, ano XXII, n. 4257, 13 abr. 1980, caderno C, primeira página. Acervo da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul (FPMSCS).

³ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXII, n. 4263, 20 abr. 1980, caderno A, p. 5; e n. 4268, 26 abr. 1980, p. 3. Acervo da FPMSCS.

⁴ - JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, ano XC, n. 24, 2 mai. 1980, caderno B, primeira página. Disponível em: <http://bdigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

⁵ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3678, 25 mai. 1978, p. 3; e n. 3680, 28 mai. 1978, caderno B, p. 1 e 12. Acervo da FPMSCS.

⁶ - NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. Coleção “Discutindo a História do Brasil”. São Paulo: Atual, 1998, p. 59 e seguintes.

⁷ - ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho* (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 18.

⁸ - *Ibidem*.

⁹ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3676, 23 mai. 1978, p. 3. Acervo da FPMSCS.

¹⁰ - FOLHA DE SÃO CAETANO, São Caetano do Sul, ano III, n. 140, 24-25 fev. 1979, p. 7. Acervo da FPMSCS. Cf. ANTUNES, *op. cit.*, p. 42.

¹¹ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3919, 9 mar. 1979, p. 8; n. 3920, 10 mar. 1979, p. 3; n. 3921, 11 mar. 1979, caderno A, p. 11; n. 3922, 13 mar. 1979, p. 1 e 3. Acervo da FPMSCS.

¹² - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3922, 13 mar. 1979, p. 3. Acervo da FPMSCS.

¹³ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3923, 14 mar. 1979, pp. 1-3. Acervo da FPMSCS.

¹⁴ - “Dentre os auxílios recebidos, nomes como Supermercado Joaquin, Eletro radiobrás, Casas Bahia, Supermercado Morita, Supermercado Santa Tereza e até mesmo os mensalistas da indústria Confab figuram na lista de doações”. DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3930, 22 mar. 1979, p. 7. Acervo da FPMSCS.

¹⁵ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3928, 20 mar. 1979, p. 7; FOLHA DE SÃO CAETANO, São Caetano do Sul, ano III, n. 146, 7-8 abr. 1979, p. 3. Acervo da FPMSCS.

¹⁶ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3932, 24 mar. 1979, pp. 1-3; n. 3934, 27 mar. 1979, p. 5. Acervo da FPMSCS.

¹⁷ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3935, 28 mar. 1979, pp. 1-5. Acervo da FPMSCS.

¹⁸ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXI, n. 3964, 3 mai. 1979, p. 1-3. Acervo da FPMSCS.

¹⁹ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXII, n. 3972, 12 mai. 1979, p. 1-3. Acervo da FPMSCS. ANTUNES, *op. cit.*, p. 53.

²⁰ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXII, n. 3974, 15 mai. 1979, p. 3. Acervo da FPMSCS.

²¹ - DIÁRIO DO GRANDE ABC, Santo André, ano XXII, n. 3975, 16 mai. 1979, p. 1 e 7; n. 3976, 17 mai. 1979, p. 3. Acervo da FPMSCS.

Rodrigo Marzano Munari é historiador. Bacharel, licenciado e mestre em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), onde é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social. É autor do livro *Deputados e delegados do poder monárquico: eleições e dinâmica política na província de São Paulo (1840-1850)*, publicado pela Editora Intermeios em 2019. Membro da Comissão Pró-Memória Histórica da Diocese de Santo André e colaborador da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, atua na área de pesquisa.

Paisagens, pontes e caminhos

Enrique G. Staschower

DECLARAMO-NOS HABITANTES DE CIDADES. Conhecemos sua história, já que partilhamos de heranças, interesses e espaços comuns, que nos ligam a territórios, por meio de ideais, de cidadania e pertencimentos. Porém, talvez não nos demos conta de que, de fato, habitamos residências; aquele ambiente privado que nos permite, se quisermos, andar em roupas íntimas, acumulando traquitanas e, nas noites insônes, ouvir os suspiros ritmados da nossa geladeira. Por isso, nas cidades somos atores urbanos – *civis civitatis* – exercendo uma urbanidade compartilhada.

Graças ao confinamento imposto pela pandemia da Covid-19, ansiamos por retornar as ruas, espalhando-nos em contatos e conversas com nossos queridos, ou mesmo com desconhecidos. Assim, à noite, em sonhos, tal como o poeta francês Charles Baudelaire, flanamos, vagueando sem rumo por nossas cidades, refa-

zendo trajetos anteriormente cotidianos, aqueles das nossas memórias afetivas – que nos colocam em perspectiva e nos permitem voar tal como heróis “marvelianos”.

Esses espaços pelos quais ansiamos têm a capacidade de expressar narrativas históricas, culturais, ambientais, sociais e econômicas, já que neles estão cristalizadas camadas de nossas heranças e memórias – algumas delas reais, outras criadas, que nos conectam a paisagens e espaços públicos, como escolas, praças, calçadas, jardins, até

“O viajante reconhece o pouco que é seu, descobrindo o muito que não teve e o que não terá.”

Ítalo Calvino
(*Cidades Invisíveis*)

**nos
ligam à
memória
coletiva**

mesmo marquises ou recuos de edifícios, também estes últimos públicos.

Ao acordar desses sonhos podemos analisar nossa relação com a cidade real, aquela dimensionada pelas calçadas, semáforos e asfalto. Esta análise ajuda a entender como se conformaram as suas relações sociais, a partir do tratamento dado aos seus caminhos, suas ruas, seus espaços de interação e convivência social. Talvez esse sonhar-acordar-analisar-refletir permita entender como as conformações físicas – que tanto nos intrigam ou nos atrapalham – se deram, como formaram nossa cidade e como nos conectamos a ela por esses espaços públicos.

Se olharmos São Caetano do Sul e seu centro fundacional, veremos algumas coisas que lhe são peculiares e nos intrigam, por exemplo, ruas que terminam em “T” ou que são sequestradas para uso particular, edifícios enclausurados e praças, cuja função é de estacionamento, ou mesmo suas constantes relações de conflito com os rios e as enchentes. Talvez na compreensão do passado da sua cidade, de sua relação com o ambiente, poderemos entender como se conformaram seus espaços sociais, a partir do tratamento dado aos seus caminhos, suas ruas, sua interação e convivência social.

Talvez possamos olhar as relações com o ambiente, sua

paisagem original, tal qual uma mesopotâmia, formadora do seu caráter fluvial, dominado por cheias, já que os dois córregos ancestrais convergiam com igual caudal, Meninos e Tamanduateí, serpenteando preguiçosamente sobre uma planície de pouca declividade, daí suas inundações. Cercavam capões ondulados, de solo úmido, argiloso, com óxidos de ferro e alumínio.

Esses córregos, no século 16, amparavam viajantes que aqui descansavam, a caminho de Piratininga ou Paranapiacaba. Um território cruzado pela Trilha dos Tupiniquins, depois chamada Caminho Velho, rumando ao litoral por Inhoahiba (na confluência dos ribeirões Piraporinha e dos Couros) ou vadeando o Tamanduateí no rumo de Piratininga. (CARDOSO, 2016)

Este território situado entre as vilas de São Paulo e São Vicente era relevante para a comunicação interior-litoral, a ponto das atas da Câmara de São Paulo, em 7 de dezembro de 1589, convocarem moradores do bairro de Tijuçu para manter aberto o caminho e construir a ponte grande sobre o Tamanduateí. (MARTINS, 1991)

Desta ata podemos tirar algumas conclusões. A primeira era que já havia uma população residente no território, com sua identidade denominada em tupi; a comunicação em dire-

ção ao litoral era importante para a Câmara de São Paulo; e sua população era ciente da sua importância e responsabilidade, a ponto de se empenhar na construção de uma “ponte grande”.

Provavelmente, a localização dessa “ponte grande” sobre o Tamanduateí seria à montante do encontro com o Córrego dos Meninos, próximo da interligação entre as atuais ruas Mariano Pamplona (São Caetano) e Ibitirama (São Paulo). Provavelmente seria nas imediações, já que sob o atual leito das ruas Mariano Pamplona, Maximiliano Lorenzini e Rio Branco repousa a terra batida do Caminho Velho, que serpentava, afastando-se das margens do Córrego dos Meninos, a caminho do atual Bairro Mauá, em São Caetano do Sul.

Essa ponte e sua adjetivação de “grande” não se deviam às dimensões, mas à sua relevância como elemento de ligação entre a cidade de São Paulo e o litoral. Definiria o território, a ponto de o centro urbano do Núcleo Colonial de São Caetano ser conhecido como Bairro da Ponte. Até que em 15 de dezembro de 1950 o primeiro prefeito de São Caetano do Sul, Ângelo Raphael Pellegrino, sancionou a lei municipal nº 135, alterando o nome para Bairro da Fundação – nada mais justo, já que esse centro era referência histórico-afetivo-fundacional.

Devemos lembrar a característica do solo desta mesopotâmia: extensos lodaçais no período de chuvas, uma vez que tijucuçu, em tupi, poderia ser traduzido como barreiro, lamaçal ou charco. O seu relevo, além dos vales, era de colinas, onde cresciam arvoredos capazes de prover madeira e lenha. Essas características da paisagem, do solo e sua vegetação seriam essenciais para definir, não somente um bairro junto à “ponte grande”, mas sua principal ocupação fabril por mais de 200 anos – seu solo ideal para produzir cerâmicas, tijolos e louças, madeira disponível para fornos de queima, córregos e caminhos para a comunicação e transporte, facilidade de acessos para distribuir sua produção.

Aquela ponte mencionada, em 1589, perdeu-se entre avenidas e alagamentos, mas outra, sobre o reduzido caudal do Tamandateí, substitui-a no ano de 1959, como ligação entre São Paulo e São Caetano do Sul, ressignificando, entre congestionamentos e semáforos, a Trilha dos Tupiniquins em “novos caminhos velhos”, que passam ao largo de extintas fábricas e perdas instalações beneditinas.

O caminho em direção a Inhoahiba acompanhava à distância o Córrego dos Meninos, evitando lagoas e lodaçais como a do Barreiro, tal qual a Rua Senador Roberto Simonsen, no atual Bairro São José. Estes

alagadiços acumularam húmus e água acidulada, que culminaram por criar um solo de características excelentes para a produção de cerâmicas, graças à superior dureza. Nestas condições, de frente à Trilha dos Tupiniquins, nasceu a Cerâmica São Caetano, em 1913, propriedade de Roberto Simonsen (ainda chamada Cerâmica Privilegiada). Os produtos dessa indústria tornaram-se nacionalmente famosos, tanto assim que determinaram um padrão de qualidade nas especificações da construção civil, ao longo do século 20, sendo comum a denominação do “tipo São Caetano” para cerâmicas. (MACHADO, 2021).

Vista aérea da Cerâmica São Caetano, em foto de 1947



Acervo/FPMSCS

A topografia peculiar de uma mesopotâmia, onde córregos de leitos preguiçosos transbordam em períodos de chuva, foram a razão de instalação de cerâmicas e olarias, graças às argilas e águas aciduladas. Essas indústrias cresceram, prosperaram e criaram empregos. Novos moradores, à procura de trabalho, chegaram à região, pressionando a urbanização sobre os alagadiços e as áreas de enchentes.

este tipo de urbanização como promoção e progresso, principalmente no verão.

As mesmas características de solo e qualidade, impostas pelos produtos da Cerâmica São Caetano, no século 20, identificaram a produção da fazenda beneditina de São Caetano do Tijucuçu no século 18, cuja finalidade era abastecer o Mosteiro de São Bento, em São Paulo, com víveres e com material para sua construção e de edificações que se destinavam à locação, na cidade de São Paulo – contribuindo com telhas, tijolos, lajotas, canaletas – uma vez que, junto às lagoas flu-

em 1730, um segundo, em 1757. Assim, ao alvorecer do século 19, os beneditinos de São Paulo, não somente se valeram dos materiais produzidos no Tijucuçu para erigir o Mosteiro de São Bento e as casas ao redor do seu largo, mas tornaram-se proprietários de 61 imóveis – os maiores locadores da cidade. (BUE-NO et al. 2018)

A força das conexões desse território mesopotâmico deixaria suas marcas no centro de São Paulo, por meio do constante fluxo de canoas descendo e subindo o Tamanduateí com alimentos, louças e cerâmicas, que terminaram conformando o Largo de São Bento, determinando a necessidade de um porto fluvial (Porto Geral) e, ladeira acima, um portão frente ao largo (hoje o largo persiste como estação de Metrô, mas o portão desapareceu). Tudo isso graças ao trabalho agrícola-fabril, produto de índios administrados, apresados, foreiros e escravos africanos. (MARTINS, 2010)

Aquele Caminho Velho, citado pela Câmara de São Paulo, tinha um desvio conduzindo os viajantes à frente da capela da fazenda beneditina, onde um cruzeiro, às suas margens, tal como adro, delimitaria a entrada do conjunto de edificações beneditinas: a casa grande avarandada, a senzala; a cozinha, sua despensa e refeitório; a casa da farinha; a casa das aves; a casa das necessidades (sanitários); estrebarias,

Flagrante de enchente do Rio Tamanduateí no Bairro da Fundação, na altura da antiga ponte entre as ruas Ibitirama e Mariano PAMPLONA. Foto de 1978



Nas épocas de chuva, as razões da natureza se sobrepõem às das edificações. O desenho da cidade não coube aos que reconheciam sua topografia peculiar, mas aos que promoviam loteamentos. As administrações públicas permitiram expansões sobre alagadiços, acreditando que assim promoviam a cidade e a produção das suas indústrias – nem todos os moradores veriam

viais, encontrava-se o “tijucuçu”, uma argila fluída, de coloração e textura característica, posteriormente denominado “torbas”, que dava consistência e resistência às cerâmicas, depois de submetidas à queima. (CARVALHO, 2007)

O reconhecimento da qualidade e produtividade da produção fabril beneditina se daria pela necessidade de adicionar ao primeiro forno, construído

horta, pomar e jardim pleno de flores brancas. Este conjunto beneditino chamava a atenção dos viajantes pelas suas dimensões e elegância, com paredes brancas, e portas e janelas vermelhas.

A Igreja São Caetano (Matriz Velha), no Bairro da Fundação, é a herdeira da capela beneditina, construída com os materiais produzidos nos dois fornos; ela refletia o esmero, a ponto de ser considerada “um exemplar da arte barroca numa fazenda de um subúrbio paulistano”. Contou com a contribuição do engenheiro militar português José Custódio de Sá e Faria, responsável por projetos de igrejas no Rio de Janeiro e Montevidéu. (MARTINS, 1992)

A casa grande e sua senzala seriam a morada, o convívio e, posteriormente, local de ensino dos imigrantes italianos que ali chegaram para formar o Núcleo Colonial, em 1877, enquanto aguardavam a delimitação e entrega das suas terras. Assim, há uma transição de usos e apropriações de espaço, de forma a dar continuidade fundacional – dos beneditinos aos imigrantes há um pertencimento e uma âncora emocional a esses edifícios.

Na criação do Núcleo Colonial também se designaram lotes urbanos, compondo-se com as edificações da fazenda beneditina em uma continuidade, uma vez que ele era o local de sociabilização, retomando sua herança de centralidade do território. Esses

lotes foram delimitados e assentavam-se à beira dos caminhos herdados da Trilha Tupiniquim e das trilhas da fazenda beneditina a caminho das hortas – estas conduzindo à casa grande e celebrando o cruzeiro frente à capela.

Percebe-se a intenção de criar um espaço capaz de promover uma centralidade, que permitisse uma gênese urbana. Define-se, assim, um local de sociabilização, tal como uma grande área livre, circundando a matriz e a casa grande. O convívio e as inter-relações sociais promovidas por estes espaços são formadoras de um pertencimento. Podemos entender como se formará o sentimento de identidade, que

Dois) em sequência, do trajeto desde a Trilha Tupiniquim até a Rua da Matriz (atual Rua 28 de Julho) – revela-se novamente a sua referência de sociabilização.

A atual Rua 28 de Julho alinhava-se perpendicularmente ao conjunto da casa grande e da capela. Assim, entendemos por que, hoje, quando olhamos desde a Rua 28 de Julho em direção à Matriz ela apresenta-se deslocada ao centro da rua – falta a continuidade espacial com o Córrego dos Meninos e o conjunto beneditino encontra-se à espera das escavações arqueológicas interrompidas, para resgatar sua centralidade e legado histórico-fundacional.



Acervo/Biblioteca Nacional – Acervo Digital – Comissão de Medição dos Lotes Coloniais - Eng. Chefe Leopoldo José T. Silva

várias décadas depois promoveria a luta autonomista, enquanto parte desta gênese urbana.

Poucas décadas depois, o cotidiano se transforma, passando da rotina comandada pelo canto do galo para o apito da fábrica. O caminho às indústrias seria conduzido por essas ruas, que deveriam ser identificadas. As ruas foram numeradas (Rua Um, Rua

Detalhe da medição dos lotes coloniais. Estão delimitados os lotes urbanos, as edificações da casa grande, da capela beneditina e dos fornos da sua cerâmica

No alvorecer da segunda década do século 20, algumas ruas foram denominadas, mas eram nomes exteriores à identidade ou cotidiano dos moradores, já que eram de políticos, proprietários de fábricas ou loteadores – aqueles que prosperaram comprando lotes dos colonos malsucedidos. Assim, o espaço público das ruas passa a ser utilizado para simbolizar hegemonia política ou econômica. Desta forma, em 15 de julho de 1912, por meio da lei nº 120, denominam-se, nesta lógica, as ruas Alfredo Luiz Fláquer, Heloísa Pamplona, Rodrigues Alves, Mariano Pamplona, entre outras, vias onde já se instalaram indústrias como a Fábrica de Sabão e Graxa Pamplona ou a Formicida Paulista.

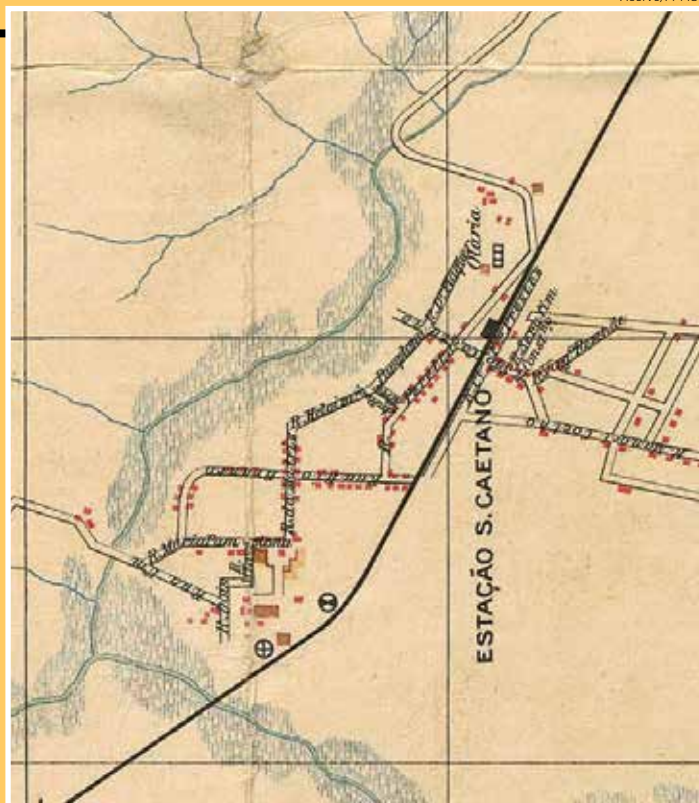
Podemos ver que a grande área de sociabilização que circundava a capela beneditina, conectando-a ao Córrego dos Meninos, encolheu. Os antigos fornos beneditinos foram tomados pela Olaria Paulista, do dentista Samuel Eduardo da Costa Mesquita, em 1880. Posteriormente, em 1894, essas instalações, com o que sobrara dos fornos, foram compradas dos herdeiros do dentista pela Pamplona, Sobrinho & Companhia, para a instalação de sua fábrica de sabão e graxas que, sucessivamente, em 1912, seria a gênese das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo.

A intervenção do dentista Mesquita rompeu o espaço beneditino e foi contestada pelos colonos em diversos momentos e instâncias, na tentativa de manter um espaço público para celebrações e interações. O avanço sobre a herança espacial beneditina chega às vias de fato, com brigas, socos, facadas e tiros, dentro da capela, entre funcionários da Olaria Paulista e membros da Irmandade de São Caetano, em 18 de setembro de 1887, quando estes funcionários trataram de pressionar e intimidar a Irmandade. O conflito, noticiado pelo jornal *Provincia de São Paulo*, deixara feridos Antonio Martorelli, Marieta Rossi,

Luigi Pasquale e Luigi Frololi, em luta pelo direito de manter seu espaço público – afinal, sentiam-se legítimos herdeiros dos espaços beneditinos.

Podemos assim datar, na primavera de 1887, aquilo que poderia ser a primeira apropriação de espaços públicos, para usos particulares e, conseqüentemente, de especulação imobiliária – mas, a título de compensação, também seria a data da primeira luta pela preservação de direitos de cidadania e urbanidade.

Entretanto, na busca pela cidadania, o ano de 1887 trouxera prosperidade àqueles colonos que, cultivando videiras, conseguiram relativo sucesso com o



Detalhe de mapa de São Paulo do ano de 1913 que mostra a região central de São Caetano. Podemos identificar a Igreja São Caetano e o arruamento em direção à estação de trem, que criará uma centralidade além-trilhos

vinho *São Caetano* (nome posteriormente alterado para vinho *Rossi*) comercializado diretamente em São Paulo, inclusive elogiado pelo romancista Júlio Ribeiro em *A Carne*. Esta prosperidade era patente no sucesso de público da Festa de São Caetano, realizada desde 1883, a ponto de haver disponibilidade de três horários

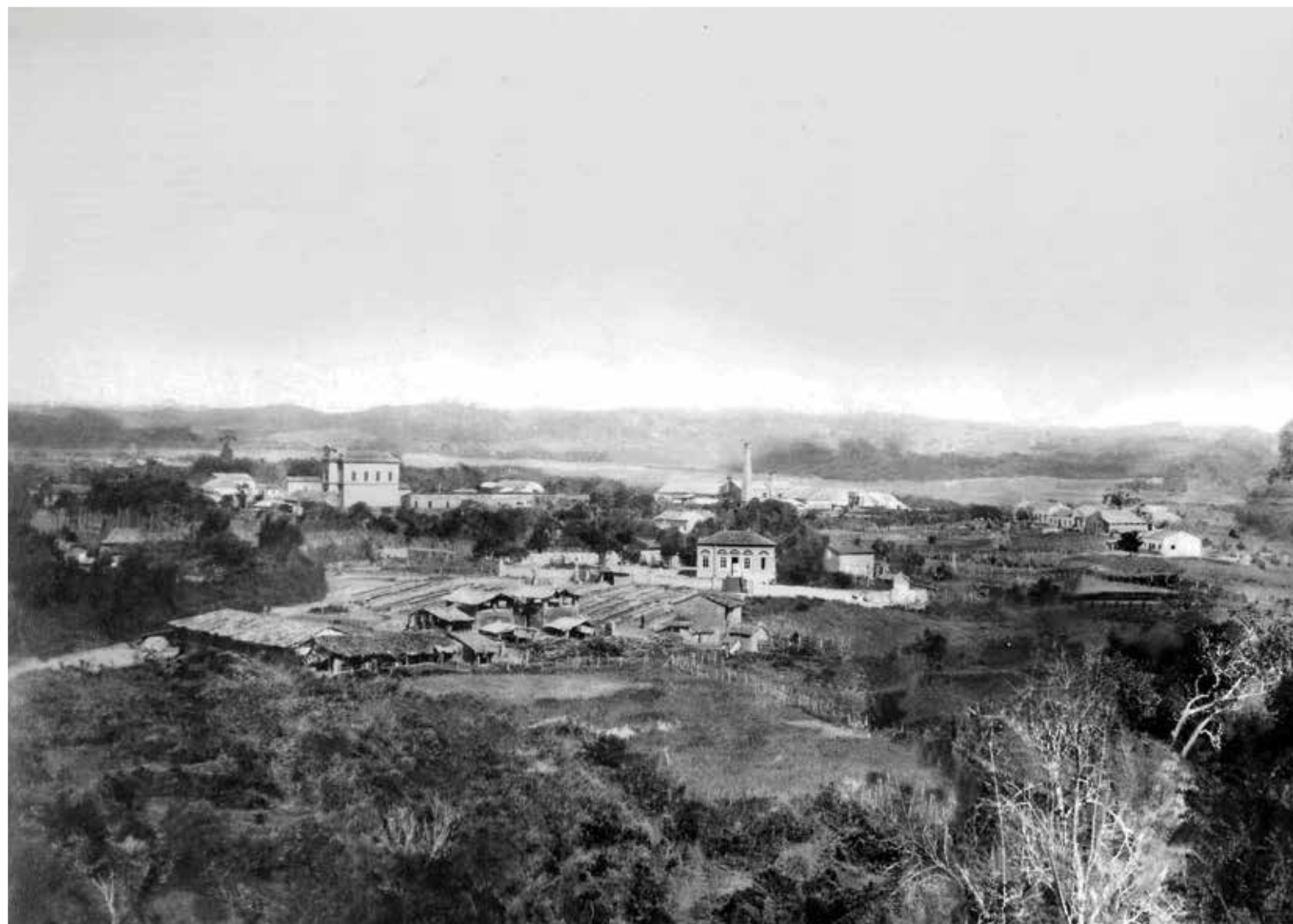
de trens especiais ligando São Caetano a São Paulo, para acomodar os visitantes.

Os sinais de sucesso também se acenderam para o Banco União, que começaria a adquirir terras a partir de 1890. Este banco, emissor de moeda, pertencente ao senador Lacerda Franco, tornaria-se, na década

de 1890, o maior possuidor de terras, detendo quase 30% das terras do Núcleo Colonial, instalando uma das primeiras indústrias, a Refinaria de Açúcar e Destilaria de Bebidas e Licores, com a Formicida Paulista e a Fábrica de Sabão e Graxa Pamplona, todas elas entre os anos 1890 e 1896.

Vista panorâmica de São Caetano do Sul, no início de sua formação, por volta de 1910. Em primeiro plano, vê-se a olaria da família Perrella e o casarão da família De Nardi (que hoje abriga o Museu Histórico Municipal). Ao fundo, à esquerda, vê-se a Igreja São Caetano ainda sem a torre, e, à direita, a Fábrica de Sabão Pamplona e Sobrinho

Acervo/FPMSCS



A compra de terras e a instalação de fábricas demonstra o insucesso dos colonos, nas palavras de José de Souza Martins: “(...) o aparecimento dos compradores de terra que se aproveitavam da pobreza e das dificuldades econômicas dos colonos, decorrentes do fracasso da cultura da uva e da produção do vinho. Eles vinham comprar terras, reconcentrá-las.” (MARTINS, 1998, p. 6)

Não para menos, os ânimos estavam exaltados em 1897, uma vez que as consequências da praga filoxera¹, nas videiras, apresentavam-se devastadoras para a economia do Núcleo e a sobrevivência dos colonos, que se lançaram à coleta e extração de madeira nos capões, para escapar à fome, segundo relatório daquele ano da Secretaria de Agricultura: “em 1894 a safra foi consideravelmente prejudicada pelo aparecimento do ‘phylloxera’², e sendo a colônia situada em terras cujo cultivo para outros produtos é contrariado por condições climatológicas desfavoráveis, os colonos, desanimados pela devastação dos vinhos, atiraram-se às matas, que estão sendo devastadas para extração do carvão vegetal e da madeira”. (LANGENBUCH, 1971, p. 100)

A compra dos lotes, a instalação das fábricas, a repartição das glebas coloniais em lotes e a execução de melhoramentos, como os serviços de água e esgoto, seriam uma empreitada co-

mandada por grupos empresariais, como a Cia. Melhoramentos de S. Caetano, Banco União de São Paulo, Companhia Bandeirantes, Votorantim, e as famílias Pamplona e Coelho – elas não procuravam produzir cidade, mas obter lucros imobiliários. Uma vez que os centros administrativos e reguladores municipais encontravam-se distantes, os traçados das ruas não necessariamente tinham a intenção de uma continuidade ou mobilidade em direção às fábricas e sua conexão à estação férrea.

A importância da linha férrea facilitou a instalação do Núcleo Colonial, mas foi decisiva para a instalação das indústrias, uma vez que estas vendiam suas instalações em São Paulo e compravam terrenos no subúrbio por uma pequena fração daquela venda na capital, pois poderiam manter contatos com clientes-fornecedores através desta conexão férrea.

Reconhecemos a importância da produção industrial, quando em 1898, na duplicação da via férrea, inaugura-se na nova estação uma edificação que antes não fora necessária: um armazém de carga (hoje demolido), que se somaria à plataforma de 120 metros de comprimento e quatro casas para funcionários – estas ainda permanecem lá.

Casa dos funcionários da São Paulo Railway, de 1896, quando a ferrovia foi duplicada e foi construída a plataforma do lado sul. Foto do início da década de 2000



Acervo/FPMSCS

Os espaços da herança histórico-fundacional da Fazenda de São Caetano do Tijucuçu e do Núcleo Colonial de São Caetano sucumbiram às indústrias nascentes, instalando-se às sombras de subsídios e incentivos, terras baratas no subúrbio e mão de obra disponível. Estas indústrias submeteram os espaços do território à sua determinação; elas delimitaram quarteiros, casas e córregos à óptica da produção em série, da padronização e das rotinas de trabalho diário.

Indústrias criaram, em 1940, a Vila Matarazzo, no perímetro da fábrica. Também estabeleceram quarteirões de casas idênticas, para abrigar operários e mantê-los próximos à produção. Desviaram o curso do Córrego dos Meninos para alimentar o processo de produção, que culminou contaminando águas, ar e solo. Desapareceram as Ruas Um e Dois, permutadas com a prefeitura de Santo André pelas Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo em 1939, levando consigo mais do que caminhos de terra batida e casas geminadas de operários, também rodas de conversa, campinhos de várzea, rodas de pião e muitas lembranças.

Há traços das práticas de sociabilização em espaços públicos anteriores a todas as transformações das indústrias. Elas estão presentes, por exem-

plo, nas comemorações realizadas na única praça pública que restou na primeira década de 1900, emolduradas pela Igreja São Caetano. A mediação da sociabilidade era dada pela religião – reproduzindo-se, assim, a configuração espacial da fazenda beneditina, onde a capela era irradiadora e concentradora das relações de sociabilidade do bairro do Tijucuçu.

O processo de industrialização progrediu durante a primeira metade do século 20, desta forma podemos entender como a Matriz, herdeira da capela beneditina, acabou encapsulada pela Matarazzo, cooptada com outros espaços públicos de sociabilização. Posteriormente, as Indústrias Matarazzo também circundaram a Praça Comendador Ermelino Matarazzo que, com o encerramento de sua produção, entre contaminações e mortes, – já descaracterizada como local de sociabilização –, tornou-se estacionamento, sem vegetação, sem bancos, sem árvores, sem equipamentos públicos e sem um sentido social.

O Bairro da Fundação congrega, em suas ruas, heranças dos caminhos coloniais que se somaram aos caminhos rotineiros do trabalho industrial. Congrega as heranças dos processos fabris que marcaram a ascensão de um padrão de expansão e crescimento, que promoveu o modelo de urbanização de-

pendente da indústria. Abriga ruínas de processos de produção verticalizada, inerentes à primeira fase da industrialização. Este bairro encerra valores simbólicos que formularam a identidade e autonomia do município, porém só realiza seu capital social e patrimonial, nos fins de semana do mês de agosto, à noite, quando as ruas se enchem de gente à procura das experiências sociais, de uma herança que busca se resgatar gastronômica, por meio da realização da Festa Italiana.

Estamos no limiar de novas transformações no Bairro da Fundação e no entorno das antigas Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo. Contamos com projetos de parques, áreas de sociabilização, que pretendem novos usos para conectar moradores à reconfiguração necessária ao bairro. Estas propostas poderiam fazer uma ponte entre as heranças e práticas sociais do passado com as ambições oficiais e as esperanças dos moradores. Afinal esse parque repousará sobre escavações arqueológicas interrompidas pela contaminação de hexaclorociclohexano e mercúrio.

Na fachada frontal da Matriz encapsulada convive a placa comemorativa do cinquentenário do Núcleo Colonial, homenageando os “destemidos precursores”, que compõe com uma vitrine, na lateral esquerda

do templo, que expõe parte do material arqueológico recuperado da fazenda beneditina, revelado por meio de um projeto de escavação arqueológica, promovido pelo Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Prova-se assim que o passado não está enterrado ou esquecido, mas exposto em placas e vitrines, para revelar nossas interconexões e permanências.

Acervo/FPMSCS



Caberiam nesses projetos, que pretendem ser transformadores, revelar os locais de gênese da centralidade: as escavações das edificações beneditinas, os espaços da área livre circundando a Igreja São Caetano e as conexões com sua fachada frontal, em direção à Rua 28 de Julho.

Os processos de urbanização sustentados no centro histórico fundacional de São Caetano do Sul, ao longo do século 20, demoliram costumes e concepções sociais, inauguraram um modo de vida pautado pelo distanciamento entre atos-ocorrências-lugares-memórias. Os espaços de sociabilização foram desfigurados e empobrecidos, culminando por embaçar as memórias e suas heranças.

Cidades têm o poder de partilhar heranças, interesses e espaços comuns. Elas nos ligam a territórios por meio de ideais, de cidadania e pertencimentos. Heranças são o patrimônio que definem

de onde viemos, os valores que carregamos e nos identificam – o que seria de Roma sem o Coliseu? Paris sem a Notre Dame? Beijing sem a Cidade Proibida? O que será de São Caetano do Sul sem suas heranças?

Hoje, em meio ao confinamento da pandemia, ansiamos nos reconectar aos espaços da nossa memória afetiva, do imaginário social – não somente seus espaços, mas as sociabilizações decorrentes deles. Quando, em sonhos, vagamos por lugares da memória coletiva, reproduzimos um imaginário de cidade, expressamos a ânsia de nos reconectarmos a algo que sentimos perder.

A Trilha dos Tupiniquins, o caminho até Inhoahiba, as torbas, o Tijucuçu e a casa grande beneditina são as memórias que nos trouxeram até o presente, para nos questionar o que levaremos para o futuro. ■

Sonia Maria Franco Xavier (à esquerda), então supervisora do Museu Histórico Municipal, e Margarida Davina Andreatta (sentada), arqueóloga e técnica do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP), na fachada lateral da Igreja São Caetano, durante projeto de escavações arqueológicas nos arredores do templo. Foto de 1991

Notas

¹ Detectada inicialmente no ano de 1854, filoxera é uma praga que ataca as raízes e folhas de um vinhedo. Trata-se de um pulgão que se alimenta das raízes da videira abrindo espaços que serão preenchidos por fungos, matando-a em um período de três a quatro anos.

² *Phylloxera vastatrix*, *Dactylospheera vitifoliae*, *Viteus vitifolii* são nomes científicos da filoxera.

Referências Bibliográficas

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira et al. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, v. 10, n. 1, p. 04-53, 2018.

CARDOSO, Victor JM. Santo André, a vila perdida na borda do campo. Instituto de Biociências, Rio Claro: UNESP, 2016.

CARVALHO, Cristina Toledo de. A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792). *Revista de Teologia (RevEleTeo)*, n. 2, 2007.

GODOY, Marília G. Ghizzi; JUNIOR, Lincoln. Etchebéhère. O Museu Paulista e a formação de um espaço de modernidade no bairro do Ipiranga. *Pesquisa em Debate*, 2006.

LANGENBUCH, Juergen Richard. Os núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 46, p. 88-106, 1971.

MACHADO, Marco. Museu Virtual do Tijolo Cerâmico Antigo, 2021. Disponível em: <https://museuvirtualdotijoloantigo.wordpress.com/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

MARTINS, José de Souza. O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano. *Raízes, São Caetano do Sul*, n. 4, p.16-23, jan. 1991.

_____. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1992.

_____. *Diário de fim de século: Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.

_____. O porto geral. *Raízes, São Caetano do Sul*, n. 41, p.17-26, jul. 2010.

MÉDICIS, Ademir. *Migração e Urbanização: A Presença de São Caetano na Região do ABC*. 2ª edição. São Caetano do Sul: Hucitec, 1993.

Enrique G. Staschower é arquiteto graduado pela Universidade Braz Cubas, mestre em Culturas e Identidades Brasileiras, pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Coordenador e docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Santo André. É autor dos livros *Arquitetura Brasileira - da Arquitetura Colonial às Divergências no Modernismo e Arquitetura e Urbanismo - Paisagismo de Jardins e Plantas Ornamentais*.



Dom Pedro em São Caetano: o imperador e o príncipe

SIM, O SEGUNDO IMPERADOR DO BRASIL ESTEVE EM SÃO CAETANO, mais precisamente em setembro de 1878, ou seja, pouco mais de um ano após a chegada dos primeiros italianos ao Núcleo Colonial. A passagem de Dom Pedro II por essas terras durou 60 minutos e serviu para se constatar as precárias condições das famílias imigrantes alojadas.

Teria o imperador, em seu caderninho de anotações, registrado a seguinte observação: “Convém que tenham melhores casas”. A visita real a São Caetano, resultado de sérias pesquisas, é contada no livro *Subúrbio*, do sociólogo José de Souza Martins, que relata outros detalhes: “Viajou (*D. Pedro*) em trem especial, tendo saído de São Paulo às 15:30h. A viagem demorou ‘1/4 d’hora’, anotou. Chegou a São Caetano, portanto, às 15:45h, do referido dia 28 de setembro de 1878. Às 17 horas, já estava de volta a São Paulo. Saía de São Caetano, portanto, às 16:45h”.

Mas a cidade teve também a visita de um outro Dom Pedro, este um príncipe, filho da princesa Isabel e neto de Dom Pedro II. Essa passagem ocorreu em 1937 e é narrada por Jayme da Costa Patrão, em artigo publicado na *Raízes* nº 17, de 1998.

Na ocasião, Dom Pedro de Alcântara d’Orleans e Bragança veio à cidade para conhecer a bem-sucedida Fábrica de Louças Adelinas, empresa do português Manoel de Barros Loureiro. Consta que foi uma elegante e pomposa recepção. O verdadeiro motivo? A visita do príncipe serviu para coroar de nobreza a fábrica líder no ramo, que estava envolvida numa rivalidade com o todo-poderoso Conde Francisco Matarazzo, fundador da concorrente Fábrica de Louças Cláudia. ■



filha



Princesa Isabel

Príncipe Gastão de Orleans

enlace



filho



Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança (1875-1940), intitulado o Príncipe do Grão-Pará, de 1875 a 1891, era o filho primogênito de princesa Isabel e do príncipe imperial consorte Gastão de Orleans.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon, ou apenas **Dom Pedro II** (1825-1891), governou o Brasil durante 49 anos, entre 23 de julho de 1840 e 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República. Esse período ficou conhecido como Segundo Reinado.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul: voluntárias em ações solidárias há 50 anos

☰ Márcia Gallo

NO INÍCIO DO ANO DE 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia de Covid-19. As implicações desse processo, ainda em andamento pelo segundo ano, trouxeram profundas mudanças para a vida das pessoas, para as economias dos países e para a ciência, que se voltou à pesquisa de possibilidades de refrear a onda de contágios pela doença, especialmente pela descoberta de uma vacina. As atividades culturais também sofreram mudanças em virtude do indicado isolamento social e várias iniciativas de caráter preventivo e sanitário.

Ao final de cada ano, as editoras, os meios de comunicação e algumas entidades culturais publicam as “palavras do ano” ou “termos mais usados e falados” naquele ano. E um exemplo do impacto do contexto pandêmico foi a divulgação do termo *lockdown*, pelo *Collins Dictionary*, como a palavra que se destacou no ano de 2020. O *Collins* define *lockdown* como “a imposição de restrições severas a viagens, interação social e acesso a espaços públicos”.

O *Dicionário de Oxford*, outro grande divulgador de palavras e ideias contemporâneas, não conseguiu eleger um único termo como “palavra do ano” de 2020, por estar dividido entre

tantos fatos relevantes no contexto mundial. Palavras relacionadas à Covid, à crise do clima, à luta antirracista e à vida digital apareceram durante o ano. No Brasil, o termo “luto” foi escolhido por meio de uma pesquisa da consultoria Cause e Instituto Ideia Big Data, sendo divulgado pelo jornal *Folha de S.Paulo* e pela revista *Meio & Mensagem*¹, entre outros meios. Também foram sendo incluídos nas conversas termos como *live*, *home office* e “novo normal” e criados outros termos motivados pela condição de pandemia como *quarentener*.

Entre tantas palavras, muitas de conotação negativa, a partir de determinado período do ano de 2020, também dominou as conversas e os meios de comunicação o vocábulo “solidariedade”, junto a palavras como Deus, paz, fé, recomeço e família. O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*² traz vários significados para solidariedade, dos quais reproduzimos um deles: “Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, de uma nação, ou da própria humanidade”.

O termo solidariedade esteve presente em comunicados e mensagens de grupos de pessoas, de empresas, organizações do terceiro setor e nos meios de comunicação, como uma atitude de reagir aos efeitos sociais da

pandemia: desemprego e fome, principalmente.

Este texto trata de “solidariedade” e de um grupo de mulheres que têm um sentido moral dedicado a grupos de pessoas que padecem de uma doença, muitas vezes em estágio avançado e incurável, e que criaram uma instituição viva e atuante há 50 anos: a Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul.

O início – As primeiras iniciati-

vas de socorro mútuo ou ajuda mútua em terras de São Caetano foram pesquisadas e descritas por vários autores, apontando sempre a preocupação em auxiliar aos menos favorecidos ou doentes, além dos objetivos religiosos e financeiros. A começar pela Irmandade de São Caetano, de cunho religioso, que teve a aprovação dos artigos do seu Compromisso em maio de 1879, pelo bispo de São Paulo da época, cujas joias e anuidades seriam destinadas também “ao socorro às viúvas e órfãos dos Irmãos falecidos ou aos que caírem na indignidade devidamente reconhecida a necessidade pela mesa. Além disso, a Irmandade terá um caixão decente para conduzir os Irmãos falecidos ao jazigo”.³

As duas primeiras entidades

consideradas de cunho social fundadas em São Caetano que se propuseram prestar socorro à educação, à assistência médica, à assistência farmacêutica e, até pecuniária, foram: a Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli di San Gaetano, fundada em 11 de dezembro de 1892, e a Socie-

dade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano, fundada em 15 de novembro de 1907. Estas duas sociedades se assemelhavam na organização e nos princípios estatutários.⁴

Durante o século 20, o crescimento populacional e econômico de São Caetano e sua emancipação política em 24 de outubro de 1948 ensejaram a organização da sociedade local e criação de outras associações direcionadas ao atendimento de pessoas e de grupos sociais que necessitavam de auxílio. Esta sociedade organizada em grupos de mulheres foi responsável por diversas conquistas para o município de São Caetano do Sul, como o início da construção dos primeiros hospi-

PRESIDENTES DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE SÃO CAETANO DO SUL

Santina Giampietro Moretti
(1971-1994)



Neuza Toloi Lacava
(1995-2004)



Maria Evani Souza de Moraes
(2004-2008)



Milza Maria M. da Cunha Garcia
(2008-2009)



Lúcia Maria C. de Oliveira Leite
(2009-2012)



Marlene Depólito Santi
(2012-2016)



Vera Lúcia Fedato Monari
(2016-2020)



Maria Lúcia de Mendonça Bueno
(2020-2022)



tais, na década de 1940.

A história oficial da Rede Feminina Regional de São Caetano do Sul, parte da Associação Paulista de Combate ao Câncer, começou no dia 15 de abril de 1971. Se bem que antes dessa data já existia um forte grupo de senhoras sancaetenses que, de maneira anônima e, em muitos casos, individualmente, dedicavam tempo e esforços para arrecadar bens e objetos encaminhados ao Hospital do Câncer.⁵

A visita a São Caetano de Antônio Prudente, fundador da Rede Feminina de Combate ao Câncer, acompanhado de sua esposa Carmem Prudente, para uma reunião com as voluntárias da cidade, acabou por concretizar a criação da Rede de São Caetano, no dia 15 de abril de 1971. Na mesma reunião, foi eleita, por aclamação, para presidir a nova entidade, Santina Giampietro Moretti, com todos os poderes de representação do Hospital do Câncer em São Caetano. A ata da primeira reunião registra o segundo passo para a oficialização da Rede, quando Santina convida todas as mulheres presentes para comporem a primeira diretoria, que foi assim constituída: Zuleika Barile (vice-presidente); Nelly Vilela (secretária); Solange Sígulo (vice-secretária); Celestina Dal'Mas (tesoureira); Ofélia Barile (vice-tesoureira); Olga Olson Meira (diretora social); e Vilma Silvei-

ra de Isais (relações públicas). Nessa mesma oportunidade, foram eleitas as seguintes conselheiras: Cândida Fedato, Jandira Sotto Maior, Evani Cury Calil, Iracy Brisola Munhoz, Judith Pina Dal'Mas, Sílvia Arruda Santos, Maria de Lourdes Espósito, Zilda S. Villas Boas, Lucy Puga Pinto, Guiomar Lorenzini Luiz, Hilda Ghioto, Jandira Mancuso, Anésia Lorenzini Pucetti, Amália Barutti, Irene Munhoz Emiliani, Terezinha Pires, Flávia Ricci, Neusa Faria, Olga Pina, Maria Braidó, Elvira Braidó, Mirian Falchero, Ivete Kirche, Ivone Cristoffi, Iracema Vincenzi e Josefina.

Além de contribuírem com quantias trimestralmente, as voluntárias programaram a realização de um chá para angariar fundos, que foi realizado no dia 14 de maio de 1971, no salão de festas do Edifício Di Thiene, situado na Rua Monte Alegre, nº 90, o mesmo local da reunião de fundação. Outro meio adotado para obter recursos foi a venda de livros, como registrado na segunda ata de reuniões. Novas voluntárias se apresentaram e tomaram posse nos anos seguintes e outras promoções foram sendo realizadas, cujos resultados financeiros eram encaminhados a Carmem Prudente, em São Paulo. Cabia à Regional de São Caetano, também, orientar e encaminhar pacientes ao Hospital do Câncer de São Paulo.

Santina permaneceu à

frente da gestão da Rede até 1994, representando mais de duas décadas de doação à causa de amparo aos acometidos por câncer e suas famílias, ampliando os objetivos e o número de voluntárias. Em 1995, assumiu a presidência Neuza Toloí Lacava, que exercia o cargo de vice-presidente na gestão anterior.

A conquista da autonomia – O fim do século se aproximava, trazendo esperança de novos tempos. O empenho das voluntárias da Rede Regional de São Caetano do Sul passou a receber vários reconhecimentos, homenagens e prêmios. Sob a presidência de Neuza, em 1997, no almoço anual do qual participavam representantes de todo o Estado de São Paulo, São Caetano do Sul foi reconhecida como a cidade que mais arrecadou bens em espécie. Outros troféus foram conquistados em agosto de 1999, no I Encontro de Voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer, ocorrido na cidade de Águas de São Pedro, interior de São Paulo. Ainda nesse ano, foi criado um grupo de artesãs voluntárias que passaram a elaborar trabalhos de crochê, tricô, pintura em tecido e bordados que seriam comercializados em prol das obras da Rede.

Em maio de 2000, o Hospital do Câncer, através da Fundação Antônio Prudente, desvincula todas

as Redes do Hospital, tanto as estaduais quanto as municipais. A Rede de São Caetano do Sul resolve continuar suas atividades, tornando-se independente. Lutando contra o tempo, convocou Assembleia, elegeu diretoria, aprovou Estatuto e Regulamento Interno e regularizou todos os registros exigidos pela legislação. Para concretizar esse processo, a Rede convida a dra. Maria Evani Souza de Moraes, que juntamente com o dr. Aumary Laselva, encarregam-se da elaboração do estatuto, constituição de pessoa jurídica e demais formalidades, assumindo cargos de Diretores Jurídicos. A Rede passa a ter o nome jurídico de: Rede Feminina de Combate ao Câncer – São Caetano do Sul. Em 2001, monta um acervo com folhetos, encartes, revistas especializadas com referências bibliográficas fornecendo informações sobre os diferentes tipos de câncer, permitindo à comunidade pesquisa e conhecimentos sobre causas e tratamentos.⁶

A partir de sua nova condição, autônoma, a Rede de São Caetano do Sul empreende novos voos em busca do servir à comunidade em suas demandas relativas à doença do câncer. Em 2002, recebe reconhecimento nacional no IV Congresso Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer, cujo tema era Voluntariado: uma questão de Cidadania, realizado na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Nesse mesmo ano, a entidade passa a

integrar uma iniciativa nacional, participando do Mc Dia Feliz, promovido pela rede de *fast food* McDonald's, que consistia na venda antecipada de tíquetes de lanches que eram revertidos em prol das ações da Rede. Ainda no mesmo ano, a entidade organizou um grupo de voluntárias, sob coordenação de Lair Jung Dias, que começaram a atuar no Hospital Pan-Heliópolis, na cidade de São Paulo, no setor de Cabeça e Pescoço, dando apoio, amparando, acompanhando e auxiliando os pacientes carentes.

Na assembleia nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer, realizada em Brasília, de 29 de setembro a 1º de outubro de 2003, presidentes estaduais e regionais se reuniram para debater temas ligados aos objetivos nacionais. Palestras com profissionais de áreas médicas, como psicólogos e médicos, também constavam da programação.

Uma ação criada em 2004 e que permanece até hoje é a Ginca de Solidariedade, desenvolvida junto a alunos das redes de educação pública e privada de São Caetano, que tem por objetivo angariar alimentos a serem doados às pessoas assistidas. Nesse mesmo ano, Maria Evani Souza de Moraes é eleita presidente, em assembleia, conforme estatuto, sucedendo Neuza Lacava.

“A Rede Feminina completa 50 anos e, durante 15 anos, estive na vice-presidência e presidência desta iniciativa,



I Encontro de Voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer, realizado na cidade de Águas de São Pedro, interior de São Paulo, em agosto de 1999. Na foto, voluntárias exibem seus troféus

Acervo/Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul



Voluntárias reunidas no palco do Teatro Paulo Machado de Carvalho durante comemorações do aniversário da Rede Feminina, em 2002

Acervo/Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul



Voluntárias da Rede visitam o Senado Federal, durante viagem a Brasília, por conta da Assembleia Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que reuniu presidentes estaduais e regionais da instituição, em 2003

Acervo/Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul



Além de participar de palestras, a Rede Feminina também promove conferências sobre diversos temas de saúde. Na imagem, da esquerda para direita, observam-se: Marlene Depólito Santi, Odaléia Conde de Brito Lowe, Vera Monari, Adriano Valente (médico e palestrante) e Alcione Ribeiro. Foto de 2004, na antiga sede da Rede, localizada na Avenida Goiás



Voluntárias participam do V Festival de Medicina do Hospital Heliópolis, realizado em 2005, e que abordou cuidados com pacientes idosos



Inauguração do Cantinho da Beleza, instalado no Hospital Heliópolis, no dia 5 de dezembro de 2005. Na imagem, a partir da esquerda, vemos: Cari Córdoba, Maria Evani Souza de Moraes, Marcos Brazilino de Carvalho (diretor clínico do Hospital Heliópolis) e Lair Jung Dias



6º Congresso Todos Juntos Contra o Câncer, realizado em 2019. Na foto, vemos, a partir da esquerda: Milta Garcia Sukadolnik, Suzeti A. V. da Rocha, Vera Lucia Fedato Monari, Marlene Depólito Santi e Ana Chies



Outubro Rosa, em 2020

que, de muitas formas, ajudou ora na prevenção do câncer, ora no tratamento de pacientes e também suas famílias. Meu coração se enche de alegria ao ver que um trabalho deste porte, que eu ajudei a criar e fazer crescer em São Caetano do Sul, continua vivo e ajudando pessoas”, relata Neuza Tolo Lacava, primeira presidente da Rede Feminina autônoma.

A mudança na gestão é acompanhada pela adequação do departamento jurídico da entidade. Em março de 2005, Amaury Laselva assume o cargo de diretor jurídico, compartilhando essa função com Paulo João Benevento e contando com a participação das advogadas Leila Rosa Ponzoni e Luciana Roseli Carvalho. Esse departamento era bastante procurado por pacientes carentes portadores de câncer para receberem orientações relativas aos seus direitos.

A então presidente Maria Evani Souza de Moraes fala sobre o trabalho desenvolvido na época: “Elaboramos a cartilha *Direitos dos Pacientes Portadores de Câncer*, com orientação sobre direitos dos pacientes, e distribuída à população em geral, através de escolas, clubes de serviço, terceira idade, etc. Com a colaboração de advogados voluntários, atendemos ainda pedidos de medicamentos não fornecidos pelo Estado, por meio de medidas judiciais liminares. Oferecemos orientação jurídica

ca gratuita em casos de atendimento aos direitos dos pacientes portadores de câncer”.

Novas demandas, novas ações –

O ano de 2005 transcorreu com intensa programação e concretização de ações. No mês de março, foi inaugurada a primeira loja da Rede no Hospital Heliópolis, unidade que oferecia produtos novos e usados, doados por empresas, confecções e voluntárias, e peças artesanais confeccionadas por integrantes da instituição de São Caetano. Na oportunidade, a Rede efetuou a doação de 11 cadeiras de rodas para o hospital.

“Nos anos 2005 e 2006, a Rede teve representantes nos voluntariados da Sociedade Paulista de Oncologia Clínica, da Sociedade Brasileira de Cuidados Paliativos, da Rede Sócio Assistencial de São Caetano do Sul, do Conselho Municipal de Cidadania, do Conselho Municipal de Assistência Social e onde mais foi possível aprender, divulgar, partilhar atitudes de prevenção, cuidados e orientações aos portadores de câncer e seus familiares, bem como atuar na definição de políticas públicas que refletissem na prevenção e tratamento oncológicos”, continua Maria Evani.

Em setembro de 2005, foi realizado o V Festival de Medicina do Hospital Heliópolis, cujo tema era Cuidados com Pacientes Idosos. A Rede esteve presente com a participação de grande número de voluntárias.

Em dezembro do mesmo ano, inaugurou, também no Hospital Heliópolis, o Cantinho da Beleza em parceria com as voluntárias Carolina e Josefina Córdoba, que ali realizavam plantões de segunda a quarta-feira. Elas cuidavam da estética de pacientes carentes com câncer, internados ou em tratamento, uma ação que colaborava com o resgate da autoestima dessas pessoas.

A Rede continuou se destacando no conjunto de entidades ligadas ao tratamento do câncer por suas ideias e ações, o que proporcionou a São Caetano ser escolhida como sede do I Encontro do Voluntariado de Câncer do Estado de São Paulo, realizado de 18 a 20 de abril de 2006, nas dependências da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (Uscs). Este encontro visava ao fortalecimento das organizações, definindo os principais problemas encontrados na prevenção e tratamento do câncer, e contou com a presença de cerca de 300 pessoas. Dos debates resultou um documento: a *Carta de São Caetano do Sul*, que foi tema do VI Congresso Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer, no mesmo ano.

No VI Congresso Nacional, realizado em Gramado – Rio Grande do Sul, a dra. Maria Evani Souza de Moraes e a sra. Milza Maria Martins da Cunha Garcia, presidente e vice-presidente respectivamente da Rede Feminina de

Combate ao Câncer – São Caetano do Sul, mais uma vez tiveram a oportunidade de divulgarem a *Carta de São Caetano do Sul* em disquetes para os participantes do congresso, como também, a dra. Maria Evani Souza de Moraes, leu-a diante do auditório com mais de mil participantes e uma mesa composta por médicos, especialistas, doutores, presidentes de hospitais, onde, por diversas vezes, foi interrompida pelos aplausos. Posteriormente enviaram-na às autoridades competentes, mídias e uma apresentação solene na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.⁷

Nesse congresso, foi eleita presidente nacional Heloisa Ferreira Joaçaba, do Ceará, sendo uma de suas primeiras preocupações a vacância existente na presidência da Rede do Estado de São Paulo. Convocadas eleições, em 2007, foi eleita Vera Lúcia Fedato Monari, voluntária de São Caetano, para o cargo de presidente da Rede Estadual. Vera Lúcia tomou posse em 2008, sendo reeleita até 2013, quando foi substituída por Gilse Maria da Costa Francisco, presidente do Instituto Neo Mama de Prevenção a Combate ao Câncer de Mama, de Santos.

As gestões de Vera Lúcia tiveram como objetivo a institucionalização das Redes, o que envolvia as prestações de contas e a comunicação entre elas. Também a criação de novas

entidades. “Com muito trabalho, conseguimos fundar novas Redes Femininas em municípios que não contavam com essa instituição, como foi o caso de Mauá e Diadema, na nossa região. A Rede de São Caetano disponibilizou sua experiência e seu apoio”, relata Vera Lúcia.

Foi também em 2006 que a Rede Feminina de São Caetano do Sul conquistou sua sede própria, conseguida por meio da doação de Odaléia Conde de Brito Lowe, situada na Rua Rafael Corrêa Sampaio, nº 344, no Bairro Santo Antônio.

A atuação da Rede recebeu mais um reconhecimento quando, em 2007, Milza Maria Martins da Cunha Garcia e Angela Tasca, vice-presidente e voluntária da Rede, respectivamente, foram indicadas ao Prêmio *Mulheres em Destaque*, organizado por empresa de comunicação da região do ABC.

Milza Maria assumiu a presidência da Rede para o biênio de 2008-2010, mas faleceu em julho de 2009. Para completar a gestão, Lúcia Maria C. de Oliveira Leite, vice-presidente, passou ao cargo de presidente e se reelegeu para o período de 2010 a 2012.

A partir de então, os eventos beneficentes foram se multiplicando, como almoços, bingos, bailes e chás, sendo que o Chá do Artesanato, iniciado em 2008, foi realizado também em anos posteriores. Lucía Maria também incentivou as campanhas que an-

gariavam alimentos. Em 2009, foi realizado o I Simpósio Oncopsicológico do ABC e, em 2010, várias voluntárias representaram São Caetano no VIII Congresso Nacional das Redes Femininas, em Maceió (Alagoas). Esse também foi o ano da publicação de um livro de culinária, patrocinado por várias empresas da cidade, com a coordenação de Nereide Martins Castaldelli, Leila Dario Foroni e Vera Monari. Trata-se da obra *Sonho que realizamos juntos – Sedas & Sabores*, que contém receitas de voluntárias e personalidades da região.

No prefácio do livro, uma mensagem da voluntária Nereide Martins Castaldelli: “Desejo que todos aqueles que adquirirem este livro possam se deliciar com as saborosas receitas e, ao mesmo tempo, se sintam felizes em ter colaborado com um projeto solidário e sério, que tem como objetivo levar um pouco de alegria e dignidade a quem tanto precisa”.

Em 2011, a Rede Feminina completou 40 anos e recebeu dois prêmios. Da Pró-Vida – Central Geral do Dízimo recebeu todos os materiais de construção relativos à reforma da sede, além de mobiliários, eletrodomésticos, informática e material de construção, janelas, portas, etc. A tesoureira Marlene Depólito Santi ganhou o Prêmio *Movimento Acolher* – categoria Crescente, da Natura Cosméticos SA, no valor de R\$ 15 mil, quantia que foi utilizada para o pagamento da mão de obra na reestruturação e reforma da sede da entidade.

Marlene foi eleita presidente para o seu primeiro mandato, de 2012 a 2014, sendo reeleita para o biênio 2014 a 2016. O Chá da Solidariedade, realizado em 5 de maio de 2013, e a Caminhada Outubro Rosa, em 2014, foram eventos que envolveram a comunidade, além das voluntárias. A caminhada, realizada em parceria com o Fundo Social de Solidariedade, contou com a participação de mais de mil mulheres, vestidas com camisetas cor de rosa, a tonalidade símbolo da Rede Feminina. Em sua primeira gestão, a presidente Marlene promoveu o lançamento do livro *Mesas Decoradas*, no dia 8 de março de 2013, Dia Internacional da Mulher, também contando com patrocinadores e para fins beneficentes. Mais um reconhecimento ao trabalho da Rede Feminina foi alcançado por Marlene (presidente) e Neves Suhadolnik (voluntária): o Troféu *Personalidades do ABCD*.

Novas realizações ganham destaque, como a promoção do show de Diogo Nogueira, no Espaço Win, em Santo André, em abril de 2015; o reconhecimento do Prêmio *Carpe Diem*, cujo valor foi empregado na compra dos armários da sede, em maio; em setembro, a participação no evento *Todos Juntos contra o Câncer*, no WTC de São Paulo; e, em novembro, a participação no Pré-congresso Nacional, no navio MSC Armonia. Merece também atenção a realização da palestra *Uma Nova Visão do Tratamento do Câncer*, em parceria com a Associação Paulista de Medicina

- Regional São Caetano do Sul, em 30 de setembro de 2015.

“No dia 6 de fevereiro de 2021 completei 18 anos de voluntariado na Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul, e pretendo continuar, pois é um trabalho que me dá muita alegria e completa totalmente minha vida. A Rede teve várias mudanças físicas e de voluntariado, mas o mais importante é que até hoje atendemos todas as demandas de nossos pacientes e seus familiares. Somos agraciadas por muitos amigos, colaboradores e pessoas maravilhosas que, acreditando em nosso trabalho, nos honram com sua ajuda e parceria”, comemora Marlene Depólito Santi.

Em 2016, Vera Lúcia Fedato Monari foi eleita presidente da Rede Feminina de São Caetano do Sul para o biênio 2016-2018, sendo reeleita para mais um mandato no período de 2018-2020. Foram gestões nas quais a presidente se preocupou em dar continuidade aos projetos e ações existentes, desenvolvendo a união entre as Redes do ABC. Um bazar de produtos e confecções seminovos passou a ser realizado semestralmente.

Uma inovação foi a produção e comercialização de guarda-chuvas cor de rosa na comemoração do Outubro Rosa de 2016. A experiência deu frutos e a Rede Feminina passou a comercializar também outros objetos e acessórios, como uma bolsa cor de rosa e adesivos da campanha. Em novembro daquele ano, teve presença

marcante a delegação de São Caetano no XI Congresso Nacional das Redes Femininas, em Recife (Pernambuco). A presidente Vera Lúcia continuou compondo a diretoria fiscal da Rede Nacional.

As instalações físicas da Rede Feminina já não comportavam mais tantas atividades e, em 2018, foi feita a mudança para a nova sede, na Rua Rio de Janeiro, nº 622, no Bairro Santa Paula, adquirida com a venda da sede anterior e doações.

O Jubileu de Ouro – As cinco décadas de serviços dedicados às pessoas acometidas pelo câncer, em todas as suas formas, orientando e encaminhando pacientes aos hospitais e oferecendo melhores condições para o tratamento, foram também dirigidas às famílias e à comunidade.

A gestão da Rede Feminina é realizada por uma diretoria composta por 35 membros, sendo a primeira-dama Denise Reis Aurichio a presidente de honra, e tendo Maria Lúcia de Mendonça Bueno como presidente, e Ada Nérea Vergamini Abate e Ana Dagma Pasquali Chies como 1ª e 2ª vice-presidentes, respectivamente, para o biênio 2020-2022.

A presidente Maria Lúcia destaca que a Rede Feminina de São Caetano do Sul tem por finalidade estatutária “a divulgação do câncer, visando à sua prevenção e ao suporte aos doentes carentes e seus familiares”.

Para a capacitação das volun-

tárias, os cursos são realizados na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sob a orientação da União e Apoio no Combate ao Câncer de Mama (UNAC-CAM)⁸. São essas mulheres, atualmente em número de 110, que realizam os trabalhos nas diversas frentes, incluindo um grupo sob a supervisão de Tatiana Camassi e Silva, que faz o acolhimento dos pacientes que estão em tratamento de quimioterapia na cidade. O grupo de artesãs é supervisionado por Maria Helena Angelelli Garcia.

Profissionais da área da saúde colaboraram e continuam colaborando com a Rede Feminina, como os médicos Odair Manzini, já falecido, Valter de Oliveira, Eliete Sanchez de Almeida e Regina Maura Zetone Grespan, entre outros. Andrea Alencar Oliveira e Marcos Brazilino de Carvalho são os atuais diretores clínicos da Rede Feminina de São Caetano do Sul.

Parceiros institucionais são muitos e de várias áreas, como escolas públicas e particulares, empresas médicas e de alimentos, bufês e lojas prestadoras de serviços, os clubes de serviço da cidade, drogarias, supermercados e órgãos municipais, todos imbuídos do espírito solidário comum às organizações que valorizam o bem-estar do próximo. O atendimento mensal é de cerca de 70 pacientes, que buscam alimentos, cestas básicas, suplementos alimentares e dieta enteral para sonda. “Com a pande-

mia, todos os nossos eventos foram cancelados. Mas, apesar do recuo, não paramos de atender nossos pacientes, com a ajuda de amigos que nunca deixaram de contribuir. Algumas pessoas fazem campanha junto aos familiares, no condomínio onde moram ou individualmente”, relata a atual presidente Maria Lúcia.

Nas palavras da presidente encontramos as atitudes de enfrentamento da crise em decorrência da pandemia. A Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul segue sua trajetória permeada pela solidariedade que move suas voluntárias, auxiliando àqueles que necessitam de ajuda física, mental e social com muito carinho e dedicação.

Notas

¹<https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2020/12/18/uto-e-a-palavra-do-ano-de-2020-no-brasil.html>

²FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1ª edição (14ª impressão), 1975, p. 1.319.

³MARTINS, José de Souza. *Diário de uma Terra Lantana – Os “faits divers” na história do Núcleo Colonial de São Caetano do Sul*, 2015

⁴VERONESI, Henri. Primeiras entidades de socorro de São Caetano. *Raízes*, São Caetano do Sul, n. 18, p. 9-12, dez. 1998, p.9.

⁵Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Força feminina combate o câncer há 30 anos. *Raízes*, São Caetano do Sul, n.25, p. 77-78, jul. 2002, p.77

⁶*Sobre a Rede Feminina de Combate ao Câncer – Disponível em: <http://www.redefeminina.org.br/sobre-a-rede.php>, Acesso em 30 mar 2021*

⁷REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO. Histórico. Disponível em: <http://www.redefemininaesp.org.br/historico.html> Acesso em 31 mar 21.

⁸União e Apoio no Combate ao Câncer de Mama, organização não governamental que “capacita voluntários e multidisciplinares para cuidar de pacientes com câncer, apoia pacientes e divulga a importância de se obter um diagnóstico precoce. Para isso também contamos com voluntários dispostos a doar o seu tempo e conhecimento para compor nossa equipe. Somos um grupo unidos pela vontade de fazer a diferença no mundo”. <http://www.unaccam.com.br/>

Márcia Gallo

é mestre em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), docente da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (Uscs) e coordenadora geral e membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória. É autora dos livros *A Parceria Presente: a relação família-escola numa escola da periferia de São Paulo* (2009), e *Indisciplina, violência e bullying – Um desafio para os gestores escolares* (2019), e coautora em outras obras sobre Educação.

Cláudio Prieto

Braço forte no desenvolvimento econômico e social da cidade

☰ Nelson Albuquerque Jr.

Acervo familiar



Prieto em viagem pela Europa, na década de 1980

SUL-SÃO-CAETANENSE NATO, Cláudio Prieto teve toda a sua história ligada à economia e à filantropia da cidade. Nasceu em 29 de março de 1942 e cresceu no antigo Bairro Monte Alegre, onde hoje se situa o Bairro Santo Antônio. Maior parte de seus estudos se deram no Instituto de Ensino de São Caetano do Sul, na Rua Amazonas. Contribuiu

muito com o município, tanto no desenvolvimento econômico, atuando como empresário dos ramos industrial e de serviços, quanto na área social, com longa participação no Lions Clube e, conseqüentemente, na condução do Núcleo de Capacitação do Menor (Nucame).

Filho de Anastácio Prieto Esposito e Maria Sanches Prieto, Cláudio Prieto despertou sua veia empreendedora ao trabalhar com o pai, em sua marcenaria na Rua Amazonas, na altura do número 1.405, no Bairro Oswaldo Cruz. Com o crescimento das atividades, na década de 1970, compraram um grande terreno no Bairro São José, na Avenida Antônio da Fonseca Martins. Por um período, os dois locais funcionaram concomitantemente,

porém a nova unidade da Marcenaria São Caetano Ltda. recebeu uma importante expansão, gerando empregos e ampliando sua capacidade, e passou a ser o endereço exclusivo da empresa. Funcionou até o fim da década de 1990, quando, afetada pela crise da época, fechou suas portas.

Os filhos lembram de Prieto como um empresário muito ativo, com participação diária e total nas decisões e rumo dos negócios. Após fechar a madeireira, a família Prieto iniciou atividades no interior de São Paulo, com um pesqueiro e pousada na cidade de Jarinu, que funcionou por cerca de uma década. A esse empreendimento, também se entregava com dedicação, sempre presente para receber os clientes nos fins de semana.

Em 2011, Cláudio Prieto e os filhos inauguraram um empreendimento voltado a festas e eventos que, neste ano, completa dez anos em atividade, tendo inclusive sido premiado pelo serviço prestado. O endereço é o mesmo da primeira marcenaria do pai Anastácio, na Rua Amazonas.

A trajetória empreendedora de Prieto recebeu o devido reconhecimento da cidade, com algumas importantes condecorações. Em 1988, foi premiado como Industrial do Ano, conferido pela Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul (Aciscs). Já em 2007, a prefeitura municipal o laureou com a Medalha Di Thiene por ter “prestado serviços de relevância à coletividade e contribuído, destacada e decisivamente, para o desenvolvimento da cidade”. E, por meio da Fundação Pró-Memória e da prefeitura, foi homenageado como Cidadão da História, no ano de 2018.

Família sempre por perto – Em 21 de novembro de 1963, aos 21 anos, Cláudio Prieto subia no altar da Paróquia Sagrada Família para se casar com Janete Mendes Prieto. Passaram a lua-de-mel em Poços de Caldas (MG), onde fizeram amizade duradoura com o casal Pedro e Bina (Umbelina, na certidão), tornando-se até compadres.

Cláudio Prieto, em 1960



Acervo familiar



Acervo familiar



Acervo familiar

Retrato familiar do fim dos anos de 1940, com Cláudio Prieto, ao centro, sentado ao lado dos pais Anastácio e Maria. Em pé, a partir da esquerda, vemos os irmãos Laura, Ruth e Wilson
Acervo familiar

Casamento com Janete, em 1963, realizado na Igreja Sagrada Família

A família Prieto é formada pelos filhos Reginaldo, Rogério e Renata e os netos Erica, Victor, Amanda, Lis e Lara. Além da presença familiar nos negócios, todos também aparecem em vários momentos de união e alegria, em festas e datas comemorativas, como as bodas de prata de Cláudio e Janete, em 1988, e o aniversário de 70 anos do patriarca, em 2012.

O amor ao próximo – Presidente por três mandatos do Lions Clube Barcelona, Prieto teve uma vida comunitária bastante engajada em São Caetano do Sul. Era conhecido por uma atuação de liderança e de busca constante de ajudas junto à prefeitura, aos empresários e aos moradores como um todo, sempre em benefício da população necessitada. Sócio do Lions desde 1976, também ocupou cargos



Marcenaria São Caetano, no Bairro São José, em seu auge, na década de 1980



Em seu aniversário de 70 anos, em 2012, com a esposa Janete e os filhos Rogério, Reginaldo e Renata

de vice-governador do distrito, presidente e de diretor social do clube.

Além disso, presidiu por quatro anos o Nuca-me, creche que atendia crianças carentes no Bairro Cerâmica e que tinha como mantenedor o próprio Lions Clube. A entidade levava o nome de Wilson Prieto, irmão de Cláudio, mas teve suas atividades interrompidas em 2019, quando o prédio, de forma altruísta, foi destinado à prefeitura para adequação a uma escola de educação infantil – atualmente em construção. A área, pertencente ao município, era cedida em regime de comodato.

Filhos e amigos o descrevem como uma pessoa de participação muito ativa na assistência ao próximo. Sempre presente na organização e colaboração das atividades sociais do Lions, como as festas de queijo e vinho e na barraca da Festa Italiana.



Comemoração do Dia do Leonismo em São Caetano do Sul, realizada em 1978. Cláudio Prieto é o quinto, a partir da direita. Foram identificados, ainda: o então prefeito, Raimundo da Cunha Leite, o vice-prefeito, João Dal' Mas, o vereador Lavinho de Carvalho, o vereador Maurício Hoffman e Floriano Leandrini

Outra colaboração voluntária se deu na Fundação Pró-Memória, onde foi conselheiro da autarquia desde a década de 1990, tendo contribuído para a preservação e recuperação da história de São Caetano do Sul.

Paixão por viagens – Cláudio Prieto foi um homem de São Caetano do Sul pelo mundo. Uma das suas maiores paixões era viajar pelo Brasil e outros países, para conhecer lugares, culturas e gastronomia. Esteve em dezenas de nações, sendo uma de suas últimas grandes viagens o réveillon de 2020 em Dubai. Os passeios tinham sempre a companhia de sua esposa Janete, com quem compartilhava as jornadas e emoções. Em 2 de dezembro passado, aos 78 anos, Prieto partiu para sua última viagem, concluindo uma caminhada marcante para sua família e sua cidade, que tanto amava. ■

Nelson Albuquerque Jr.

é jornalista e escritor. Formado pela Universidade São Judas Tadeu, tem pós-graduação em Língua e Literatura pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Conselho Editorial da Revista *Raízes* e da Academia Popular de Letras. Ex-editor no *Diário do Grande ABC*, tem passagem por alguns periódicos da cidade, como *Jornal de São Caetano*, *Jornal Vida*, *Folha de São Caetano* e *Correio do ABC*.

Aos 103 anos, Luiza Peinado Campoi venceu a Covid-19 em hospital de São Caetano do Sul e, aos 104, foi a primeira idosa a ser vacinada no município

Primeira idosa vacinada em São Caetano do Sul, no dia 22 de janeiro de 2021



Foto: Arquivo (PMSCS)

Símbolo de esperança contra a pandemia

A HISTÓRIA VAI SEMPRE NOS LEMBRAR da primeira e devastadora pandemia do século 21. Provocada pelo coronavírus, a doença batizada de Covid-19 (número que remete ao ano de sua descoberta, 2019) surgiu na Ásia e se espalhou rapidamente pelo mundo. No momento da escrita deste artigo, o Brasil somava 15 milhões de infectados e mais de 430 mil mortes, isso tudo em um curto período de pouco mais de um ano.

Também nesse curto prazo, a ciência e a medicina deram prova de sua força, ao desenvolver várias vacinas para imunizar a população. O feito foi comemorado como salvação em todo o planeta, e as primeiras aplicações no país ocorreram em janeiro de 2021.

Em São Caetano do Sul, a história de uma mulher ficou registrada na imprensa como símbolo de luta contra a Covid-19 e de esperança para todos. Luiza Peinado Campoi foi diagnosticada com a doença, em abril de 2020, aos 103 anos de idade, faixa etária classificada como grupo de alto risco. Ela ficou internada por 15 dias no hospital de campanha mantido pela prefeitura, derrotou a doença e recebeu alta no dia 13 de maio.

Sua emocionante saída do hospital foi filmada pela equipe médica, e o vídeo circulou pelas redes sociais e na grande mídia. “Chorar não resolve nada”, essas foram algumas das suas primeiras palavras ao deixar a internação. E continuou: “Quando eu

era pequenininha chorei muito, e agora...”. Sua voz embargou e alguém a ajudou dizendo “não quer chorar mais”. Dona Luiza concordou, visivelmente comovida.

Como demonstração de gratidão pela acolhida e tratamento recebidos, Dona Luiza se dirigiu aos médicos e enfermeiros presentes: “Vocês aqui foram uma joia. Só desejo uma coisa: que a saúde que Deus me deu, que dê ela para vocês”. E foi aplaudida pela equipe.

Os hospitais de campanha foram um recurso emergencial utilizado por todo o Brasil, como forma de ampliar o número de leitos para internação durante a pandemia. Muitas cidades ergueram estruturas provisórias em estádios ou outras grandes áreas. Aqui, a unidade foi montada e equipada dentro do Hospital São Caetano, aproveitando alas não utilizadas do prédio.

Primeira a ser vacinada – De acordo com as regras para a imunização contra o coronavírus, o grupo prioritário para a vacinação foi o de profissionais da saúde que trabalhavam na linha de frente do combate à doença. Em seguida, em São Caetano, foram atendidas as pessoas das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). E a primeira idosa vacinada na cidade foi exatamente Dona Luiza, então aos 104 anos, no dia 22 de janeiro de 2021, no Lar Nossa Senhora das Mercedes, no Bairro



Luiza com 15 anos, em 1931, já morando em São Caetano do Sul



Família Campoi pagando promessa em Pirapora de Bom Jesus: a avó Angela, Luiza, a filha Angela, o marido Francisco, e, à frente, o filho Wagner, em foto de 1953

Santa Maria. Feliz ao receber o imunizante, ela conversava com todos e dizia: “Estou me sentindo joia, ainda leio e escrevo”.

Por todo esse tempo de pandemia, ela se comunicou com a família apenas através de vídeos. Seu filho Wagner Campoi, de 73 anos, conta que os familiares ficaram extremamente contentes e aliviados com a vacina. “E também estamos muito orgulhosos pela força e coragem dela”, diz.

O filho lembra que, durante esse difícil ano, encontrou-se presencialmente com a mãe uma única vez, no dia 9 de novembro de 2020, quando os índices de contágio estavam mais baixos. “Fomos acompanhados o tempo todo por uma enfermeira, seguimos todos os protocolos, com

toda proteção. Conversamos por alguns minutos, mas não pudemos dar um abraço”, recorda.

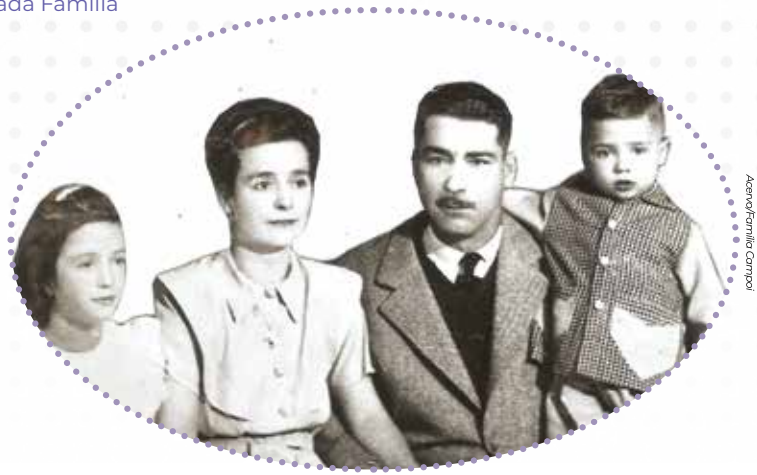
Wagner Campoi também fala que um dos momentos mais emocionantes foi quando recebeu a notícia de que ela estava curada da Covid-19. “Não podíamos visitá-la no hospital, mas a equipe médica da prefeitura nos passava todas as informações diariamente e nos tranquilizava. Foi um grande alívio quando ela testou negativo”, conta o filho.

Sua vida em São Caetano – Luiza Peinado Campoi nasceu em 18 de agosto de 1916, em Atibaia, interior de São Paulo. Mudou-se para São Caetano do Sul ainda menina, em 1925. A família morava na Rua Oswaldo



Casamento de Luiza e Francisco, em 1938, ocorreu na Matriz Sagrada Família

Luiza com Francisco, Angela e Wagner, em 1949



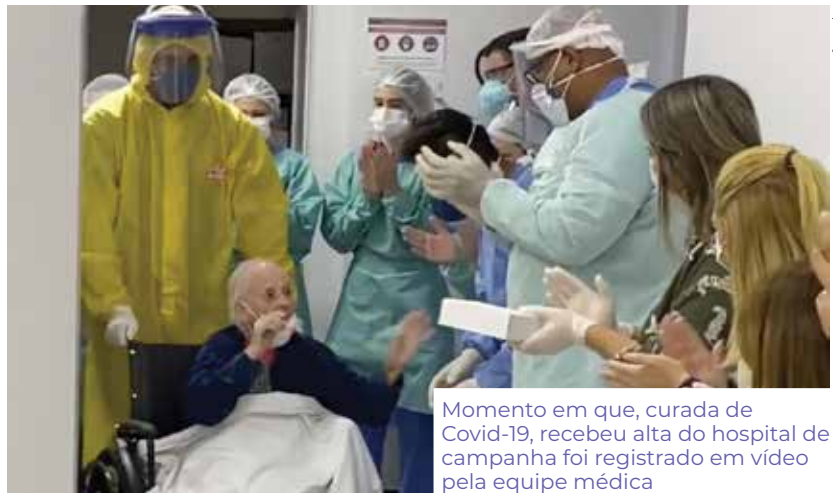
Acervo/Família Campoi

Cruz, bem próximo ao cruzamento com a Rua São Paulo.

Casou-se aos 21 anos, em 18 de maio de 1938, com Francisco Campoi, em cerimônia na Igreja Matriz Sagrada Família, no Bairro Centro. O casal foi morar na Rua Rio de Janeiro e teve dois filhos: Angela e Wagner. No total, Luiza tem hoje quatro netos (Wagner, Vinícius, Eduardo e Edileine) e três bisnetos (Helena, Camila e Guilherme).

O marido veio a falecer aos 43 anos, deixando Luiza viúva aos 39. Muito independente e aguerrida, ela passou a trabalhar na loja da família: a Casa Dalmo, que ficava entre as ruas Tiradentes e General Osório. O estabelecimento era uma sociedade do cunhado, Benito Campoi, com seu marido, Francisco, atuava no ramo de armarinhos e ostentava grande freguesia.

A edição de número 44 da *Raízes*, de dezembro de 2011, traz um interessante relato da



Momento em que, curada de Covid-19, recebeu alta do hospital de campanha foi registrado em vídeo pela equipe médica

moradora Laura Valéria Rodrigues sobre a Casa Dalmo: “Lembro-me que muitas vezes levamos hortaliças para Benito Campoi, dono de uma loja onde minha mãe comprava e pagava mensalmente (...). Quanto prazer nas idas à loja, pois era sempre presenteada por ele ou sua esposa, com um brinquedinho”.

Em meados da década de 1960, Luiza deixou a loja e levou os filhos para morar no Bairro Barcelona, em casa na Rua Flórida. “Minha mãe era muito batalhadora e passou a vender joias nas residências das freguesias. Ela andava a pé por toda a

cidade, inclusive para visitar os parentes. Acredito que essas andanças todas tenham dado muita saúde para ela, por isso que ela é tão forte”, diz o filho.

Em 1999, Dona Luiza descobriu um câncer no intestino e precisou passar por cirurgia. Quem a operou foi o médico Sylvio Torres, vice-prefeito de São Caetano do Sul em duas gestões (1997-2000 e 2001-2004).

Hoje, Dona Luiza é exemplo de força, coragem e saúde, e tornou-se símbolo de esperança contra a pandemia, ao superar a doença mesmo com tantas adversidades. **(Nelson Albuquerque Jr.) ■**



O piquenique é uma invenção francesa. Atribui-se aos franceses a criação do termo *le pique-nique*. São deles os registros históricos e literários mais antigos sobre o tema.

Só de imaginar uma refeição ao ar livre, em um local repleto de natureza, ao lado da família e dos amigos, já nos desperta uma sensação muito boa... Por isso escolhemos falar sobre os piqueniques na seção *Memória e Afeto* desta edição.

No passado, uma das opções de lazer preferidas da população de São Caetano era formar grupos para a realização de piqueniques ou, como eram chamados na época, convescotes. Um dos lugares preferidos dos moradores era um bosque que ficava localizado na Avenida Goiás, próximo de onde hoje funciona a Câmara Municipal. Outro local na cidade era uma chácara da família Fiorotti, no Bairro Boa Vista. A Serra de Paranapiacaba e as praias de Santos também eram destinos frequentes para este tipo de atividade de lazer.

Com um cotidiano marcado por muitas horas de trabalho, os sul-são-caetanenses buscavam nos piqueniques momentos de descontração, descanso e contato com a natureza. ■

Piqueniques



Flagrante de piquenique de grupo de funcionários da Fábrica de Chocolates PAN, em 1956

Origem da palavra convescote

A palavra convescote foi criada como sinônimo da palavra piquenique. Convescote vem da junção de duas palavras: convívio e escote.

A palavra convívio vem do latim *convivium*, que significa uma refeição festiva que junta várias pessoas. Escote significa uma quota que cada pessoa deve contribuir. Assim, convescote significa, literalmente, uma refeição partilhada, onde cada um contribui com uma parte da comida.



Augusta Dalcin Botteon

Rua
Augusta Dalcin Botteon

Bairro Olímpico

CEP: 09560-000

A Rua Augusta Dalcin Botteon fica no Bairro Olímpico. Tem início na Rua Romão Belchior Peres e termina na Rua Samuel Schwartz. Sua denominação ocorreu pelo decreto municipal nº 4.649, de 29 de março de 1979.

Augusta Dalcin Botteon nasceu em São Caetano do Sul, no dia 23 de junho de 1882.

Era filha de Giácomo Dalcin, colono italiano que chegou ao então Núcleo Colonial em 1877. Perdeu a mãe quando era muito pequena, e por isso teve de assumir os afazeres domésticos. Casou-se, no dia 10 de fevereiro de 1904, com Antônio Botteon, com quem teve nove filhos.

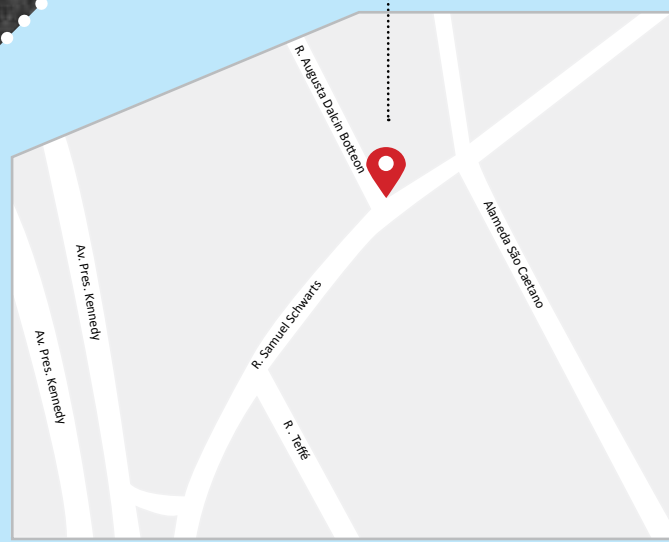
Em 1965, foi homenageada como a Mãe do Ano pela Sociedade Amigos do Bairro da Fundação. Augusta faleceu no dia 15 de setembro de 1977.

Seu pai, Giácomo Dalcin, também dá nome a uma rua de São Caetano, localizada no Bairro Nova Gerty, de acordo com a lei municipal nº 525, de 15 de março de 1955. ■



Augusta Dalcin Botteon em foto de 1908

Acervo/FAMUSC



►

As primeiras geladeiras Frigidaire produzidas no Brasil foram feitas em São Caetano

No ano de 1951, especificamente no dia 12 de julho, a General Motors do Brasil S.A. deu início, em São Caetano do Sul, à fabricação em série dos refrigeradores Frigidaire.

Até então, as geladeiras eram importadas dos Estados Unidos. No início de 1955, a fábrica já havia produzido cerca de 50 mil peças do eletrodoméstico.

Uma notícia publicada no *Jornal de São Caetano* de 28 de julho de 1951, nos mostra o impacto da produção na cidade: “A fábrica de refrigeradores assegurará emprego para 800 novos elementos, estando assim 3.200 pessoas sob a dependência direta da novel indústria brasileira, tomando-se por base uma família de quatro pessoas. Mais de 80 firmas fornecem material para a fabricação local dos produtos ‘Frigidaire’”.

Em 1979, a General Motors encerrou sua participação em tal segmento produtivo. ■



Anúncio publicado na revista *Vida na GM Brasil*, ano VIII, novembro/dezembro de 1956

Inesita Barroso durante sessão de fotos para produção de propaganda do refrigerador Frigidaire, realizada na década de 1960



Um domingo no estádio



Arquivo Luiz Romano

Flâmula do Cerâmica São Caetano Futebol Clube

do Cerâmica São Caetano

Luiz Domingos Romano

Neste estádio, em pleno bairro São João Clímaco, do outro lado da Avenida Guido Aliberti e do Ribeirão dos Meninos, o Cerâmica São Caetano Futebol Clube viveu seus grandes momentos.

Nesta história, o Cerâmica é único: disputou campeonatos amadores, profissionais e de empresas, sempre com grandes esquadrões, vivenciados em pelo menos três gerações, ao mesmo tempo em que envolvia a comunidade, do seu entorno e de outros bairros e cidades.

NA HISTÓRIA DO FUTEBOL de São Caetano do Sul e do Grande ABC, foi marcante a presença dos campos, praças esportivas, estádios, entre os quais o Fernandinho Simonsen, que nem ficava na região, mas em território paulistano.

Levando aos campos o nome da fábrica e do bairro, o Cerâmica São Caetano FC contou com o apoio da indústria. Hoje os boleiros mais antigos ainda guardam na memória o que foram as jornadas no Estádio Fernandinho Simonsen – que home-

nageia um dos filhos do senador Roberto Simonsen, o empresário-intelectual que comandou a Cerâmica São Caetano, ao lado de nomes como o do engenheiro Armando de Arruda Pereira.

O Estádio Fernandinho Simonsen foi inaugurado festivamente em 1962. Ali era o campo no qual o Cerâmica mandava seus jogos, vivenciando grandes *derbys* municipais e regionais. Daí a importância da primeira fotografia.

Era 23 de fevereiro de 1964. Em primeiro plano, o São José Futebol Clube, agremiação da vizinha Vila São José. No carimbo que aparece na imagem, nome do estádio e empresa, em uma comunhão entre clube e fábrica.

Situado às margens do Ribe-



JOGO PRELIMINAR

Foi em 23 de fevereiro de 1964, jogo preliminar em que o time do São José Futebol Clube, do Bairro São José, enfrentou o time misto do Cerâmica Futebol Clube. O resultado foi um empate de 1 a 1, com gols de Paulo (São José) e Virgílio (Cerâmica). Nessa partida, o time misto do Cerâmica FC utilizou vários jogadores profissionais da sua equipe principal. Na imagem, vemos, em pé, a partir da esquerda: Zé Coquinho, Walter, Paulinho, Anselmo, Carlos Motta, Tivo, Alcindo e Benedito Manoel (técnico). Agachados, na mesma ordem, estão: Claudio, Paulo, Roberto Manoel, Nelsinho, Bertinho e José Pires Maia (Zezé)

São José Futebol Clube
Fundação: 1º/3/1954



JOGO PRINCIPAL

Esse jogo antecedeu a partida principal (realizada no mesmo dia) entre as equipes profissionais do Cerâmica Futebol Clube e Palmeiras Futebol Clube, da cidade de São João da Boa Vista, pelo campeonato da segunda divisão de profissionais da Federação Paulista de Futebol. O resultado foi um empate de 1 a 1, com gols de Pádua (Palmeiras) e Salvador (Cerâmica). Na imagem, em pé, da esquerda para a direita, vemos: Barbosa, Barreto, Gagina, Garça, Paulo Bidú e Jaú. Agachados, vemos, também da esquerda para direita: Maurinho, Orlando, Salvador, Meia Noite e Valtinho

Cerâmica Futebol Clube
Fundação: 13/5/1925



Equipe do Palmeiras Futebol Clube. Em pé, a partir da esquerda, estão: Osvaldinho, Jair, Expedito, Sula, Oceania, Lindóia, Badi e Geléia (técnico). Agachados, da esquerda para a direita, vemos: Tampinha, Cezário, Cidinho, Aloísio Mulato e Pádua

Palmeiras Futebol Clube
Fundação: 12/1/1924

rão dos Meninos, em uma paisagem de 57 anos atrás. Campo gramado, bem demarcado, em uma várzea que forneceu toneladas de argila à produção da Cerâmica São Caetano, o que, do lado de São Caetano, provocou o surgimento de cavas, transformadas em lagoas, onde se pescava e onde muitos jovens perderam a vida, afogados após serem tragados por uma verdadeira areia movediça das terras do velho Tijucuçu – as “torbas”, que ganharam um livro-romance do escritor Nicola Perrella, de origem sul-são-caetanense.

O Estádio Fernandinho Simonsen tem uma história rica, mas ainda obscura. A inauguração passou. Grandes jornadas marcaram o estádio. O

que abre campo para uma grande pesquisa, em homenagem ao patrono que partiu tão cedo, e a tantos jogadores e dirigentes que vivenciaram esta história na São Caetano de ontem e de sempre. ■

Agradecimentos

Ademir Medici, Antonio Carlos Nogueira (Leivinha), Claudio Bardu, José Pires Maia (Zezé), Rodolfo Pedro Stella.

Luiz Domingos Romano

é designer na área de produto e embalagem e pós-graduado em Comunicação Visual. Atualmente é proprietário da LD Romano Design Ltda. Colecionador, pesquisador e memorialista na área esportiva, é membro do Memofut (Memória do Futebol), em São Paulo, e conselheiro da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

As raízes do judô em São Caetano do Sul

 Nívio Ivanov
 Candido Giraldez Vieitez

Em memória de Harmi Koyama¹

OS ESPORTES DERIVADOS DAS ARTES MARCIAIS JAPONESAS, no que se inclui o judô, foram introduzidos no Brasil pelos imigrantes japoneses. Em São Caetano do Sul, é provável que as primeiras academias de judô tenham se formado lá por meados de 1950. Seja como for, é certo que no segundo lustro de 1950, a cidade já contava com várias academias. No entanto, neste artigo vamos nos referir apenas a duas delas, a Academia da Associação Japonesa (*Seinenkai*) e a Associação de Judô Atenas. Temos duas razões para isso. A primeira é que vivenciamos pessoalmente o judô nessas academias. E a segunda é que a Atenas nasceu de uma costela do *Seinenkai*.

O *Seinenkai* - Quando nos matriculamos na academia do *Seinenkai*, adolescentes, esta estava situada na Rua Floriano Peixoto, no Bairro Santa Paula, onde permaneceu por muitos anos. O seu tatame, ou área de treino, de dimensões modestas, ocupava pouco menos do que metade da área de um galpão, no qual se realizavam também outras atividades.

Por essa época, o ensino de judô já estava a cargo do jovem professor (*sensei*, termo utilizado para demonstrar respeito por pessoas com grande conhecimento em determinada área)



Flagrante do último ano de atividades da Academia Atenas (1987)

Harmi Koyama, atleta da Associação de Judô Budokan da capital, que o indicara para essa função. Qual era a natureza do judô que o professor Koyama transmitia aos seus alunos? Para respondermos a esta questão temos de rememorar sucintamente alguns elementos da formação do judô em sua origem no Japão.

O conjunto de práticas que resultaram no judô moderno foi consequência de uma criação/adaptação realizada pelo professor Jigoro Kano (1860-1938). O Japão tinha uma tradição muito

rica de artes marciais e Kano, desde muito jovem, praticou várias delas. No transcurso de sua formação universitária, tornou-se um entusiasta da educação. Sonhou, então, em utilizar as artes marciais como um meio de Educação Física, que incluísse corpo e mente. Porém logo se deu conta que essas artes, na forma em que se cultivavam, não se prestariam nem para uma coisa nem para outra, pois, devido às suas origens militares, haviam se desenvolvido livremente e com escassa normatização, o que as tornava propensas à violência.

Não obstante, Kano não desistiu de sua ideia. Passou, então, a uma atividade de depuração/recriação dos golpes tradicionalmente utilizados, tendo em vista a obtenção de um conjunto de técnicas atraentes e seguras para os atletas, compatíveis com a Educação Física. Ao *set* de técnicas assim obtidas acrescentou ética, ou seja, preceitos de conduta, com os quais chegou ao seu judô. Porém, como havia outras escolas que também se autodenominavam judô, Kano, com o objetivo de difundir a sua própria concepção, criou a academia *Kodokan*.

O judô *kodokan* estava baseado em uma série de técnicas (golpes) e de princípios ou normas que deveriam nortear sua prática. Eis os básicos:

1. O princípio da máxima eficácia do corpo e da mente – que visa manter o corpo e a mente saudáveis para o judô, assim como para a vida;
2. O princípio da prosperidade e benefícios mútuos – que implica cultivar a solidariedade e a entreatividade, tanto no judô como na vida cotidiana;
3. O princípio da suavidade – que defende que a força deve ser racionalizada de modo que a luta não se torne violenta.

Em 1938, um imigrante, o mestre Ryuzo Ogawa (8º *dan*, umas das mais altas graduações no judô), formado na escola de Kano, com vários companheiros seus, criou a Associação de Judô Ogawa Budokan. Segundo registros², esta associação teve um importante papel na difusão do judô no Brasil, ao mesmo tempo em que também contribuiu para a definitiva diferenciação entre o judô e o jiu-jitsu.

Como já indicado, Koyama havia se formado na Budokan. E assim era a visão de Kano que ele procurava transmitir a seus alunos. Mas tentemos dar uma ideia de como funcionava essa concepção no dojo (local de treinamento), isto é, no nível do treinamento usual.

A introdução do aluno aos misteres do judô começava invariavelmente com Koyama o convidando para uma prática no centro do tatame. Nesse primeiro momento, o professor mostrava como segurar no quimono, as posições básicas, como caminhar, etc. Ao que se seguia uma recomendação que dizia mais ou menos o seguinte: “Olha, não fique duro que nem um poste, solte a musculatura, mantenha-se calmo, movimente-se, e busque utilizar mais a técnica do que a força”. Podemos tomar essa pequena alocução quase como uma síntese do método, mas consideremos mais alguns elementos, que, na época, faziam parte do cotidiano do processo de ensino/aprendizagem.

Em geral, todas as técnicas existentes eram mostradas didaticamente aos atletas de modo que cada um elegeisse suas preferidas. No entanto, no que dizia respeito à luta em pé, havia um incentivo para que os atletas utilizassem de preferência as técnicas (golpes) mais ortodoxas. Estas técnicas eram tão, ou mais, eficientes quanto as demais para conduzir à vitória em competição. Porém eram também mais difíceis de serem dominadas pelos atletas, de maneira que o incentivo proposital ao uso das mesmas tinha muito mais a ver com a filosofia educativa do judô

de Kano, do que propriamente com a eficácia competitiva.

Vale observarmos também que, refletindo sobre o forte componente ético presente, o judô da Budokan naquela época era bastante formalizado e cerimonioso. Em todo início e encerramento de treino, o *sensei*, além de referir-se aos necessários encaminhamentos administrativos relativos à prática, nunca deixava de fazer considerações que, de um modo ou outro, reavivavam os princípios norteadores da atividade.

Em resumo, no judô do *Seinenkai* estava bem presente na filosofia de Jigoro Kano. As competições eram usuais. Mas elas constituíam uma dimensão da prática, ao lado de outras, não havendo, em relação a elas, aquela fixação quase absoluta que é possível observarmos hoje em tantas academias. O princípio do caminho suave cultivava, antes de tudo, o objetivo de propiciar a crianças e jovens uma educação física e espiritual. A prática do judô deveria ser vigorosa, mas não violenta. Princípios de fraternidade e solidariedade deveriam presidir treinamentos e competições, o que conformavam uma ética. E havia inclusive uma estética, dado que o judô deveria ser não só eficaz, como belo, o que induzia os atletas a se capacitarem para a busca do golpe perfeito, ou seja, a obtenção da vitória por meio de um único

golpe que levaria ao *ipon* (ponto conclusivo).

A Academia Atenas - Em 1968, os autores destas linhas, alunos do professor Koyama, resolveram criar a Academia Atenas. O professor Koyama ocupou o cargo de responsável técnico pelo ensino, e Névio Ivanov e Candido Giraldez Vieitez ficaram, respectivamente, nas seguintes funções: professor efetivo/coordenador geral da associação e professor auxiliar intermitente.

A Academia Atenas começou suas atividades muito modestamente na Rua Goitacazes, mudando-se, em seguida, para a Rua Amazonas. Subseqüentemente, por vários anos ocupou o mesmo galpão onde funcionara o *Seinenkai*. E, finalmente, mudou-se para a Rua Visconde de Inhaúma, encerrando suas atividades em 1987.

A influência do aprendizado no *Seinenkai* manifestou-se na própria concepção da Atenas. Postulamos que esta priorizaria o trabalho com crianças. E, em consequência, foi também decidido que as crianças fariam suas práticas em turma própria, separadas dos juvenis e adultos. As razões observadas eram pedagógicas, mas também de segurança, uma vez que o treino conjunto comportava limitações e até algum risco.

O tempo mostrou que essa resolução foi acertada. Não só a turma das crianças se mante-

ve até o encerramento das atividades, como também foi com ela que a Atenas obteve os mais gratificantes resultados, principalmente levando-se em conta a perspectiva educativa do fundador do judô. A transcrição indicativa de umas tantas matérias da imprensa escrita possibilita que o leitor crie uma imagem sugestiva da atividade da Atenas.

Campeões Mirins de Judô trazem título de Minas. (...) Alunos da Academia de Judô Atenas de SCS, depois de vencer difícil eliminatória em S. Paulo, foram para Minas e abiscoitaram o primeiro e terceiro lugar num torneio Nacional de Judô". (Jornal de São Caetano, 9 de maio de 1980)

Mais um título de judô para SCS. Vencendo de maneira soberba as eliminatórias de judô em Ribeirão Pires (...), a Academia de Judô Atenas, trouxe para SCS (...)um primeiro lugar, quatro segundos lugares, (e) um quarto lugar". (Jornal de São Caetano, 6 de junho de 1970)
Judô Atenas traz mais cinco medalhas de ouro para SCS (Jornal de São Caetano, 24 de abril de 1971)

Campeonato Paulista de Judô: 3 de São Caetano. (...) Rodolfo Abade e Yukio Takada, ambos da Associação de Judô Atenas, conquistaram respectivamente, os 2º e 3º lugares em suas categorias". (Jornal Última Hora, 6 de julho de 1972)

Nos anos 1970 a sociedade mudara. E o judô, adaptando-se

a ela, também. A atividade amadora dos anos de 1950 e 1960 encontrava-se em processo de profissionalização. As competições e a conquista de medalhas adquiriram uma importância quase obsessiva, muitas vezes em detrimento dos objetivos educacionais originais. As regras também mudaram substancialmente, e o judô elegante das décadas anteriores, que se podia apreciar mesmo nas competições, praticamente virou atributo de atletas excepcionais.

A Atenas não permaneceu imune a essas mudanças. Não obstante podemos afirmar que, no fundamental, perseverou nos princípios do judô de mestre Kano até o encerramento de suas atividades.

Inúmeras foram as pessoas que passaram pela Atenas. A maior parte delas permaneceu no anonimato. Mas umas poucas tornaram-se figuras públicas. Dentre esses destacam-se José Auricchio Júnior e Marco Tortorello (filho de Luiz Olinto Tortorello).

Queremos acreditar que, independentemente da situação de vida de cada uma dessas pessoas, o judô caminho suave da escola de Kano tenha deixado nelas uma marca indelével.

Depoimento dos autores -

Com esta crônica despreziosa esperamos contribuir para a história da cidade e, em particular,



Academia Nívio Ivanov



Academia Nívio Ivanov



Academia Nívio Ivanov

Outros flagrantes do último ano de atividades da Academia Atenas (1987)

de seu judô. A seu tempo, o *Seinenkai* e a Atenas deram uma contribuição para a formação cidadã, o lazer e o bem-estar de inúmeras crianças, jovens e também adultos. Temos convicção de que esta foi a contribuição mais importante. No entanto acreditamos também que essas instituições deixaram um legado. Este é difícil de aquilatar. Mas certamente tem a ver com o sucesso do judô em São Caetano do Sul, e antes de tudo, com a preservação, ainda que parcial e talvez de futuro incerto, dos valores originários que estavam gravados sugestivamente no próprio nome da academia de Jigoro Kano, o Instituto do Caminho da Fraternidade Judô **I**ndokan.

Notas

¹ Foi professor de Judô na Associação Japonesa de São Caetano do Sul. Posteriormente, foi responsável técnico da Associação de Judô Atenas. Concomitantemente, ocupou os cargos de vice-presidente e diretor de judô da Federação Paulista de Judô.

² https://pt.wikipedia.org/wiki/Jud%C3%B4_do_Brasil. Acesso em 28 jun, 2017.

Nívio Ivanov

é professor de Educação Física. Foi diretor e um dos fundadores da Associação de Judô Atenas, bem como, seu professor efetivo de judô, desde sua criação em 1968, até seu término em 1987.

Candido Giraldez Vieitez

possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986).

Futebol profissional nos festejos do aniversário de São Caetano do Sul

Parte 1: A.A. São Bento na década de 1950

Renato Donisete Pinto

No DIA 28 DE JULHO, São Caetano do Sul comemora o aniversário da sua fundação, marcada pela chegada do primeiro grupo de imigrantes italianos ao Núcleo Colonial de São Caetano, em 1877. Nessa data, há muitos anos, acontecem diversas festividades na cidade. O futebol profissional teve momentos marcantes nessas festas. Começaremos, nesta edição, uma série de artigos que documenta esses jogos.

1954, estreia da A.A. São Bento com vitória sobre o Corinthians – O 28 de julho de 1954 foi um dia muito especial por vários motivos. Além da comemoração do 77º aniversário de São Caetano do Sul, foi a estreia da nova agremiação que representaria a cidade na elite do

futebol profissional paulista até 1957: a Associação Atlética São Bento, resultado da fusão entre o São Caetano Esporte Clube e o Comercial Futebol Clube, da capital. Também receberíamos para um jogo amistoso a equipe do S.C. Corinthians Paulista, que havia ganhado recentemente o Torneio Roberto Gomes Pedrosa e a Taça Charles Miller. A equipe veio quase completa, faltando apenas Idário, Goiano e Baltazar. Para acompanhar a partida, o Estádio Conde Francisco Matarazzo recebeu as presenças ilustres de Paulo Machado de Carvalho (o futuro Marechal da Vitória), Alfredo Inácio de Trindade (presidente do Corinthians) e do capitão Oberdan de Nicola (presidente do São Bento). O então prefei-

to Anacleto Campanella deu o pontapé inicial da partida.

Segundo relatos dos periódicos que cobriram a peleja, o primeiro tempo teve algumas chances de gol para ambas as equipes, mas acabou mesmo no zero a zero. Já no segundo tempo, logo aos nove minutos, a equipe de São Caetano do Sul abriu o placar. Zé Carlos cobrou uma falta na área, e Vermelho, antecipando-se ao goleiro Cabeção, fez um bonito gol de cabeça. Já aos 35 minutos, Zé Carlos marcou o segundo tento sambentista: violento chute rasteiro e cruzado. Após o gol, o ponteiro Alcino foi expulso pelo árbitro Antonio Musitano. Pouco tempo depois, o Corinthians chegaria ao seu primeiro gol, por meio de Simão, aproveitando-se de uma falha



Manchete do Jornal de São Caetano, de 31 de julho de 1954, anuncia a vitória do São Bento

do zagueiro Turcão. Ao final da partida, os torcedores invadiram o gramado para comemorar com os jogadores. A festa de estreia foi completa, principalmente com a vitória da equipe alviceleste.

Esta partida foi realizada no Estádio Conde Francisco Matarazzo, carinhosamente chamado de “campo da Rua Paráíba”. Esse estádio foi inaugurado no dia 1º de maio de 1937, com vitória do São Caetano Esporte Clube, por 4 a 1, em amistoso contra o Combinado da Associação Paulista de Esportes Atlético (Apea).

O histórico primeiro gol da A.A. São Bento ficou a cargo do jogador Vermelho, apelido de Hélio Fraga de Oliveira. Surgido no Americano de Campos (RJ), passou pelo Bangu (RJ) e Corinthians antes de atuar pela equipe de São Caetano. Pelo São Bento, curiosamente só jogou duas partidas, que foram amistosos contra seu ex-clubes. Faleceu em 1957, com apenas 25 anos.

A.A. São Bento 2x1 Corinthians

Data: 28 de julho de 1954

Horário: 15h

Local: Estádio Conde Francisco Matarazzo, em São Caetano do Sul

Árbitro: Antonio Musitano

Renda: Cr\$ 156.610,00 (até então um recorde na cidade)

A.A. São Bento: Narciso; Pascoal (Turcão) e Lamparina; Alfredo, Savério e Alã; Alcino, Zé Carlos, Bota, Vermelho e Nelsinho

S.C. Corinthians Paulista: Cabeção; Homero e Diogo; Olavo (Idário), Julião e Roberto; Claudío, Luizinho (Sousinha), Gatão, Nonô (Rato) e Simão

Gols: Vermelho e Zé Carlos (A.A. São Bento); Simão (Corinthians)

Ocorrência: Alcino (A.A. São Bento) expulso no segundo tempo

1955, goleada inesperada para o Palmeiras – Já no ano seguinte, dia 28 de julho de 1955, aconteceu mais uma partida amistosa que fez parte das festividades de aniversário de 78 anos de São Caetano do Sul. Em novo estádio, o Anacleto Campanella, a A.A. São Bento recebeu a equipe da Sociedade Esportiva Palmeiras para um amistoso valendo o Troféu Oberdan de Nicola. Neste jogo, o Palmeiras veio com a sua equipe principal e não contou apenas com

Valdir, Humberto e Jair. Com grande facilidade, a equipe alverde aplicou uma goleada no time sul-são-caetanense e levou o troféu para o Parque Antártica.

Durante os 90 minutos da partida, o Palmeiras mostrou superioridade, como relatou o *Jornal de São Caetano* do dia 3 de agosto de 1955. No final do primeiro tempo, o placar já marcava 3 a 0 para a equipe alverde. No início da peleja, aos sete, e aos nove minutos, Nicolau fez os gols de cabeça de forma muito

parecida: ambos após escanteios cobrados por Elzo. Aos 35 minutos, após receber passe de Nei, Ivã ampliou o marcador. No segundo tempo, aos cinco minutos, Nei marcou o quarto gol do Palmeiras, depois de receber um passe de Elzo. Aos sete, o alviverde teve a chance de aumentar ainda mais a vantagem. Elzo sofreu falta dentro da área e Rodrigues desperdiçou a cobrança de pênalti, chutando para fora. Por fim, aos 42 minutos, Nicolau fechou a goleada implacável com um forte chute de fora da área. Resultado totalmente inesperado na cidade.

O Estádio Anacleto Campanella foi inaugurado no dia 2 de janeiro de 1955, um domingo chuvoso, em um confronto pelo Campeonato Paulista de 1954. Vitória sambentista por 1 a 0, frente ao XV de Novembro de Piracicaba. O primeiro gol do estádio foi marcado pelo centroavante Zé Carlos. José Carlos do Amaral surgiu na várzea de São Paulo em 1945 e, antes de chegar ao São Bento, atuou no Nacional da capital, Portuguesa e Ypiranga. Defendeu o São Bento de 1954 até 1957, jogando aproximadamente mais de 100 partidas, marcando 32 gols.

A inauguração oficial do estádio ocorreu quase duas semanas depois, dia 13 de janeiro, uma quinta-feira à tarde, em

A.A. São Bento 0x5 Palmeiras

Data: 28 de julho de 1955

Horário: 15h

Local: Estádio Municipal Anacleto Campanella, em São Caetano do Sul

Árbitro: Abílio Ramos

Renda: Cr\$ 91.265,00

A.A. São Bento: Arlindo (Cerri); Elpídio e Lamparina; Clóvis, Savério e Diogo; Lino (Gibi), Zé Carlos, Bota, Dema e Chuna

Palmeiras: Laércio; Manuelito e Mário Travaglini; Nicolau, Waldemar Fiúme (Belmiro) e Dema (Gérsio); Elzo (Renato), Liminha (Fernando), Ney, Ivã e Rodrigues

Gols: Nicolau (3), Ivã e Ney



Acervo/Gazeta Press

O goleiro Narciso praticando sensacional defesa, observado por Pascoal, Claudio e Savério, no lotado Estádio da Rua Paraíba, no dia 28 de julho de 1954. Registro da *Gazeta Esportiva Ilustrada* n° 71 (1ª quinzena de setembro de 1956)

um amistoso vencido pelo Corinthians, por 3 a 2.

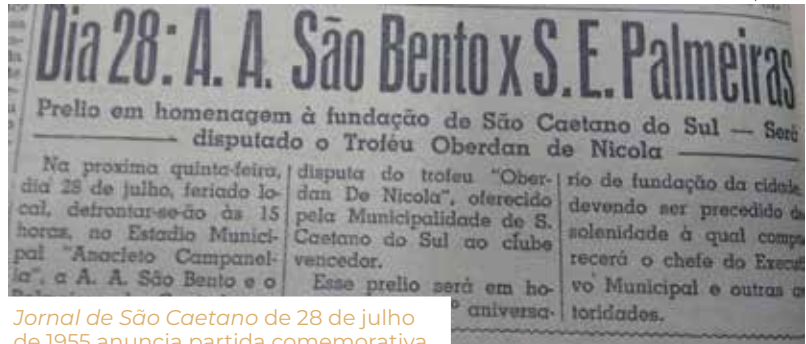
1957, vitória sobre a Ferroviária no campeonato paulista – Vale registrar que, no último ano de atividade da A.A. São Bento, foi realizada uma partida no dia 28 de julho de 1957, válida pelo Campeonato Paulista. Em um domingo à tarde, a equipe sambentista venceu a Associação Ferroviária de Esportes, da

cidade de Araraquara, por 3 a 1, no Estádio Anacleto Campanella. Segundo informações dos periódicos *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* do dia 30 de julho, a equipe de São Caetano entrou em campo com Lindolfo; Alan e Savério; Elpídio, Rubens de Almeida e Diogo; Elzo, Tantos, Bota, Dema e Osvaldo. A Ferroviária atuou com Basílio; Giancoli e Antoninho; Dirceu, China e Elcias;



Zé Carlos, autor do primeiro gol do Estádio Anacleto Campanella, em foto da *Gazeta Esportiva Ilustrada* n° 71

Baianinho, Cardoso, Ponce, Bazzani e Nelinho. Os gols foram anotados por Tantos, aos cinco minutos; Elzo, aos 21; Bota, aos 23; e Baianinho¹ diminuiu para a Ferroviária aos 44, todos no primeiro tempo de jogo. A partida foi conduzida pelo árbitro Valter Galera. A renda foi de Cr\$ 27.060,00. Em dezembro de 1957, foi desfeita a fusão e decretado o fim da A.A. São Bento. ■



Jornal de São Caetano de 28 de julho de 1955 anuncia partida comemorativa



Página da A.A. São Bento no álbum *Balas Futebol*, editado pela A Americana Ltda., em 1955

Notas

¹No livro *O caminho da Bola: 1953-1982*, de Rubens Ribeiro (FPF, 2008), o gol da Ferroviária foi creditado para o jogador Nelinho.

Referências Bibliográficas

AUSPICIOSO reaparecimento da A.A. São Bento. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 jul.1954, pag. 12.
 DIOGO, Julio Bovi e STELLA JÚNIOR, Rodolfo Pedro. *Histórico Estatístico do Comercial Futebol Clube*. Edição dos autores, s/d.
 MEDICI, Ademir. *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Caetano do Sul. Hucitec, 1993.
 MEDICI, Ademir. *Uma história de campeões: os 89 anos do São Caetano Esporte Clube*. São Caetano, São Caetano Esporte Clube, 2003.
 OS jogos amistosos desta tarde. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 jul. 1954, pag. 12.
 S.Bento, 2 vs Corinthians, 1. *Correio Paulistano*, 29 jul. 1954, pag. 12.
 PANORAMA do torneio de classificação. *Folha da Manhã*, 30 jul.1957, pag. do futebol paulista. *Raízes*, n° 52. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, dez. de 2015.
 RIBEIRO, Rubens. *O caminho da bola: história da FPF II*, volume 1953-1982. São Paulo. Federação Paulista de Futebol, 2008.
 SÃO Bento, 3 vs Ferroviária, 1. *O Estado de S. Paulo*, 30 jul. 1957.
 VENCIDO o S. Bento pelo Palmeiras. *Jornal de São Caetano*, 3 ago. 1955.
 VERMELHOS de jogar bola. *Jornal de Brasília*, 23 abr. 2019. Acesso em 18 mar. 2021.

Renato Donisete Pinto

é pedagogo e professor de Educação Física. Membro da Academia Popular de Letras de São Caetano do Sul e do Memofut (grupo de Literatura e Memória do Futebol), autor do livro *Fanzine na Educação* (Marca de Fantasia, 2013) e coautor do *Almanaque do Saad Esporte Clube* (Edição dos Autores, 2019).

Acervo familiar



APÓS CONSTRUIR UMA CARREIRA brilhante por aqui, esse atleta foi convocado pela seleção do céu, se unindo a muitos outros grandes esportistas que lá estão para formarem uma verdadeira seleção de futebol comandada pelo Senhor!

Nascido em São Caetano do Sul no dia 30 de outubro de 1945, Fernando Paolillo faleceu na madrugada de uma terça-feira muito triste, no dia 2 de fevereiro de 2021, aos 75 anos de idade, em Araraquara, interior de São Paulo, onde morava com sua esposa, Miriam Gonçalves Paolillo, com quem teve quatro filhos.

Começou sua carreira, bem jovemzinho, como jogador de fu-

tebol na várzea, em São Caetano do Sul, onde era carinhosamente conhecido como Landola. E foi logo se destacando como excelente jogador, zagueiro que tinha um bom posicionamento dentro da área e subia muito bem de cabeça. Seus primeiros times na várzea foram o América do Sul, do Bairro da Fundação, e a extinta Atlético Matarazzo, onde jogou no início da década de 1960. Voltou a trabalhar pelo futebol da cidade, no fim dos anos 1980, como técnico do Saad Esporte Clube.

Era correto e fazia muitas amizades, e foi exatamente isso que o levou a voar muito mais alto. O seu primeiro destino foi o Tricolor do Morumbi, onde estreou como profissional. O famoso beque central do São Paulo Futebol Clube, como ficou conhecido, por sua postura dentro e fora do campo, era elogiado pela maioria dos seus adversários, sendo sempre muito leal, porém um marcador firme e insuperável, principalmente pelo alto. Em muito pouco tempo, já foi considerado destaque entre os zagueiros paulistas. Vestiu a camisa do Tricolor entre 1965 e 1966.

No blog *Terceiro Tempo*, do jornalista Milton Neves, um trecho recorda que Landola “era titular da seleção de São Caetano do Sul e seu reserva era nada mais nada menos que o Sr. Luiz Pereira”. Fernando Paolillo também defendeu a Seleção Paulista em atuação na cidade de Seul, na Coreia do Sul, em 1977.

Fernando Paolillo, nosso querido Landola

Altevir Vargas Anhô

Mais um grande atleta que São Caetano do Sul forneceu para o futebol brasileiro

Landola com a camisa do São Paulo, time que defendeu entre 1965 e 1966

Carreira marcante pelo interior – Ao sair do São Paulo, foi transferido para a Associação Ferroviária de Esportes, de Araquara, a famosa Locomotiva, e passou a ganhar mais visibilidade na sua posição. Pela Ferroviária, ganhou fama por ser considerado um dos melhores marcadores do nosso Rei Pelé, que o elogiava muito em todos os jogos, pela classe, dedicação, firmeza e postura dentro das quatro linhas.

Além de jogador, Paolillo foi treinador, em 1988, da Ferroviária. Atuou ainda como dirigente e primeiro treinador da equipe feminina da Ferrinha, conquistando os títulos do Campeonato Paulista de 2002 e 2004, além de revelar várias atletas para o esporte nacional, sendo muitas delas medalhistas olímpicas, com a conquista da prata nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004.

Em março de 2021, as atletas da Ferroviária ganharam o bicampeonato da Copa Libertadores da América de Futebol Feminino, e a diretoria do clube dedicou “o título em memória de Fernando Paolillo”.

Entre 1974 e 1979, teve passagem marcante pelo Esporte Clube XV de Novembro de Pi-

racicaba, firmando-se como um dos principais zagueiros da história da agremiação. O auge foi o vice-campeonato paulista em 1976, quando perderam, na final, para o Palmeiras.

Defendeu com muita honra e orgulho, também, a gloriosa camisa do Grêmio Esportivo Catanduvense, de 1980 a 1981, e o querido Rio Branco Esporte Clube, de Americana, de 1983 a 1984. Encerrou sua brilhante



Acervo/Museu da Ferroviária

carreira como um dos maiores beques do nosso Estado, voltando à Ferroviária em 1985.

Tempo difíceis – Landola passou por um período muito complicado, no final da década de 1970, quando precisou, inclusive, se desfazer das camisas que recebeu dos adversários nos finais das partidas. Em uma épo-

ca de vacas magras, o time sem ganhar e o dinheiro diminuindo por falta de prêmios, Fernando Paolillo resolveu vender as camisas. Eram aquelas que ele trocava com os adversários nos jogos do XV de Piracicaba. Ele tinha mantos dos maiores jogadores dos grandes times, e começou a fazer leilão das peças.

Um cronista da Rádio Alvorada de Piracicaba passou a divulgar os tais leilões, fato que também foi

parar nas páginas do *Jornal de Piracicaba*. Houve grande repercussão, muitas pessoas ligavam querendo camisas do Pelé, Rivelino, Luiz Pereira, Muricy, Ademir da Guia, enfim, uniformes que não eram encontrados em lojas daquele tempo. Acabou rendendo um bom dinheiro e “salvou a pele dele e de seus amigos”.

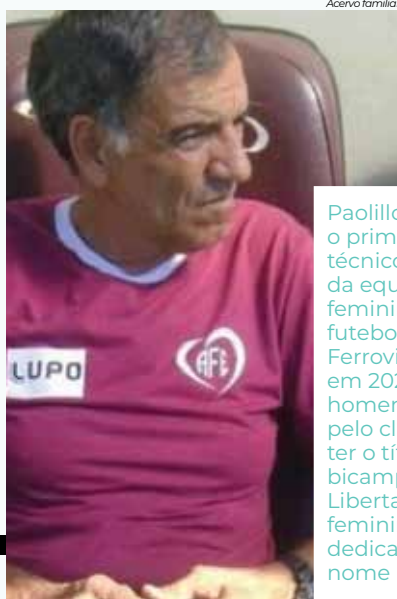
Fernando Pao-

Em atuação pela Ferroviária, Fernando Paolillo ao lado do Rei Pelé

lillo era líder e um bom companheiro, pois, com o dinheiro arrecadado, ajudou os companheiros mais necessitados do XV de Piracicaba. Ótima pessoa, um caráter irretocável, grande atleta, por isso mesmo sempre foi muito respeitado pelos companheiros, dirigentes e técnicos das equipes por onde passou.

A falta que o zagueiro faz – Com certeza seus amigos, e são inúmeros, sentem muito sua ausência, tanto pelo talento e jogo limpo que desfilou pelos gramados quanto pela personalidade parceira que sempre compartilhou com as pessoas com quem convivia. Querido amigo, cumpriu sua missão e o fez muito bem. Só restam as saudades daquele zagueiro impetuoso, decisivo, leal e principalmente muito companheiro. ■

Altevir Vargas Anhô é químico industrial e analista de sistemas. Formado em Matemática pelas Faculdades Associadas do Ipiranga, também tem formação em Jornalismo. Atualmente é colaborador da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.



Acevo familiar

Paolillo foi o primeiro técnico da equipe feminina de futebol da Ferroviária e, em 2021, foi homenageado pelo clube, ao ter o título de bicampeão da Libertadores feminina dedicado a seu nome



Acevo familiar

Zagueiro teve passagem importante pelo XV de Piracicaba, entre 1974 e 1979



Acevo familiar

Pelo time de Piracicaba, foi vice-campeão paulista em 1976



Acevo familiar

Vestiu também o manto bordô da Ferroviária de Araraquara, de 1966 a 1974, fazendo parte da equipe que conquistou o tricampeonato do interior (1968, 1969 e 1970)



Acevo familiar

Em 1977, na cidade de Seul, Landola defendeu a Seleção Paulista de futebol



Acevo familiar

O atleta em entrevista ao jornalista João Bosco

Newton José Barros Gonçalves

Um estudo sobre as estradas

Campo Grande e do Pavoeiro

O PROJETO *Dicionário de Logradouros Públicos de Santo André*, em desenvolvimento pela Prefeitura Municipal de Santo André, deu origem ao estudo apresentado neste artigo. Com a colaboração da historiadora Suzana Cecília KleeB, do Museu de Santo André Armando Octaviano Gaiarsa, foi baseado em consultas feitas a inúmeros mapas, processos administrativos e outros documentos antigos pertencentes ao governo do Estado de São Paulo. O estudo tem como foco as estradas Campo Grande e do Pavoeiro, que ficam nas regiões de Santo André e Suzano.

A origem do nome da Estrada do Pavoeiro é desconhecida. Inexiste localidade com este nome, o que viria a justificar a denominação da via, apesar de

constar em mapas oficiais a citação “Pavoeiro” como indicativo regional. A denominação foi dada pela prefeitura de Suzano, por meio do decreto municipal nº 4.107, de 11 de dezembro de 1981. Posteriormente, a lei municipal nº 2.245, de 11 de maio de 1988, alterou seu nome para Paraíso do Sol.

O significado da palavra pavoeiro só foi identificado em um dicionário de língua galega da internet (disponível em www.estraviz.org). Não foram identificadas citações da mesma palavra em dicionários brasileiros. No léxico galego, a palavra tem o significado de “edifício velho, desfeito, que lhe entra o ar por todas as partes”.

Constatamos que a origem do nome da Estrada Campo

Grande deveu-se à existência de um bairro chamado Campo Grande, em Mogi das Cruzes, e também uma fazenda, denominada Campo Grande.

A Estrada do Pavoeiro, em Suzano, assim como a Estrada Campo Grande, em Santo André, historicamente, são partes de uma mesma e antiga via, denominada em documentos de texto e cartográficos antigos como Estrada do Pau Grande, ou Estrada Velha/Antiga do Pau Grande. Essa estrada, provavelmente, era parte de uma rede de caminhos de tropeiros que faziam a ligação de Mogi das Cruzes a São Paulo e Santos.

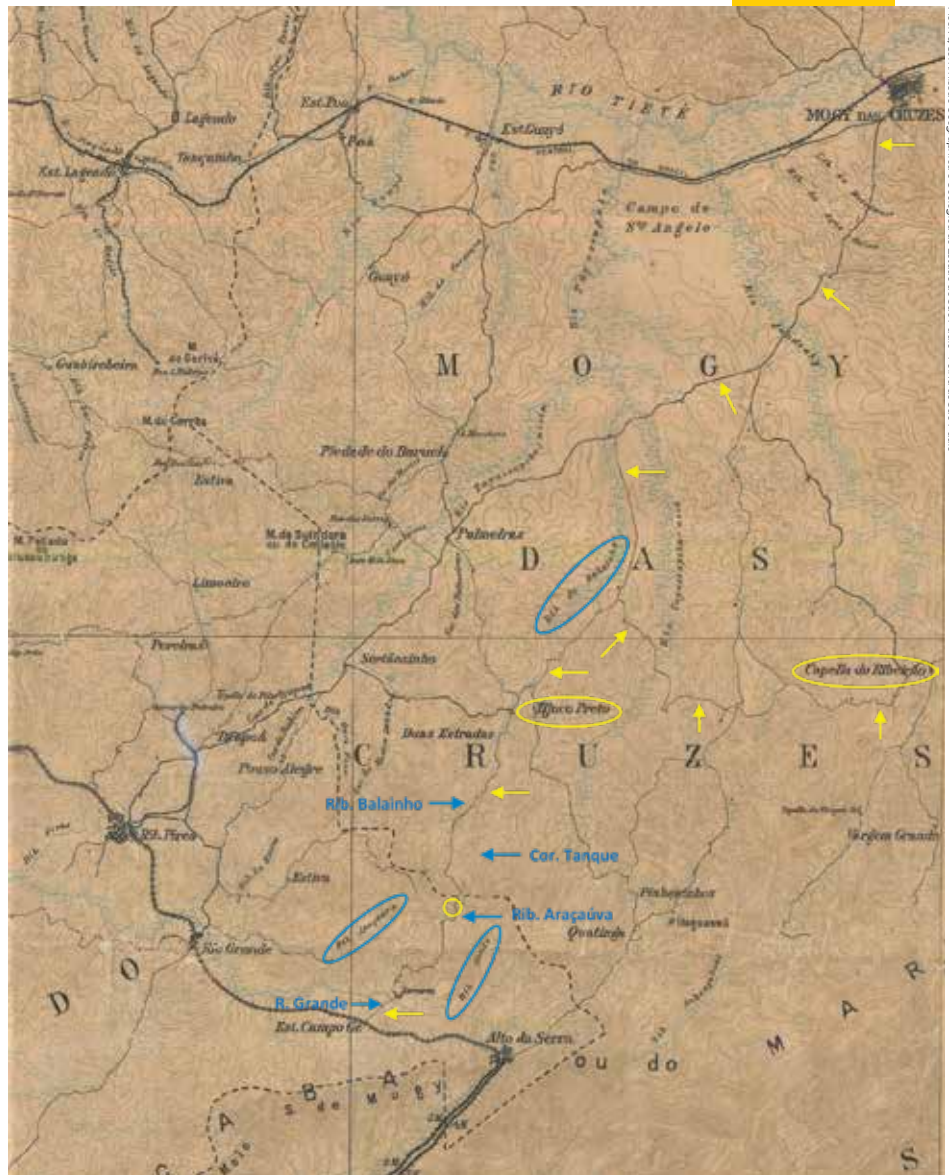
Com o advento da Estrada de Ferro São Paulo Railway e a construção da Estação Ferroviária Campo Grande, passou a interligar a citada estação, em Santo André, à Fazenda Sertão, em Mogi das Cruzes, e também a permitir que a área urbana de Mogi das Cruzes se conectasse à linha férrea.

Mapas antigos de 1906, 1911 e 1939, e uma planta da Fazenda Sertão, de 1923, mostram uma estrada que sai da estação Campo Grande, cruza o Rio Grande e segue em direção a Mogi das Cruzes, entre os ribeirões Araçuaúva e Bonito. Próxima da atual divisa entre Santo André, Mogi das Cruzes e Suzano, a estrada faz uma curva à esquerda e cruza o Ribeirão Araçuaúva, ultrapassa o divisor de águas e prossegue margeando o Córrego do Balainho.

Em mapas mais recentes, das décadas de 1970 e 1980, é possível identificar que a estrada cruza o Córrego do Tanque, afluente do Balainho, a adutora Rio Claro e chega onde atualmente está a Rodovia Quatinga - Barroso (SP-43).

De acordo com o mapa de 1906 citado, a estrada prosseguia para a área urbana de Mogi das Cruzes, passando por Tijuco Preto e, após esse último, havia uma ramificação à direita que prosseguia até a antiga sede do distrito de Taiacupeba, onde há a Igreja de São Sebastião, no passado denominada Capela do Ribeirão. Em uma pequena planta da antiga sede do distrito de Taiacupeba, de 1939, é indicado um caminho saindo da sede do distrito em direção a Campo Grande.

Atualmente ambas as vias não possuem conexão. A Estrada Campo Grande tem início na Estrada da Vila de Paranapiacá-



As estradas Campo Grande, em Santo André, e do Pavoeiro, em Suzano, historicamente, são partes de uma mesma e antiga via, denominada Estrada do Pau Grande que, provavelmente, era parte de uma rede de caminhos de tropeiros que faziam a ligação de Mogi das Cruzes a São Paulo e Santos. Mapa antigo de 1906 mostra uma estrada que sai da Estação Campo Grande, cruza o Rio Grande e segue em direção a Mogi das Cruzes, entre os ribeirões Araçuaúva e Bonito. Após a Fazenda Sertão, a estrada prosseguia para a área urbana de Mogi das Cruzes. Depois de Tijuco Preto, havia uma ramificação à direita que prosseguia até a antiga sede do distrito de Taiacupeba, onde há a igreja de São Sebastião, no passado denominada Capela do Ribeirão

Em mapa de 1908, vemos que, próxima da atual divisa entre Santo André, Mogi das Cruzes e Suzano, a estrada faz uma curva à esquerda e cruza o ribeirão Araçáúva

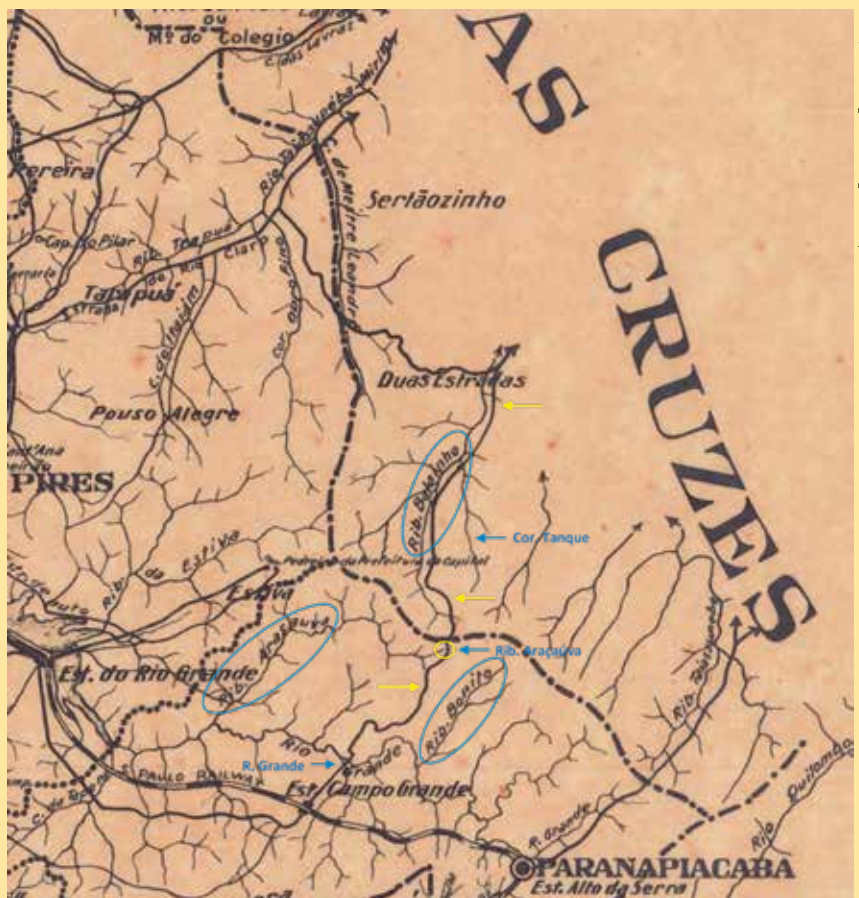
ba, perto da Estação Ferroviária Campo Grande, e segue em direção à divisa municipal entre Santo André e Mogi das Cruzes, interligando-se, nesse último, à Estrada do Rio Claro. A Estrada do Pavoeiro tem início na Rodovia SP-43, em Suzano, e segue em direção à divisa municipal entre Suzano e Santo André. Quando adentra o município andreense, faz caminho sinuoso, por entre plantações de eucalipto e sob linhas de transmissão de energia elétrica, e cruza novamente a divisa municipal, prosseguindo por Suzano até ultrapassar a divisa municipal com Mogi das Cruzes, finalizando na Estrada do Rio Claro, a poucas centenas de metros da nascente desse curso d'água.

A Estação Ferroviária Campo Grande foi inaugurada em 1889 e sua construção teria sido feita a pedido de Gustavo Adolfo Reinhardt à empresa São Paulo Railway, para escoamento da madeira que era extraída da Fazenda Sertão. Reinhardt comprou,

Mapa de 1939 mostra a estrada margeando o Córrego do Balainho



Arquivo Científico da Agricultura, Comércio e Obras Públicas - Plano Discriminatório de Primeiro dos Termos Decretos do Alto da Serra - Comércio da Capital



Arquivo Instituto Geográfico e Geológico - Município de Santo André

em 1887, as terras de Bellarmino Augusto de Aragão. Em petição feita por ele, em 6 de setembro de 1888, ao juiz comissário de Mogi das Cruzes, João Bernardo da Silva, requereu medição das terras para fins de legalização. O teor da petição é o que se segue:

Ilmo. Snr. Dor. Director de Terras e Colonisação. Diz G. Reinhardt, subdito allemão, que, tendo elle Suppe. comprado uma grande Fazenda no bairro denominado Campo Grande, do Municipio de Mogy das Cruzes, d'esta Provincia, Fazenda que se denomina - Sertão - , com o fim de ahi estabelecer uma colonia allemã, vem perante V. Sa., oferecendo a escriptura de compra e mais documentos, relativos a dita Fazenda, requerer a medição das terras da mesma, afim de serem devidamente legalizadas. E do deferimento. E. R. Mcê. São Paulo, 6 de setembro de 1888. G. Reinhardt.

Em 1890, Gustavo Reinhardt vendeu as terras ao coronel José Ferreira de Figueiredo, que dividiu a Fazenda Sertão em duas partes: a primeira, abrangendo as terras situadas em Mogi das Cruzes, com o nome de Sertão; a segunda, abrangendo a área em Santo André, com o nome de Campo Grande. Em 1911 Figueiredo vendeu as terras à empresa Zerrenner, Bulow e Cia.

Com base em documentos de compra e venda de terras que

vieram a formar a Fazenda Sertão é possível supor que a antiga Estrada do Pau Grande existia desde, pelo menos, o início do século 19, pois em alguns dos citados documentos, da década de 1830, ela é referida como “(...) a estrada velha de Santos, denominado Pao Grande (...)”. Seu registro cartográfico mais antigo identificado até o momento consta em uma planta de 1889 com a delimitação de propriedades situadas na margem esquerda do Rio Grande.

A Fazenda Sertão era uma propriedade muito extensa, que abrangia territórios atualmente pertencentes a Santo André, Mogi das Cruzes e Suzano.

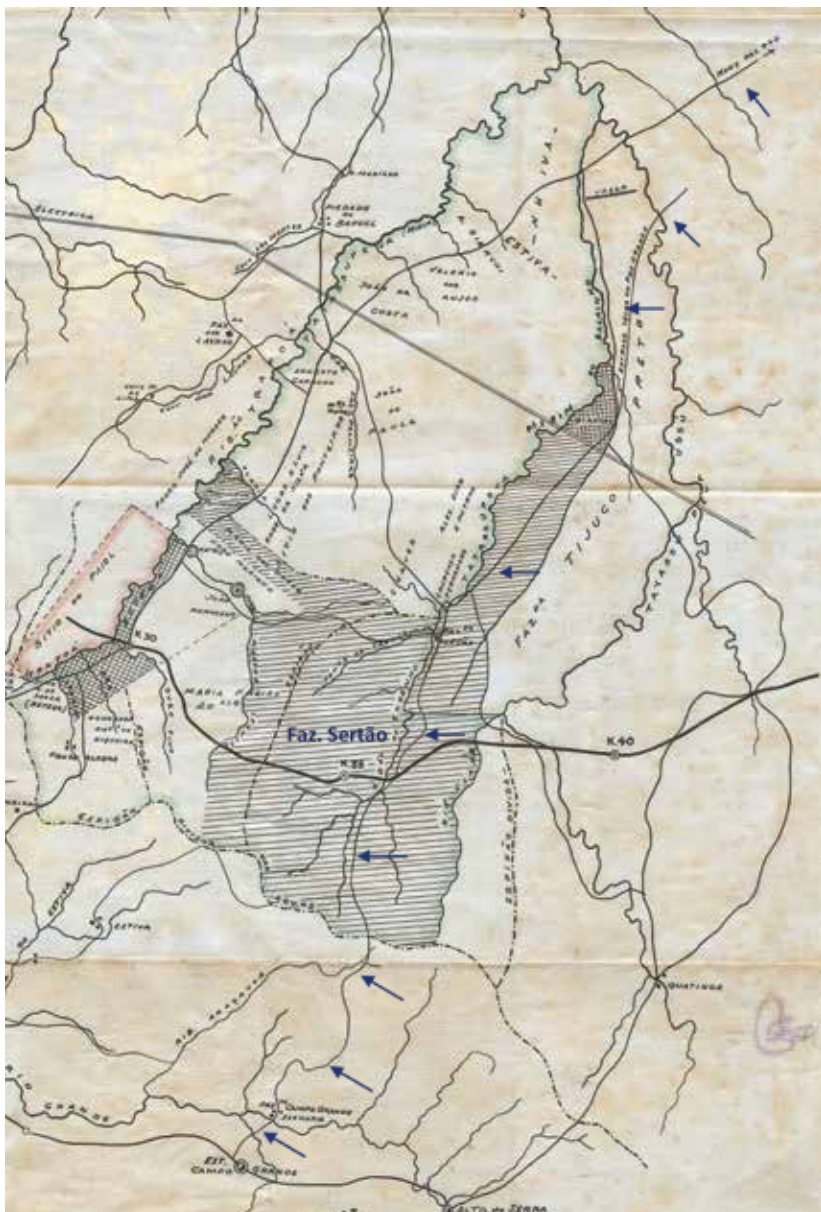
Em Mogi das Cruzes e Suzano, a Fazenda Sertão situava-se, aproximadamente, dentro do seguinte perímetro: pela divisa de bacia hidrográfica entre os rios Grande, em Santo André, e Claro, em Mogi das Cruzes; pelo leito do Rio Claro, desde a divisa com Santo André até a confluência com o Rio Taiaçupeba-açu; da confluência dos rios Claro e Taiaçupeba-açu, por um caminho não identificado; em seguida, pela antiga Estrada Velha do Pau Grande, cujo traçado atualmente não é identificável, até o cruzamento com uma linha de transmissão de energia elétrica; seguindo por essa até o cruzamento com o Ribeirão do Balinho; pelo leito desse ribei-

Seu registro cartográfico mais antigo identificado até o momento consta em uma planta de 1889 com a delimitação de propriedades situadas na margem esquerda do Rio Grande

Com o advento da Estrada de Ferro São Paulo Railway e a construção da Estação Ferroviária Campo Grande, a estrada passou a interligar a citada estação, em Santo André, à Fazenda Sertão, em Mogi das Cruzes, e também a permitir que a área urbana de Mogi das Cruzes se conectasse à linha férrea. Mapa de 1923



Acervo/Precatório do Catendoso Ambiental - Planta dos Terrenos Sitados a Margem Esquerda do Rio Grande e Alto da Serra pertencentes aos Ilustíssimos Senhores Alvaro Gonçalves Monteiro e Antonio Queiroz dos Santos



Acervo/Planta da Fazenda Sertão - Cópia da Planta Levantada pelo Comissão Geographica e Geologica do Estado

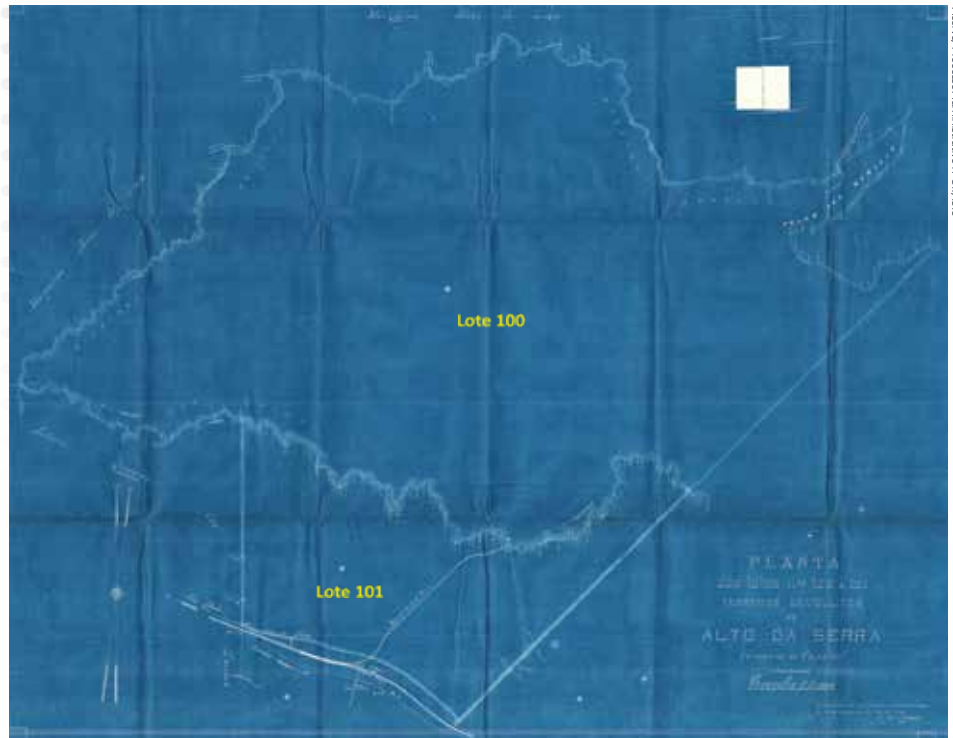
rão até um espigão entre esse e um afluente do Córrego Mestre Leandro; pelo espigão entre os córregos Mestre Leandro, Olaria e Palmeiras até atingir a atual Rodovia Índio Tibiriçá (SP-31); da rodovia até o Córrego Olaria; seguindo para jusante, por esse córrego, até o Rio Taiaçupeba-mirim, antigamente chamado de Ribeirão Trapoá; pelo leito desse rio, seguindo para montante, até um ponto não identificado antes da confluência com o Córrego Mestre Leandro; em linha reta, a partir do ponto não identificado, até o cruzamento com um afluente do Córrego Mestre Leandro; pelo leito do afluente, seguindo para jusante, até o Córrego Mestre Leandro; seguindo para montante, por esse córrego, até sua nascente; e depois, por caminho não identificado, até o espigão de divisa de bacia hidrográfica entre os rios Grande e Claro.

Em Santo André, a Fazenda Campo Grande possuía aproximadamente a seguinte delimitação: do km 34 da Estrada de Ferro São Paulo Railway até aproximadamente o km 35,5 da mesma estrada, na divisa com terras pertencentes a Antonio Queiroz dos Santos; pela divisa entre as propriedades, em linha reta, no sentido norte, até o cruzamento com o Rio Grande; pelo leito desse rio, seguindo para jusante, até a confluência com o

Ribeirão Araçáua, seguindo por esse, a montante, até sua nascente; continuando, em linha reta, por cerca de 300 metros, até a divisa de bacia hidrográfica entre os rios Grande e Claro; pelo divisor de águas até um ponto específico, limítrofe com propriedade de terceiros; em linha reta, no sentido nordeste - sudoeste, até o km 34 da Estrada de Ferro São Paulo Railway.

As terras na região de Campo Grande, em Santo André, contíguas às terras de Mogi das Cruzes, eram formadas por dois lotes integrantes da Ação Discriminatória Administrativa do 11º Perímetro das Terras Devolutas do Alto da Serra - Comarca da Capital, de números 100 e 101. Mesmo não tendo comprovado a propriedade de tais lotes, o coronel José Ferreira de Figueiredo apossou-se dos mesmos.

Atualmente, nas terras da Fazenda Sertão, em território pertencente a Suzano, existem vários bairros, dentre eles parte de Ouro Fino; o parque aquático Magic City, localizado na própria Estrada do Pavoeiro; parte da Rodovia SP - 43; parte da adutora Rio Claro; o Clube dos Oficiais; plantações de eucalipto da Cia. Suzano de Papel e Celulose; e inúmeras chácaras. Nas terras da Fazenda Campo Grande, em Santo André, estão localizados o Bairro Jardim Joaquim Eugênio de Lima; plantações de eucalipto da Cia. Suzano de Papel e Celulose; e glebas de terras particulares. ■



As terras de Campo Grande, em Santo André, compunham dois lotes, de números 100 e 101, integrantes da Ação Discriminatória Administrativa do 11º Perímetro das Terras Devolutas do Alto da Serra. Mapa de 1916

Referências bibliográficas

- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Planta dos Terrenos Situados a Margem Esquerda do Rio Grande e Alto da Serra pertencentes aos Ilustíssimos Senhores Albino Gonçalves Moreira e Antonio Queiros dos Santos* (Acervo da Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário), 1889.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Folha de São Paulo*. Escala:1:100.000 (Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo), 1906.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Ação Discriminatória Administrativa do 11º Perímetro das Terras Devolutas do Alto da Serra - Comarca da Capital e Planta Discriminatória do Perímetro das Terras Devolutas do Alto da Serra*. Escala: 1:10.000 (Acervo da Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas), 1908.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Processo Administrativo nº 1.197/1915*. (Acervo da Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário. Secretaria da Agricultura. Directoria de Terras, Colonização e Imigração), 1915.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Processo Administrativo nº 600/1916*. (Acervo da Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário. Secretaria da Agricultura. Directoria de Terras, Colonização e Imigração), 1916.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Processo Administrativo nº 817/1916*. (Acervo da Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário. Secretaria da Agricultura. Directoria de Viação), 1916.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Processo Administrativo nº 1.227/1917*. (Acervo da Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário. Secretaria da Agricultura. Directoria de Terras, Colonização e Imigração), 1917.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Processo Administrativo nº 29.578/1931 e Planta da Fazenda Sertão - Cópia da Planta Levantada pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado*. Escala: 1:50.000. (Acervo da Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário. Secretaria da Agricultura. Directoria de Terras e Colonização), 1923.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Município de Santo André*. Escala: 1:100.000. (Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico. Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo), 1939.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Capela Ribeirão - Sede do Distrito de Paz de Taiaçupeba*. Escala: 1:5.000. Prefeitura de Mogi das Cruzes. (Acervo do Arquivo Público), 1939. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/mapa_carto/BR_APESP_IGC_IGG_CAR_L_M_0055_001_001. Acesso em 16 set. 2020.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Levantamento aerofotogramétrico de 1962*. Escala: 1:25.000 (Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico), 1962.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Região Sul do Brasil*. Folhas: Santos, SF.23-Y-D-IV-3 e SG.23-V-B-1-1; Suzano, SF.23-Y-D-IV-1. Escala: 1:50.000. 1971/1972 (Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico. Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo).
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Sistema Cartográfico Metropolitano*. Folhas: Campo Grande, SF.23-Y-D-IV-3-NE-A (422); Pedreira, SF.23-Y-D-IV-1-SE-E (4345); Sítio Cachoeira, SF.23-Y-D-IV-1-SE-F (4346). Escala: 1:10.000. (Secretaria dos Negócios Metropolitanos. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A), 1980/1981.
- GOVERNO FEDERAL. *Região Sudeste do Brasil*. Folhas: Santos, SF.23-Y-D-IV-3 e SG.23-V-B-1-1; Mauá, SF.23-Y-D-IV-1. Escala: 1:50.000. (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia), 1984.
- Dicionário Estraviz. Disponível em <https://estraviz.org/Pavoeiro#:~:text=Edif%C3%ADcio%20velho%2C%20desfeito%2C%20que%20he,%20ar%20por%20das%20partes>. Acesso em 17 set. 2020.

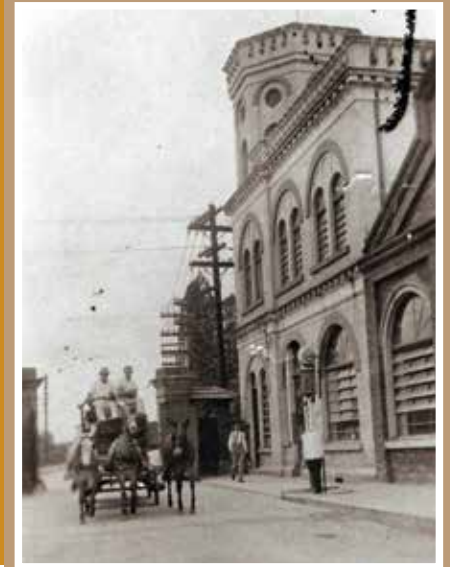
Newton José Barros Gonçalves

é bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), e tem especialização em Sensoriamento Remoto pela Universidade Estadual Paulista. É geógrafo da Prefeitura Municipal de Santo André desde 1992, atuando na área de meio ambiente, em especial nas áreas de proteção e recuperação dos mananciais do município.

JOGO DE CHÁ

O MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL tem uma grande coleção de peças da Fábrica de Louças Adelinas. Este jogo de chá pintado à mão é um dos destaques. Ricamente adornado, foi produzido no início da década de 1950.

Entrada da Fábrica de Louças Adelinas, na década de 1930



Acervo/FMNSCS

Acervo/Museu Histórico Municipal

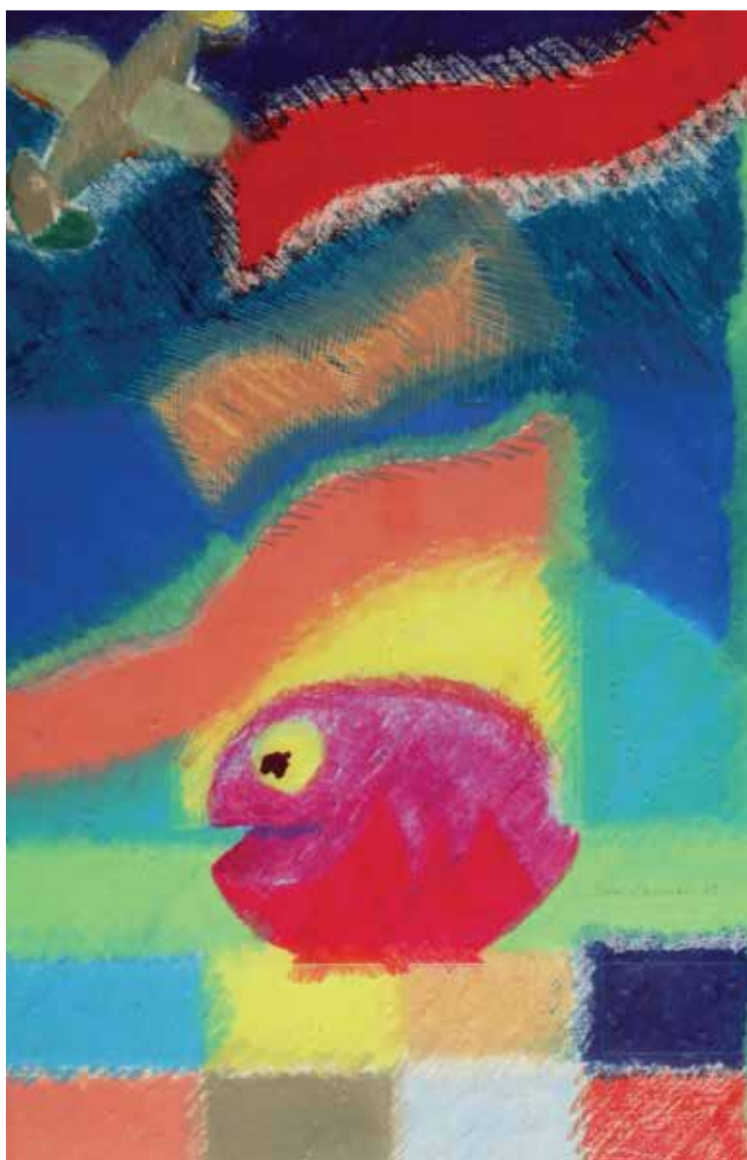


Jogo de chá produzido pela Fábrica de Louças Adelinas, integra o acervo do Museu Histórico Municipal

Em 1893, o português Manoel de Barros Loureiro chegou ao Brasil. Na década de 1920, com sua esposa, veio para São Caetano, transformando uma madeireira, que havia comprado, em fábrica de louças, cujo nome é uma homenagem às suas esposa e filha, ambas chamadas Adelina.

No ano de 1937, a famosa Fábrica de Louças Adelinas tinha cerca de 1.200 operários, produzindo uma média de 18 milhões de peças, vendidas em todos os pontos do país. Muitos moradores da cidade trabalharam nesta indústria, que ocupava uma área de 80 mil metros quadrados entre as ruas Conselheiro Antonio Prado, Pernambuco, e Paraíba. A Adelinas fechou as portas na década de 1950. ■

SILVIO MELCER DWORECKI



*Terra e ar –
nosso céu tem
mais estrelas*
Silvio Dworecki
pastel oleoso
sobre papel
1979
88 x 68 cm

VAMOS CONHECER um pouco mais do acervo da Pinacoteca Municipal de São Caetano. Desta vez, escolhemos o colorido da obra do artista plástico Silvio Melcer Dworecki. O trabalho *Terra e ar – nosso céu tem mais estrelas* participou do XI Salão de Arte Contemporânea da cidade, realizado em 1988.

Silvio Melcer Dworecki nasceu em São Paulo, em 1949. Após ingressar, em 1964, no curso de Artes Plásticas e História da Arte da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), participa da IX Bienal de São Paulo, já no ano de 1967. A partir de então, realiza diversas exposições individuais no Museu de Arte de São Paulo (Masp) e na Pinacoteca do Estado, entre outros locais. É arquiteto formado pela Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou por 38 anos. Além de São Caetano, Dworecki tem obras em acervos como do Centro Cultural São Paulo e da Pinacoteca de São Paulo, e no Qianjiang Art Museum, na China.

Pintor, cenógrafo e professor, é autor de *Silvio Dworecki, 30 anos nas artes plásticas* (1997) e de *Em busca do traço perdido* (1998). ■

EXPOSIÇÕES

Ateliê Pedagógico Ano IV – A força da presença do um no coletivo

A partir do dia 25 de fevereiro, a Pró-Memória, por meio do Espaço Cultural Casa de Vidro promoveu a exposição *Ateliê Pedagógico Ano IV – A força da presença do um no coletivo*.

Contando com 16 obras, entre xilogravuras, reproduções e *assemblage*, realizadas ao longo do tempo por mais de mil pessoas, entre artistas e frequentadores do local, a mostra ressaltou o coletivo, a união e o conagraçamento, mesmo que distantes fisicamente, devido às medidas de combate à Covid-19.

**ESPAÇO CULTURAL
CASA DE VIDRO**



Sete Véus

O Museu Histórico Municipal abrigou, a partir de 8 de abril, a exposição *Sete Véus*. A mostra tem concepção, pesquisa e curadoria da artista visual Joice Trujillo e tem como princípio resgatar e elevar a produção artística feminina na região do ABC e Grande São Paulo, promovendo acesso à arte e às potencialidades do acervo e espaços expositivos da cidade. Conta com obras de 12 artistas mulheres que trabalham dentro dos valores propostos e fazem parte do mesmo círculo social, realizando trabalhos em parceria e produzindo na região.

A exposição, contemplada pela Lei Aldir Blanc, tem formato híbrido e pode ser acessada também pelo Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCBo-TJah6f8iRSSTDryfNP2g>) e Instagram (<https://www.instagram.com/exposicaoseteveus>) com a exibição de minidocumentário e fotos.

**MUSEU HISTÓRICO
MUNICIPAL**



EXPOSIÇÕES VIRTUAIS



Até o mês de maio de 2021, a Fundação Pró-Memória realizou, em seu site (www.fpm.org.br) e também em suas redes sociais, cinco exposições virtuais.

Em fevereiro, o Rotary Club, uma das mais importantes instituições mundiais, foi homenageada com diversas fotos e textos contando a história da organização desde seus primórdios nos Estados Unidos, sua vinda ao Brasil e especificamente em São Caetano.

Celebrando o Dia Internacional da Mulher, março foi a vez da mostra *Mulheres de nossa História*. Também em março, no dia 24, o teatro amador, com seus grupos e artistas, ganhou a exposição *Abrem-se as cortinas para o teatro de São Caetano*, como parte da celebração do Dia Internacional do Teatro, no dia 27 daquele mês.

A década de 1950, uma das mais importantes da história de São Caetano e que foi marcada pelo seu crescimento econômico e estabelecimento en-

quanto município autônomo, foi lembrada em abril, com a exposição *Retratos de uma Época*, com imagens que ressaltam as transformações sociais e paisagísticas que ocorreram naquele decênio na cidade.

Maio foi a vez da exposição *Uma cidade em construção* que, por meio de fotos, mostrou obras de infraestrutura que marcaram o desenvolvimento e o crescimento de São Caetano e de sua população.

SITE E REDES SOCIAIS - FPM

REDES SOCIAIS

Além de mostras virtuais, a Fundação Pró-Memória deu início, em 2021, a um projeto voltado para as redes sociais da instituição. Semanalmente, são postadas informações sobre os acervos da Pinacoteca, do Museu Histórico e do Centro de Documentação, com o objetivo de ampliar o alcance da atuação da Pró-Memória, aproximando seu público e promovendo a difusão destes acervos. Outra ferramenta utilizada na Internet é o famoso #tbt, por meio do qual imagens antigas são divulgadas de acordo com datas comemorativas municipais.

PROJETOS EDITORIAIS

Nos Caminhos da Geologia, da Cerâmica e da Arte - A trajetória de Paschoal Giardullo

Em 8 de janeiro, a Fundação Pró-Memória realizou de forma virtual o lançamento do livro *Nos Caminhos da Geologia, da Cerâmica e da Arte - A trajetória de Paschoal Giardullo*.

Na publicação, escrita em parceria com a jornalista Silvana Baierl, o geólogo conta sua trajetória de vida desde a adolescência, passando pela faculdade de geologia, o emprego na Cerâmica São Caetano e suas viagens pelos sertões do país em busca de jazidas de minérios.



A História de São Caetano do Sul

Os cerca de 1.400 alunos do terceiro ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino ganharam um aliado no aprendizado da história da cidade, matéria que integra a grade escolar, com a distribuição gratuita do livro *A História de São Caetano do Sul*. Editado pela Fundação Pró-Memória, a obra de autoria da consagrada escritora, pedagoga e arte-educadora Nereide Schilaro Santa Rosa (vencedora do prêmio Jabuti de literatura em 2004) e com ilustrações da designer e programadora visual da Fundação Pró-Memória, Roberta Giotto, conta com oito personagens e que, com textos curtos, simples e objetivos, aliados a ricas ilustrações, levam o leitor a conhecer ainda mais sua cidade e desperta o gosto pelo estudo da história do município.



PROJETOS ESPECIAIS

Fundação
Pró-Memória

30



30 Anos

A preparação para as comemorações dos 30 anos da Fundação Pró-Memória, celebrados em 12 de junho, começaram cedo. Desde os primeiros dias de janeiro, a instituição realizou reuniões preparatórias com o objetivo de marcar a data.

Uma das ações implementadas foi a nova identidade visual especificamente para a ocasião e utilizada em nossas redes sociais com foco em conteúdos online de nosso acervo físico.



Acervo/FPMSCS



Amigos reunidos em um momento de descontração, em imagem de 1939. Aparecem identificados Ricardo, José Dampieri, Leon Karlic, Henry Veronesi e, agachado, José Costa

Acervo/FPMSCS



Sentados ao centro, Pedro Duó e sua esposa Luiza Prenholato Duó, com os filhos e netos, em foto do final da década de 1920. Duó instalou-se em São Caetano em parte da região que hoje corresponde ao Bairro Nova Gerty

Acervo/FPMSCS

Família Cervan Sedeño na frente de sua residência familiar, que ficava localizada na Rua Nove, atual Rua Manoel Augusto Ferreirinha. Foram identificados: Manezinho, Eduardo, Dito, José Cervan Sedeño, Maria Dolores, Zezinho, Manéco e Rafaela Frias. Foto de 1946



Acervo/FPMSCS



Comício de Juscelino Kubitschek de Oliveira, em São Caetano do Sul, para sua campanha à presidência da República, em 1955. Foi eleito e tomou posse em 31 de janeiro de 1956. No microfone, o deputado Emílio Carlos

Acervo/FPMSCS

Ercília Vidales Cambaúva, em foto de 1939



Acervo/FPMSCS



Ângela Fiorotti na porta da cozinha de sua residência construída no século 19, na Estrada do Córrego Boa Vista, hoje Rua Boa Vista. Toda a madeira empregada para a construção foi extraída do seu sítio. A foto é de 1948

Pascoalino Assunção foi telegrafista da Estação Ferroviária de São Caetano no tempo da São Paulo Railway. Na foto de 1936, ele aparece de terno claro, ao centro, junto aos seus colegas de trabalho. Foram identificados: Guido, João Montesanto, Paulo e Munhoz. Alfredo Malateaux está sentado



Acervo/FPMSCS

Família De Nardi em foto de 1940. Vemos, na foto, da esquerda para a direita: Gabriel Perrella, Marcelino De Nardi e Leonor Perrella. Sentadas, no mesmo sentido: Antonieta Perrella e Odete Perrella. Ao fundo, está João Raimundo Piovesan



Acervo/FPMSCS



Familiares de João Almendra. Osvaldo, Roque, Luís, Estevão, Aída, Maria e Vanda Almendra aparecem em foto de 1947

Fachada do Complexo Educacional do Ensino Fundamental, onde ficam localizados a sede administrativa da Fundação Pró-Memória, o Centro de Documentação Histórica e a Pinacoteca Municipal. Foto de 2002



FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA

SEDE ADMINISTRATIVA
PINACOTECA MUNICIPAL
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Avenida Dr. Augusto de Toledo, nº 255
São Caetano do Sul – SP
(11) 4223-4780
fpm@fpm.org.br
pinacoteca@fpm.org.br
centro.documentacao@fpm.org.br

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL

Rua Maximiliano Lorenzini, nº 122
São Caetano do Sul – SP
(11) 4229-1988
museu@fpm.org.br

SALÃO EXPOSITIVO
ESPAÇO VERDE CHICO MENDES

Avenida Fernando Simonsen, nº 566
São Caetano do Sul – SP

ESPAÇO CULTURAL
CASA DE VIDRO

Praça do Professor
(altura da Av. Goiás, nº 1.111)
São Caetano do Sul – SP

ESPAÇO DO FORNO

Praça do Forno
Espaço Cerâmica
São Caetano do Sul – SP

Fundação
Pró-Memória



1991_2021
SÃO CAETANO DO SUL



Fundação Pró-Memória

São Caetano do Sul

ISSN 1415-3173



FUNDAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SÃO CAETANO DO SUL



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO CAETANO DO SUL